

Aumento do desemprego reclama políticas diferentes

■ Jerónimo de Sousa em declaração da Comissão Política

Pág. 20

O Acordo de Comércio com Marrocos

Ou de como se organiza uma operação de manipulação da opinião pública

■ Lino de Carvalho Pág. 21

O emprego e a qualificação em Portugal

É urgente uma reflexão nacional

■ Eugénio Rosa Pág. 24

A missão da Polícia na democracia

A violência policial no Brasil

■ Zillah Branco Pág. 23

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Hoje em debate

Projecto do PCP que regula a actividade dos táxis.

Pág. 32

Carvalhas na Suécia e Alemanha

O Secretário-Geral do PCP regressa hoje de uma visita à Suécia e à Alemanha, para onde partiu no passado domingo. Estas visitas de uma delegação do PCP, que integrou também **Fernanda Mateus**, membro da Comissão Política do PCP, realizaram-se a convite do Partido da Esquerda da Suécia e do Partido do Socialismo Democrático da Alemanha e inseriram-se no quadro das relações de amizade e solidariedade do PCP com estes partidos e da sua cooperação no Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica, no Parlamento Europeu.



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Abril de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1220 • Director: Carlos Brito

Uma batalha de todo o Partido

Conferência Nacional do PCP
O Poder Local e as Eleições Autárquicas
12 de Abril 1997
Cine-Teatro S. João - Palmela

Com a presença de numerosos convidados, mais de 700 militantes participaram, em Palmela, nos trabalhos da Conferência Nacional do PCP sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas. Reportagem, Declaração da Conferência, discursos de Carlos Carvalhas e Luís Sá nas páginas centrais e seguintes



PCP intensifica campanha contra a corrente monetarista

Págs. 5 e 6

Moeda Única é a aposta do grande capital financeiro

Intervenção de Carlos Carvalhas no comício de Almada

A obra e a confiança

Com mais de 900 participantes e convidados, a Conferência Nacional do PCP, de sábado passado, constituiu uma profunda reflexão do colectivo partidário sobre o Poder Local e representa uma grande contribuição e um fortíssimo impulso à preparação das próximas eleições autárquicas por parte da CDU. Não foi, como aliás Carlos Carvalhas sublinhou, «um espaço de política-espectáculo ou de ampliação de meia dúzia de promessas destinadas a iludir a vontade eleitoral dos portugueses». Foi sim «um espaço de debate, aprofundamento e apresentação rigorosa das principais linhas de intervenção a prosseguir pelos eleitos da CDU no mandato que se anuncia».

A obra e a confiança foram os dois conceitos que balizaram o debate feito na Conferência: o primeiro, traduzindo o trabalho inigualável desenvolvido pelos eleitos autárquicos da CDU; o segundo, como tradução do ânimo combativo e optimista com que os comunistas entram na próxima batalha eleitoral.

A Conferência debruçou-se atentamente sobre os grandes problemas que mais afectam o Poder Local, na vigência do Governo do PS, que tanto prometeu quando era oposição.

Para ilustrar as trapalhas governamentais, nesta área, Luís Sá lembrou que há um ano Guterres tinha prometido solenemente eleições para as regiões administrativas no fim de 1997...

Salientando que «é o que se passa também com muitas outras medidas anunciadas», referiu mais à frente: «Mas é da revisão constitucional que vêm as principais ameaças no momento às autarquias.» Destacando entre estas o facto do acordo PS/PSD admitir «que em vez de câmaras directamente eleitas, com base na proporcionalidade, em que há vereadores de diversos partidos, passe a existir a possibilidade de câmaras de um só partido, por ele instrumentalizadas, em vez da possibilidade da intervenção de todos».

No documento-base da Conferência, que será publicado na íntegra na próxima edição do «Avante!», apontam-se as principais exigências do PCP em relação à legislação enquadradora e outras medidas para o reforço do Poder Local. São, em síntese, as seguintes: a criação das regiões administrativas; um novo regime de competências; a elaboração de um novo regime de finanças locais; a revisão da legislação e enquadramento dos recursos humanos da Administração Pública; o reforço da eficácia e operacionalidade dos órgãos autárquicos e da actividade municipal; a desburocratização e simplificação do processo administrativo; a dignificação das freguesias no quadro da Administração Local; a valorização do estatuto das Assembleias Municipais.

A Conferência definiu e aprovou as linhas de orientação para o próximo mandato a partir de uma reflexão crítica sobre a obra realizada e procurando as linhas de força para a generalização das experiências mais positivas.

Através de várias intervenções, o debate pôs em evidência a obra superior e em muitos casos inovadora, o que não quer dizer isenta de dificuldades e erros, realizada pela gestão da CDU.

A Conferência ouviu com especial agrado as notícias do reconhecimento dessa obra feita por entidades estranhas à coligação,

como no caso de uma revista da área do ambiente que, entre 23 autarquias classificadas com actividade muito boa ou excelente, incluiu mais de 50 por cento de autarquias de gestão CDU, uma percentagem duas vezes superior às do PS e do PSD.

A Declaração da Conferência salienta em síntese que «o trabalho dos eleitos do PCP e da CDU traduziu-se num amplo e valioso resultado» de que distingue: «as necessárias acções de planeamento participado e integrado e de harmonioso ordenamento do território»; a aposta «no desenvolvimento local e regional apesar dos constrangimentos que cada vez mais limitam o investimento produtivo; o avanço decisivo «para a plena satisfação de cobertura das necessidades ao nível das redes de infra-estruturas básicas e de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e de águas residuais; a diversificação e o reforço da «actividade sociocultural, bem como a de atendimento, informação e comunicação com os municípios».

De acordo com esta experiência, a Declaração sublinha que continuarão a ser preocupações permanentes do PCP «a progressiva humanização da vida e do bem-estar nas cidades e áreas metropolitanas, o ordenamento do litoral com base no seu desenvolvimento sustentável e a luta pelo desenvolvimento do interior do País e pela correcção das assimetrias regionais».

A Conferência salientou a especial importância política das próximas eleições autárquicas para o país, para o PCP e para a CDU e dedicou uma atenção muito especial aos diferentes aspectos da sua preparação.

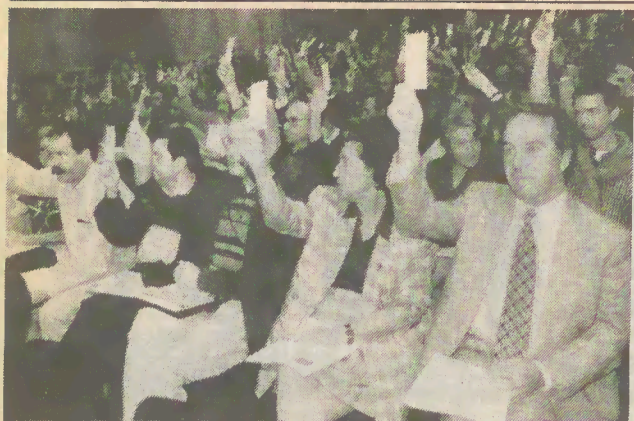
Foi aprovado que as eleições autárquicas «são uma batalha de todo o Partido» e foram definidos como grandes objectivos: a apresentação de candidaturas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias; a confirmação e o reforço das posições do PCP e da CDU nos municípios e freguesias onde hoje são maioritários; a conquista da presidência em novos municípios e freguesias; a ampliação das posições que hoje detêm em situação de minoria e a obtenção de mandatos onde hoje não dispõem deles.

O Secretário-Geral do PCP afirmou no encerramento do trabalho: «Nós encaramos estas eleições com uma grande serenidade e uma grande confiança.»

E explicou, mais à frente: «Não teremos o financiamento de banqueiros, sejam eles da Opus Dei, laicos ou republicanos, mas temos o que os outros não têm: a força das nossas convicções, um grande projecto para o Poder Local, obra realizada e a militância de milhares de activistas que por todo o lado darão cor e vida à nossa mensagem, que por todo o lado se empenharão para que se cumpra com êxito a campanha dos 200 mil contos.»

Entretanto, como a própria Conferência preveniu, o trabalho de preparação das eleições autárquicas não pode ignorar as outras frentes de luta em curso, nomeadamente a luta dos trabalhadores, determinante para a resistência à política de direita, para o desmascaramento da actuação do Governo PS e da falsa oposição do PSD e do PP, para a consciencialização de largos sectores do eleitorado.

Chama-se, neste sentido, a atenção para o comunicado da Comissão Política do PCP, apresentado em conferência de imprensa por Jerónimo de Sousa, na passada segunda-feira, que inserimos na íntegra na presente edição do «Avante!».



O poder local e as eleições autárquicas foram debatidas em Palmela este fim-de-semana

RESUMO

9 Quarta-feira

A ministra do Emprego, em carta endereçada ao Provedor de Justiça, recusa fazer qualquer alteração à lei das 40 horas ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Klaus Kinkel, reúne-se com o seu homólogo português, Jaime Gama ■ Em Angola, a bancada parlamentar da Unita toma posse ■ Os rebeldes zairenses tomam Lubumbashi, enquanto Étienne Tshisekedi é substituído no cargo de primeiro-ministro pelo general Likilia Bolongo ■ Respondendo às pedras lançadas por centenas de palestinianos, militares israelitas ferem 12 pessoas com granadas de gás lacrimogéneo e balas de borracha.

10 Quinta-feira

O PCP apresenta um projecto de lei na Assembleia da República que visa legalizar as associações profissionais das forças armadas ■ Carlos Carvalhas intervém num debate realizado no Porto sobre a adesão de Portugal ao euro ■ Quatro pessoas morrem na sequência de um acidente na nova ponte sobre o Tejo ■ Os estudantes do Ensino Superior apresentam a sua campanha nacional contra as propinas ■ O tribunal de Berlim considera o Irão responsável por actos de terrorismo de Estado ao ordenar o assassinio de quatro curdos num restaurante alemão há quatro anos ■ A Bélgica, a França e a Grã-Bretanha manifestam o seu desejo de mudança política no Zaire.

11 Sexta-feira

Carlos Carvalhas participa num comício em Almada sobre as consequências da moeda única ■ A Federação dos Sindicatos de Educação não assina a proposta de revisão do estatuto de carreira docente dos professores ■ A União Europeia apresenta na ONU um projecto de resolução sobre a questão de Timor-Leste ■ O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional angolano toma posse ■ O executivo indiano é derrotado numa moção de confiança apresentada no Câmara baixa do parlamento.

12 Sábado

Carlos Carvalhas participa na sessão de encerramento da Conferência Nacional do PCP sobre o

poder local e as eleições autárquicas, em Palmela ■ O governo italiano obtém a confiança da câmara dos deputados ■ O Papa João Paulo II inicia a sua visita a Sarajevo ■ Realizam-se eleições municipais e regionais na Eslováquia ■ Regista-se um incêndio na cidade italiana de Turim.

13 Domingo

O coordenador da CGTP-IN, Cavalho da Silva, participa em três plenários em empresas têxteis do vale do Ave ■ Três trabalhadores da construção civil portugueses emigrados na Alemanha são agredidos por skinheads em Berlim ■ O primeiro-ministro italiano desloca-se à Albânia para preparar a chegada dos militares estrangeiros que participarão na Operação Alba ■ As cidades zairenses de Kananga e Kolwezi são conquistadas pelos rebeldes ■ Milhares de iranianos desfilam em frente à embaixada de Bona em Teerão e queimam bandeiras alemãs nas ruas ■ O português António Pinto vence a Maratona de Londres.

14 Segunda-feira

É anunciado que a British Telecom e a MCI vão comprar 1,5 por cento do capital da Portugal Telecom ■ Termina o prazo de regularização das zonas de caça ■ A polícia de choque iraniana reprime centenas de estudantes que ameaçavam invadir a embaixada alemã em Teerão ■ Trinta pessoas são assassinadas numa aldeia a sul de Argel, na Argélia, por islamitas armados ■ O secretário-geral da ONU pede a todos os membros da organização que pressionem os rebeldes zairenses a aceitar o cessar-fogo.

15 Terça-feira

PCP recebe José Roberto, dirigente do Movimento dos Sem Terra do Brasil ■ Em visita ao Algarve, o deputado comunista Lino de Carvalho promete iniciativas na AR para defesa da economia da região ■ Ambientalistas manifestam-se no Rossio pela melhoria do anteprojecto da Lei de Bases do Ordenamento do Território ■ Comissão nas Nações Unidas adia votação do projecto de resolução sobre Timor ■ Presidente Suharto da Indonésia promete não sujeitar a represálias timorenses arrependidos que regressem ao território ■ Inicia-se a II Conferência Euromediterrânica, em Malta.

Avante!

Propriedades de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes
1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7.ª A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A, 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Contínente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

A espantosa confissão

O Governo anda de cabeça perdida. Os sintomas têm estado a acumular-se. Mas a actuação do Ministro das Finanças na Comissão de Economia da Assembleia da República, onde foi chamado a prestar esclarecimentos sobre o aval à UGT, não pode deixar de preocupar mesmo os mais inabaláveis defensores do Governo PS.

A histeria de berros e murros na mesa a que Sousa Franco se entregou, perfeitamente incompatível com as funções que desempenha, é, na verdade, ilustrativa da crise que o Governo atravessa e duplamente chocante.

No plano político, arrasa a imagem da governação dialogante que Guterres tanto quis construir como marca distintiva do seu executivo.

No plano pessoal, deita por terra a fama de equilíbrio, serenidade e ponderação do antigo presidente do Tribunal de Contas, que constituía um dos pilares da presente solução governativa.

Reveste igualmente um significado simbólico que tenham sido as palavras do líder parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, que contiveram o ministro quando lhe afirmou com muita firmeza: «Não dê murros na mesa que eu também sei dar!»

O ministro Sousa Franco, além dos berros e dos murros, disse coisas de uma arrogância intolerável em relação à Assembleia da República e fez um confissão espantosa.

No estilo arruaceiro que tem vindo a cultivar, classificou as questões que os deputados lhe colocavam, no exercício da competência fiscalizadora sobre a actividade do Governo, de «conversa jornalística e de café» e, com mais ênfase, de «conversa de taberna».

Esta rudeza servia para encobrir o entalço em que se deixou apanhar. É que no texto do despacho que concedeu o aval invoca o interesse económico da acção que a UGT desenvolve no domínio da formação profissional. Ora a UGT, no congresso que realizou em Abril, já tinha resolvido acabar com a formação profissional, a que atribuía as causas da sua má situação financeira.

Ao ser assim entalado, o ministro perdeu a cabeça, abandonou os argumentos de legalidade e deixou que lhe fugisse a boca para a verdade.

Foi assim que confessou que «a UGT tinha que fechar as portas se não pagasse as dívidas» e que «o aval salvou a UGT». Não

contente com isto, quis passar ao ataque no plano ideológico, alegando que salvara o «sindicalismo democrático» dos «abutres», continuando, por esta forma, o rancoroso ataque à CGTP, que iniciou logo que foi desmascarado o aval.

O que ficou irrefutavelmente demonstrado e confirmado, mais uma vez, é que a UGT anda ao colo do Governo e que este se arroga o direito de intervir para conformar os sindicatos ao seu gosto e às suas conveniências.

Que confiança pode merecer um tal sindicalismo governamentalizado e dependente?

Assim, as ilegalidades a que o Governo recorreu para salvar financeiramente a UGT, estão, com alta probabilidade, a acelerar a sua morte sindical e política.

Estranha, no meio de tudo isto, é a ausência do primeiro-ministro, esperando, se calhar, como na crise das polícias, que a coisa passe e esqueça.

Não se percebe é como, em matéria que envolve tantas questões de princípio, queira fugir a dar a cara?!

■ Carlos Brito

Pela «vontade geral»

O processo de revisão da Constituição está a revelar-se um descaído - ou seja, está a descobrir a cara de quem o anda a urdir, ou seja: o governo PS e o PSD. Sozinhos, trancados, surdos e mudos ao que se passa no país, tentando desencovar velhos direitos de privilégio, numa cilada à democracia, armadilharam os dois uma emboscada à falsa fé. E é contra direitos adquiridos pelo povo português que estão a fazê-lo.

A Constituição de 1976, a Constituição de Abril, não foi uma fórmula de esperança programática, (ou «utópica» como alguns pretendem agora chamar-lhe, no seu falso sentido de «modernidade»).

Ela constitui, de facto, um compromisso político novo na história do povo português, que o honrou com uma das constituições mais progressistas do mundo.

Com a Constituição de Abril foi uma nova concepção dos direitos e do direito que nasceu entre nós. Vinda de muitos antigos anseios populares de justiça e de muitas memórias de graves injustiças.

Mas não só. Com a Constituição de 76 aprendemos novas formas de conformar o direito à vida, como o imaginamos e exigimos, como o queremos, merecemos e poderemos ter.

Mas de revisão em revisão, de regulação em regulação pela via das «leis ordinárias» (as quais, como o mentiroso nato, nunca deixaram de afirmar expressamente a sua «conformidade à Constituição») ela foi-

-se tornando baça. Em vez da flor com sementes de novos direitos ou que voasse como borboleta, querem fazer dela traça. Em vez de livre, como a maioria do povo português decerto desejava, decerto querem amarrá-la agora às cordas de um acordo de pirataria política.

Alguns dirão que estamos a exagerar, pois se trata de um acordo entre dois partidos parlamentares. Mas, de facto, esse acordo foi congeminado sem a intervenção dos partidos com representação na Assembleia da República (incluindo o PS), nem na CERC, Comissão Eventual para a Revisão da Constituição!

Se esse «acordo» tão falado (mas não discutido em sede própria) fosse imposto e inserido na lei fundamental, o povo português ficaria mais pobre em direitos e em perspectivas, nas esperanças e nas condições para abrir caminho a um futuro melhor.

O que os predadores de direitos não deveriam esquecer é que o sentido do direito e a exigência dos direitos continua e continuará pulsando no coração do povo. E continuará sendo bandeira daqueles que darão sempre tudo pelo bem comum - ou, como diriam os que promoveram a revolução francesa: pela «vontade geral».

Não será isso a democracia?

■ Aurélio Santos

ENTÃO NÃO ESTÁS CONTENTE?
O PAPA JÁ PEDIU PERDÃO 94 VEZES!!
PEDIU DESCULPA PELAS CRUZADAS,
PELA PARTICIPAÇÃO DE CRISTÃOS EM DITADURAS,
PELAS INJUSTIÇAS CONTRA AS MULHERES,
PELAS GUERRAS RELIGIOSAS...
E ATE' AO GALILEU!



Desenho: Monginho

TORY BLAIR
mutante e clone

Dentro de 15 dias, as eleições na Grã-Bretanha, previsivelmente, porão fim a 18 anos de governo tory (conservador). Mas será mesmo assim? A dúvida, não radica tanto no encurtamento do fosso entre o *labour* e os *tories* que as últimas sondagens revelam; ou na indecisão de ainda 1/3 do eleitorado; ou mesmo, na recordação da clamorosa derrota de Neil Kinnock há 5 anos. Não! A questão é mais de fundo. Porque mesmo que em 1 de Maio o *New Labour* de Tony Blair ganhe as eleições, será Blair que assumirá a cabeça do governo de Sua Majestade. Como justamente observa, de Londres, Hugo Estensoro, no *Público* de 30/9/96, "Blair representa uma espécie de trabalho em continuidade "tory". Não é por acaso que o seu líder se confessa admirador e discípulo de Margaret Thatcher..." É por isso mesmo que na Grã-Bretanha lhe chamam há muito, em certo trocadilho, *Tory Blair* (*Le Monde*, 3/9/95). Um clone...

Em 1992, o poderoso tabelóide popular de direita *Sun* (4 milhões de exemplares, 10 milhões de leitores) apoiou John Major, apontando-o como "dirigente visionário, corajoso e determinado". Agora, o mesmo *Sun* (propriedade do conhecido magnata Rupert Murdoch, um ferrenho de Thatcher) enche toda a primeira página de 16/3/97 com um enorme **SUN BACKS BLAIR**, o *Sun* apoia Blair, apontando-o como o "dirigente dotado de visão, objectivos e coragem"! Para desfazer o aparente paradoxo, o seu editorialista político explicou o óbvio: "O jornal não modificou a sua linha, foram os trabalhistas que mudaram". E que mudança! O *New Labour* de Tony Blair é um verdadeiro mutante do *Labour* original.

Desde que Blair e o seu círculo íntimo conseguiram apoderar-se da chefia do *Labour*, operaram uma radical mutação, de que resultou o *New Labour*. Cortou radicalmente com o socialismo, eliminando a célebre cláusula 4 dos estatutos, a "propriedade comum dos meios de produção" e substituindo-lhe "a iniciativa do mercado e o rigor da competitividade", servidas pela colaboração de classes, como motor da criação de riqueza. Depois, distanciou-se mais e mais da esquerda e, como Blair esclareceu há pouco perante grandes empresários, já nem sequer é de "centro-esquerda". Ao mesmo tempo que quebrava a coluna vertebral do *Labour*, os sindicatos, voltava-se cada vez mais para o *Big Business* como parceiro privilegiado. Sob o título "O *Labour* pretende parceria com os negócios" o *Financial Times* de 8/4/97 informa sobre o entusiasmo de Blair pelas privatizações perante uma selecta audiência na City londrina, e cita-o: "O nosso objectivo actual é construir uma parceria com os negócios mais ampla e profunda que qualquer governo do pós-guerra na Grã-Bretanha jamais pensou", porque, Blair *dixit*, "é melhor deixar a actividade económica para o sector privado, com as forças do mercado encorajadas plenamente a agir". Ao mesmo tempo que elogia Thatcher, Blair copia Newt Gingrich ao apresentar no Congresso de Blackpool o seu "Contrato de Governo" em 10 pontos. Blair, diz-nos o *DN* de 28/1/97, "enterrou definitivamente o velho *Labour*", ao tornar claro que "não tenciona tocar no orçamento delineado pelo chanceler do tesouro conservador", para logo no dia seguinte, perante "inúmeros empresários" reunidos para o ouvir no *Institute for Public Policy Reserch*, conseguir "retratar o *Labour* como o melhor partido para os negócios". Blair sabe que tal irá contra os interesses dos trabalhadores. Por isso, tal como impôs uma férrea disciplina no partido (*Público*, de 1/10/95), coloca desde já o "Labour contra greves" (*DN* de 11/9/96), mandando o seu ministro-sombra David Blunkett ao Congresso do TUC prevenir: "Um governo trabalhista não tolerará as actividades de revolucionários de salão, cujo único interesse é provocar perturbações e que encaram os conflitos como ocasião para semearem a desordem." Mas onde e de quem já nós ouvimos este discurso?!...

Estamos pois falados quanto ao clone Blair e o seu mutante *New Labour*. Imutável e autêntico é o insaciável Rupert Murdoch que, para além do seu império mediático na Austrália, nos EUA, no Japão, é na Grã-Bretanha o patrão do *Sun*, do *Times*, do *News of the World* e do *Sunday Times* (35% da tiragem da imprensa inglesa), além dos 6 milhões de assinantes da sua cadeia TV *BSkyB*. Blair já assegurou em Março que não modificará "as regras que regem a propriedade cruzada dos jornais e do audiovisual", dando assim luz verde ao enorme projecto de Murdoch de lançar aí o primeiro bouquet de TV numérica por satélite (ver *Le Monde Diplomatique*, Abril 97). Quanto a tudo isto, estamos entendidos. Mas falta o resto - e esse resto são as realidades sociais efectivas, são os homens reais, é a luta de classes, que nunca poderá ser posto entre parêntesis duradouramente nesta sociedade totalitária onde os ricos são cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais e cada vez mais pobres. Toda a nossa confiança vai para a acção tenaz de dezenas de milhares de dirigentes sindicais e dirigentes de esquerda trabalhista que já no começo deste ano, em abaixo-assinado, apelaram à luta contra as anunciadas políticas de Tony Blair. São esses que, com as massas trabalhadoras e populares, acabarão por derrotar os clones, os mutantes e o "virtual" da política suja do *business*.

■ Carlos Aboim Inglês

SEMANA

Obra mortal

Quinta-feira passada, seis trabalhadores morreram e um encontra-se em estado de coma profundo, em consequência de um acidente nas obras da Ponte Vasco da Gama. Um empreendimento em que já morreram mais seis pessoas, num período de sete meses.

Número a que há que acrescentar a morte de duas crianças, numa vala técnica não protegida da obra, em Fevereiro do ano passado.

A comissão de inquérito então nomeada concluiu que o potencial risco no local do acidente era inaceitável e se conjugava com idêntica perigosidade da própria obra. Uma obra que não correspondeu ao Estudo de Impacto Ambiental, não cumprindo ainda o regulamento de segurança no Trabalho da Construção Civil.

Falta de segurança da obra, falta de segurança no trabalho e agora falta de segurança no próprio processo construtivo, são factores que têm vindo a acumular-se, com um já elevado custo em vidas humanas.

Mesmo no quadro da construção civil - o sector onde se concentra a maior percentagem de acidentes mortais no trabalho - não há nenhum outro exemplo tão grave.

ONU denuncia tortura em Timor

Pelo menos 378 pessoas desapareceram em Timor-Leste entre Novembro de 1995 e o mesmo mês do ano passado. Um facto revelado no relatório do secretário-geral da ONU, divulgado na 53ª sessão da Comissão dos Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça.

O relatório - que refere ainda casos de tortura - baseia-se em documentos elaborados por enviados da ONU, organizações humanitárias, entre as quais a Amnistia Internacional, Departamento de Estado norte-americano e testemunhos de personalidades que visitaram Timor-Leste o ano passado.

O chefe da delegação da Indonésia na Comissão de Direitos Humanos da ONU, admitiu que a situação dos direitos humanos em Timor está "longe de ser perfeita", mas considera os abusos cometidos como "simples desvios".

A União Europeia apresentou à sessão de Gene-

bra um projecto de resolução em que exprime "profunda preocupação" pela continuação das violações dos direitos humanos em Timor e pelas notícias de



execuções sumárias, desaparecimentos, prisões e torturas.

O documento lança um apelo à Indonésia para que respeite os direitos humanos e as liberdades fundamentais do povo de Timor-Leste, promova a rápida libertação dos presos políticos e permita o acesso das organizações humanitárias internacionais.

Solidariedade com os Sem Terra

"Terra e Luta" é o tema do primeiro vídeo/debate sobre "Os Sem Terra no Brasil, um ano do massacre", e que decorre hoje, às 20.30 horas, na Videoteca Municipal de Lisboa.

Este ciclo inclui mais dois vídeo/debates - "Solidariedade e Globalização", sexta-feira, às 21.30, e "Arte e Movimentos Sociais", às 16 horas de sábado.

A CGTP-IN realiza, amanhã, pelas 18 horas, no seu auditório, um debate de solidariedade.

Também a Associação de Estudantes do Instituto Superior de Agronomia organizou um vídeo/debate, no passado dia 14. No próximo sába-



do, pelas 22 horas, na Cantina do Instituto, realiza-se uma Festa de Solidariedade ao Movimento dos Sem

Terra (MST), com música brasileira e caipirinha.

Estas iniciativas inserem-se numa acção de solidarie-

dade com os Sem Terra, a decorrer em 100 cidades brasileiras e em vários países, nomeadamente Por-

tugal. Um ano após o massacre de Carajás, em que 19 trabalhadores rurais brasileiros foram assassina-

dos, esta data está a ser lembrada com a realização da exposição de fotografias de Sebastião Salgado

"Terra" e todo um conjunto de acções que visam informar, recolher apoios e ajuda financeira para os Sem Terra.

Formas de solidariedade com milhões de homens e mulheres que, no Brasil, lutam pela terra, pelo direito a produzir e a trabalhar, pela Reforma Agrária, contra o poder económico e político e a violência dos terratenentes de latifúndios com milhares de hectares.

Portugueses agredidos em Berlim

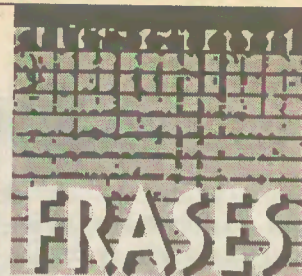
Três operários portugueses da construção civil foram espancados, em Berlim, por um grupo de neonazis. Um dos portugueses ainda se encontra hospitalizado, para observação.

Um ataque com características claramente racistas. Tudo se passou sem qualquer provocação. Nenhum dos portugueses conhecia os agressores e não chegou sequer a haver uma troca de palavras.

Não é a primeira vez que emigrantes portugueses na Alemanha são vítimas deste tipo de agressão. Nos últimos anos, têm-se vindo a registar, neste país, repe-

tidas agressões e actos xenófobos e racistas contra trabalhadores e comunidades imigradas, em particular de origem turca. Uma realidade alimentada, também, pela situação socioeconómica e pelas próprias políticas oficiais em relação aos imigrantes.

No Ano Europeu contra o Racismo, factos como este vêm reforçar a importância da luta contra o racismo nas suas muitas diversas manifestações. Formas de racismo que também em Portugal têm vindo a acentuar-se, nomeadamente contra a comunidade cigana.



"Portugal é hoje uma pérola do capitalismo. Graças a Cavaco e a Guterres. O investimento, no entanto, ainda é, em grande parte, financeiro."

(Victor Cunha Rego, Diário de Notícias, 15.04.97)

"Quem diria que um Governo cujo primeiro-ministro pertenceu à esquerda do PS e tem vários membros vindos da extrema-esquerda e do PREC chegaria a tantos méritos capitalistas?"

(idem ibidem)

"Evidentemente que se me perguntarem se o primeiro-ministro é de mentalidade PS, digo que não."

(Raul Rego, Diário de Notícias, 14.4.97)

"Por um estranho fenómeno, os partidos são ricos quando estão no poder e entram em pré-falência quando vão para a oposição. Aconteceu isso ao PS em 86 e está agora a repetir-se no PSD dez anos depois."

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 15.04.97)

"No seu périplo pelo Porto, Coimbra, Lisboa e Faro, a tríade Governo / confederações patronais / UGT, denominada Comissão de Acompanhamento do Acordo Estratégico, foi incapaz de garantir como, onde e quantos postos de trabalho aí seriam criados"

(Comunicado da CP do PCP, idem)

"O mais de meio milhão de desempregados reais e os cerca de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras com vínculos precários reclamam medidas e outra política diferentes daquelas que o Governo PS prossegue"

(idem)

"Não quero perder mais tempo com coisas sem importância"

(Manuel Monteiro, referindo-se a Jaime Coutinho, líder da extrema-direita da FDN, Expresso, 11.04.97)

"Ele sabe muito bem quem nós somos e até já me convidou para reuniões na sede do Caldas (...) Ele já me conhece desde 1985 e sabe as minhas posições políticas"

(Jaime Coutinho respondendo a Manuel Monteiro, idem)

"Vamos ideologizar o PP"

(idem ibidem)

"O País andou a ser enganado dois anos. Agora é altura de dizer põe-te a pau"

(Alberto João Jardim, Diário de Notícias, 14.04.97)

"O presidente do Governo Regional da Madeira escreveu uma carta a Sampaio em que diz não estar interessado no levantamento da imunidade"

(Headline do Diário de Notícias, 15.04.97)



PCP intensifica campanha contra a corrente monetarista

Na semana passada, o secretário-geral do Partido participou num debate no Porto e num comício em Almada. No próximo sábado, realiza-se em Lisboa um seminário internacional sobre a moeda única e a União Económica e Monetária (ver Agenda). A par de outras iniciativas, continua a bom ritmo a recolha de assinaturas para o abaixo-assinado lançado por seis dezenas de personalidades e dirigido ao Presidente da Assembleia da República.

Contra a corrente dos que defendem a corrida para o euro a qualquer preço, os comunistas reforçam o seu empenho na batalha do esclarecimento sobre as consequências de tal política e os caminhos alternativos, sublinhando que, numa questão de tão grande importância para o futuro do País, os portugueses devem ser chamados a pronunciar-se.

Comício em Almada

A plateia e os dois balcões da Incrível Almadense tiveram lotação esgotada na passada sexta-feira, para o comício-festa que a comissão concelhia do PCP levou a cabo e que teve por tema forte a exigência de um referendo, para proporcionar uma larga discussão nacional sobre a entrada de Portugal para a moeda única.

Recebido por Jorge Pires, da Comissão Política, Maria Emília Sousa, camaradas da concelhia do Partido e um grupo de jovens comunistas, Carlos Carvalhas ocupou lugar entre a assistência e, juntamente com as centenas de pessoas que acorreram à histórica colectividade, aplaudiu o recital dado por Francisco Naia (voz), Rui Curto (acordeão), João Pimentel (viola) e João Penedo (contrabaixo).

Para o comício propriamente dito, subiram ao palco, saudados por uma sala em pé a gritar, cada vez mais forte, «PCP! PCP!», dirigentes do Partido e da JCP no concelho e no distrito de Setúbal e o secretário-geral.

Pedro Silva, da Juventude Comunista Portuguesa e da concelhia do PCP, recordou a canção de Chico Buarque «Tanto mar», para afirmar a determinação de não deixar que murche a festa de Abril. Criticou a opção pela moeda única, sublinhando que não é esta a via para resolver os problemas dos jovens.

Vicente Merendas, da célula da Lisnave e do Comité Central do Partido, denunciou a «campanha contra os trabalhadores» do concelho, que se reflecte num grande aumento do desemprego (mais 35 por cento entre Dezembro de 1994

e 1996, mais 25 por cento só desde a tomada de posse do Governo PS), mas também nas tentativas de reduzir salários, eliminar direitos e generalizar a instabilidade de emprego.

Maria Emília Sousa, apresentada como «candidata vencedora das próximas eleições autárquicas», salientou que «o grave problema da moeda única tem tudo a ver com o quotidiano das populações, mexe com todos os cidadãos, interfere nos hábitos e nas práticas de vida de toda a gente».

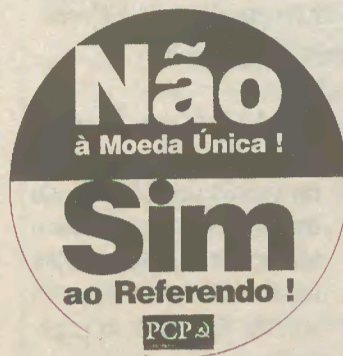
Carlos Carvalhas encerrou o comício com uma intervenção de que publicamos extractos nestas páginas.

Debate no Porto

Cerca de duas centenas e meia de pessoas estiveram no Hotel Tuela, na última quinta-feira, para ouvir e inquirir o secretário-geral do PCP sobre as consequências da moeda única, numa sessão promovida pela direcção regional do Partido. Muitos dos intervenientes confessaram, desde logo, dominar mal o tema, dando assim mais força à necessidade do referendo nacional e da respectiva campanha de esclarecimento público.

Carlos Carvalhas explicou a posição do PCP contra a entrada de Portugal nesta fase da moeda única, considerando que o País ficaria mais desprotegido face aos países mais ricos e desenvolvidos e face a possíveis choques económicos. Chamou a atenção para a evolução da construção europeia, que vem confirmando as piores expectativas relativamente ao desemprego e ao aprofundamento das desigualdades entre regiões, notando que Portugal se tornou contribuinte líquido da UE.

A assistência, muito diversificada, colocou várias questões e seguiu atenta as respostas do secretário-geral do PCP, que apelou à luta e à intervenção de todos, designadamente na batalha pelo referendo e na mobilização para o **comício internacional pelo emprego**, em Lisboa, a 24 de Maio, no Campo Pequeno.



Os comunistas estão empenhados no esclarecimento e no debate



Moeda única é a aposta do grande capital financeiro

Extractos da intervenção de Carlos Carvalhas no comício em Almada

O agravamento da situação social e a manipulação das estatísticas

O agravamento da situação social é infelizmente uma realidade ao mesmo tempo que as grandes empresas e o capital financeiro vão revelando, nos seus Balanços e Relatórios, lucros de dezenas de milhões de contos. Dezenas de milhões para os grandes e garrote financeiro para os pequenos!

É esta a política de um governo que tem o nome de socialista!

E a propaganda com o objectivo de criar um clima artificial de optimismo não altera a dura realidade.

Uma realidade social que o Governo por vezes vai revelando quando a época exige algum teatro de comiseração (recorde-se que no Natal o Governo se mostrou muito preocupado com as mais de 200 mil famílias em situação de pobreza) ou quando há a ameaça de o desemprego se transformar no principal critério para a distribuição de fundos e, então, o Governo revela que cerca de 50% da mão-de-obra tem vínculo precário.

Fora destes casos há que pintar a situação de cor-de-rosa.

Mas o Governo sabe muito bem que, com os critérios de Maastricht, a moeda única, o alargamento da Comunidade e as imposições do GATT, o desemprego, o trabalho precário e a emigração vão continuar a aumentar.

E sabe também que não é com manipulações estatísticas nem com doses maciças de propaganda que se altera a realidade.

O Governo sabe, por exemplo, que há longos meses o número de trabalhadores agrícolas tem aumentado na ordem das dezenas de milhar. E não é por a agricultura estar florescente.

A crise na indústria e nos serviços está a empurrar os desempregados para a agricultura. Esgotados os prazos dos subsídios de desemprego, o regresso à terra é, para milhares de pessoas, a única forma de assegurar o mínimo de sobrevivência. É a opção desesperada pela agricultura de subsistência. Por outro lado, este fenómeno ajuda a taxa de desemprego.

Basta que o trabalhador dedique escassas horas por semana ao trabalho no campo, remunerado ou não, e não prossiga outra actividade profissional, para não ser desempregado nas estatísticas do INE.

Num dos seus discursos na Assembleia da República, o secretário-geral do PS, então na oposição, dizia: «... é preciso romper com o conformismo face ao desemprego, ao alastramento da pobreza e à insegurança; é preciso romper com a injustiça no sistema fiscal e nas políticas sociais. Afirmamos a necessidade de políticas económicas cuja orientação essencial, neste momento, tem ainda de ser virada para o crescimento e para o emprego, rejeitando fundamentalismos ideológicos e excessos de zelo que ninguém nos exige...».

E acrescentava solenemente o eng. Guterres: «Hoje ninguém sabe verdadeiramente qual é o número de desemprego em Portugal.»

É que os critérios do INE fazem com que quem tenha trabalhado uma hora na semana anterior, mesmo em propriedade agrícola sua ou arrendada, não seja desempregado. Ora este critério tem uma aplicação totalmente diferente na Alemanha, onde não há minifúndio, e nas zonas de crise industrial do norte do País em que muitos desempregados não figuram como tal nas estatísticas do INE.

Esta matéria, dizia então o eng. Guterres, «revela que porventura o desemprego real em Portugal andar, neste momento, entre os 8 e 10 por cento».

A pergunta que daqui fazemos ao Primeiro-Ministro é que nos diga, isto é, que diga ao povo português, com verdade, qual é na realidade a taxa real de desemprego no nosso país e se está disposto a autocriticar-se por também o seu governo continuar com as mesmas artimanhas e manipulações estatísticas que tanto criticou ao PSD.

Caros amigos e camaradas,

Não é certamente, como diz a propaganda do PS, para facilitar a viagem de turismo do sr. Silva e família a Paris e a Roma, ou para facilitar a vida ao emigrante sr. Santos, que o Governo prossegue o fundamentalismo da moeda única. A razão é outra. O grande capital nacional e multinacional tem fundadas razões para apostar na moeda única. Esta vai facilitar (e de que forma!) a mobilidade dos capitais e as suas aplicações em títulos, acções, fundos de investimento e pensões, etc., sem qualquer risco de esses valores serem depreciados (desvalorizados) por uma qualquer alteração repentina dos câmbios, decorrente de uma tempestade monetária ou instabilidade política!

A moeda única vai ajudar a abrir novas portas à concentração e centralização de capitais por via dos negócios, oleados pelo euro, de compra, fusão, troca de participações, etc., de empresas; a nova divisão e organização do trabalho (subcontratação de pequenas e médias empresas, recurso a mão-de-obra barata, etc.) na União Europeia, conforme os interesses dos pólos dominantes do capital multinacional no quadro da mundialização económica; vai estimular o desenvolvimento de actividades especulativas e o reforço do papel das principais praças financeiras da Europa. Como diz a Comissão Europeia, «a transparência acrescida das condições de concorrência deverá também facilitar (...) as fusões, aquisições e alianças ao nível da União e, mais geralmente, as estratégias de desenvolvimento das empresas».

Estas são as principais razões da marcha acelerada e forçada para a moeda única.

Assim, nós temos condenado o Primeiro-Ministro e o Governo por, em nome dos critérios de Maastricht e da participação no núcleo duro da moeda única, prosseguirem e aprofundarem uma política ao serviço do grande capital que trava e funciona contra o crescimento económico, o investimento e o emprego no nosso país.

Por conduzirem uma política económica subjugada pela prioridade absoluta da moeda única, que se traduz numa política de regressão social, de aumento do desemprego e na eliminação de direitos duramente conquistados pelos trabalhadores ao longo de muitas dezenas de anos.

(...)

As razões de um referendo

O referendo sobre a moeda única é uma condição do esclarecimento popular e de ponderação nacional sobre o significado e as consequências de tal escolha.

Só a campanha do referendo poderá proporcionar o debate contraditório, generalizado e esclarecedor que é indispensável. E o interesse em participar na decisão levará a generalidade dos cidadãos a interessar-se pelo assunto e a decidir em consciência sobre uma opção tão decisiva para o futuro de Portugal.

As grandes decisões que, como esta, afectam profundamente o curso histórico do nosso país, carecem indubitavelmente de uma legitimação democrática qualificada.

Se só temos vantagens com o «euro», se tudo é «cor-de-rosa», se tudo é «oásis», por que é que o PS tem medo que seja o povo a decidir?

Dêem a palavra ao povo, demonstrem-lhe as vantagens da moeda única, digam-lhe com verdade o que vai acontecer ao emprego e ao nosso aparelho produtivo.

Digam ao povo português o que vai acontecer às nossas exportações, quando o Euro se valorizar em relação ao dólar, ao iéne e a outras moedas exteriores à União Europeia.



(...)

Seria também de grande interesse que o governo dissesse aos portugueses como é que a economia portuguesa vai aguentar o duplo choque a que vai estar submetida: o choque da moeda única e o choque da crescente abertura ditada pela Organização Mundial do Comércio.

Não há bonitas palavras nem tiradas patrioteiras que possam disfarçar a realidade.

(...)

A voz grossa do Governo

O grande argumento do Primeiro-Ministro é que, entrando no euro, estando no «pelotão da frente» como dizia Cavaco Silva, Portugal estará no centro das decisões!

Como é sabido, quem vai ditar no essencial a política monetária vai ser o Banco Central Europeu, no qual Portugal nem sequer terá assento nos órgãos de decisão.

Depois, já todos conhecemos a voz grossa do governo PS em Bruxelas, a voz firme do Ministro dos Negócios Estrangeiros, que ainda ontem subservientemente trazia nas palminhas o sr. Klaus Kinkel, Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, que em tom de «boss» declarava paternalmente que a Alemanha via com «bons olhos» os esforços que Portugal está a fazer para cumprir os critérios de Maastricht. Só não disse que ainda vê com melhores olhos a venda da Portugal Telecom aos alemães da Deutsche Telekom como moeda de troca para entrarmos no Euro.

Só não disse que os olhos do capital internacional sorriem quando vêem o programa de privatizações do Governo PS, em que o sector público ainda fica mais reduzido do que no tempo do fascismo.

Grande socialistas, grandes homens de Esquerda, que tanto contentamento dão aos senhores banqueiros e quejandos.

A mesma voz grossa que agora diz «amen» ao Acordo da União Europeia com Marrocos, que permitirá a este país introduzir a totalidade das suas explorações conserveiras à taxa zero.

Acordo que porá em causa a sobrevivência da indústria conserveira nacional e a viabilidade de uma parte importante da pesca de cerco. Isto é um escândalo, com a assinatura do Governo PS, que confessa inclusivamente que as alegadas contrapartidas para Portugal foram extremamente escassas.

Nada justificava, portanto, a aprovação desta Ratificação do Acordo da União Europeia com Marrocos.

A sua recusa seria, até, não só uma afirmação da nossa soberania e da defesa dos interesses nacionais, como constituía uma decisão que bloquearia formalmente a sua entrada em vigor na Comunidade, obrigaria à reabertura do debate nas instâncias europeias e, mesmo que não levasse à renegociação do Acordo, obrigaria seguramente a que a Comunidade Europeia encontrasse mecanismos efectivos de apoio à viabilização da indústria conserveira nacional e à pesca de cerco e tivesse este processo em curso em futuras negociações. Não o quiseram assim o PS e o PSD, votando a favor e ratificando este Acordo Comercial.

Pela nossa parte, PCP, mantivemos a coerência das nossas posições votando contra a ratificação deste Acordo.

O projecto político da moeda única

A moeda única é um projecto político que conduzirá a choques e a pressões a favor da construção de uma Europa federal, ao congelamento de salários, à liquidação de direitos, ao desmantelamento da segurança social e à desresponsabilização crescente das funções sociais do Estado... E um projecto que cada vez mais vai liquidar a produção nacional e substituí-la pela produção estrangeira. Ainda ontem um jornal espanhol se gabava de Portugal ser já o primeiro cliente da Espanha.

O Primeiro-Ministro vai procurando enfeitar o seu febril fundamentalismo pela Moeda Única, pela Europa política, económica e monetária, com a referência vaga a uma dita Europa social. E segunda-feira vai fazer o mesmo «número» com Filipe Gonzalez, procurando dar a ideia de grande preocupação com o desemprego! É preciso ter «lata».

Mas a Europa social que os trabalhadores e o povo português reclamam não pode resumir-se a meras frases vazias de conteúdo, nem à concepção de uma Europa social «complementar» e de disfarce da Europa comandada pelo capital financeiro, em que o «social» apenas visa favorecer uma certa resignação dos trabalhadores à pretensa inevitabilidade da baixa dos custos do trabalho.

(...)

Alto Lindoso e Touvedo Urge defender o ambiente

A proximidade do Verão exige que a EDP e o Ministério do Ambiente tomem as medidas adequadas para evitar mais afogamentos no rio Lima, alerta o Organismo interconcelhos do Vale do Lima do PCP, em comunicado à população.

Apesar da assinatura em Janeiro passado do convénio entre a EDP e o Ministério do Ambiente, relativo ao «Programa de optimização ambiental das condições de exploração dos aproveitamentos hidroeléctricos do Alto Lindoso e Touvedo no rio Lima», a verdade é que foram descurados ou mal tratados importantes problemas decorrentes da exploração daquelas barragens, na perspectiva na defesa e preservação da natureza e das populações.

Continuando o regime de exploração de Touvedo sem regulamentação, mantém-se o risco de perdas de vidas humanas resultante das variações abruptas do nível da água. E lembrando a morte, no Verão passado, de

2 adolescentes em S. Martinho da Gandra, os comunistas consideram ser esse um motivo suficiente para que o Ministério obrigue a EDP a regularizar caudais, como aliás foi prometido às populações.

Não é o que está a acontecer, garante o PCP. A central de Touvedo, ao operar segundo critérios exclusivos de optimização do rendimento hidroeléctrico, que levam a alterações bruscas do nível da água está a impedir a utilização do rio e das suas margens para recreio e actividades balneares em condições mínimas de segurança.

Por outro lado, o caudal ecológico situado dentro do Parque Nacional da Peneda-Gerês, muito distantes dos valores apontados por estudos

de impacte ambiental, é manifestamente insuficiente.

Referindo ainda o desperdício que do ponto de vista energético representa para o produtor a água que transpõe a obra de retenção hidráulica sem passar pelas turbinas, os comunistas afirmam não ser difícil de concluir que «o Ministério do Ambiente defendeu da melhor maneira os interesses da EDP e não os do ambiente, como que «a engordar a vaca para a vender na feira», aquando da privatização daquela empresa pública».

Governo reconduz administração dos ENVC

Também em relação ao que se passa nos Estaleiros de Viana do Castelo os comunistas tomam posição.

Contrariamente ao que há anos se verificava nos ENVC, diz a Direcção da Organiza-

ção Regional de Viana do Castelo, hoje a empresa debate-se com sérios problemas de ordem financeira, fruto dos maus resultados do exercício dos últimos quatro anos.

Este facto devia, no entendimento do PCP, levar o Governo, através da referida tutela, à adopção dos procedimentos adequados para a alteração da situação. No entanto, ao alhear-se por completo do problema, e ao reconduzir a totalidade dos membros da Administração dos Estaleiros Navais para um novo mandato de três anos, a DORVIC considera não poder deixar de colocar algumas interrogações.

Estará o Governo a apostar na desestabilização da empresa, de forma a criar condições para a sua privatização? Mantendo o actual estado das coisas, estar-se-á a preparar a opinião pública para a reconversão total da empresa para o sector da reparação e a redução drástica do efectivo de trabalhadores, como pretendem os grupos económicos que dominam a Indústria Naval? Ou a recondução da actual administração é apenas resultado das lutas intestinas do PS e da política de amiguismo que estas proporcionam?

Os ENVC eram na região um bom exemplo da política defendida pelo PCP, de grande dinamismo, geradora de resultados económicos/financeiros positiva e propiciadora de estabilidade e emprego, mas como não parece ser isso o que o governo socialista pretende, os comunistas entendem seu dever questionar o PS local sobre que desenvolvimento e estabilidade defendem para a região.

Criação da Universidade de Bragança PCP lança desafio

As propostas de Projecto de Lei de «Criação da Universidade de Bragança» apresentadas pelo PSD - já na oposição -, em Fevereiro de 1996, e pelo PS, no passado dia 6 de Março, não passam, para a Direcção da Organização Regional de Bragança, de duas iniciativas sem «qualquer credibilidade e coerência ética ou política».

No caso do PSD, porque enquanto foi Governo não só não defendeu a criação da Universidade de Bragança como, pela voz do Primeiro-Ministro Cavaco Silva, afirmou ser contra tal iniciativa perante a presença silenciosa do agora primeiro subscritor deste projecto, o deputado Cruz Oliveira, na altura Governador Civil do Distrito de Bragança.

No caso do PS, a DORBA considera que a sua iniciativa encerra «ainda maiores contradições» e uma inata apetência para a «demagogia» e o «malabarismo político». É que dos dois subscritores da proposta do PS - os deputados eleitos pelo círculo de Bragança - um deles, Adérito Pires, candidato assumido à Câmara Municipal de Mirandela, quando do anúncio da sua candidatura assumiu que, caso fosse eleito, criaria uma Universidade Pública em Mirandela. O que suscita uma pergunta sobre quantas universidades defende este deputado.

A isto acresce o facto de, em Março do ano passado, o primeiro-ministro António Guterres, em deslocação a Bragança, ter afirmado ser contra a Universidade de Bragança, defendendo para esta cidade a abertura de um pólo universitário da UTAD. E de, em Julho também de 1996, o Governo PS, através do Minis-

tério da Educação, ter respondido a um requerimento do PCP sobre a criação da Universidade de Bragança não estar «prevista a criação de qualquer Universidade».

Trata-se de uma matéria de grande importância para o desenvolvimento estruturante da Região, que convém que seja clarificada, defendem os comunistas.

Considerando, pois, que com a maioria de deputados e votos que o PS e PSD detêm na Assembleia da República estes partidos podem (se para tanto tiverem vontade) «agendar a discussão e votação dos dois Projectos, que aliás coincidem no fundamental», o PCP aguarda «sinais credíveis dessa vontade», e diz que «o desafio fica lançado».

PCP/Madeira Deputado defende subsídio de insularidade

Com os seus 32,7 por cento de pobres, Portugal é o país da Comunidade Europeia com maior percentagem de pobreza, lembrou o deputado do PCP à Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Leonel Nunes, no passado dia 8 de Abril, na intervenção que fez a propósito do «subsídio de Insularidade Indexado ao Rendimento Mínimo Garantido».

A preocupação com este importante grupo de cidadãos - a quem a comunidade deve solidariedade - levou a que em 24 de Junho de 1992 a Comunidade adoptasse uma recomendação os Estados-membros a reconhecerem «o direito fundamental dos indivíduos a recursos e prestações suficientes para viver em conformidade com a dignidade humana».

Em 6 de Maio de 1993, o PCP apresentou na Assembleia da República um projecto de lei

visando a fixação de um rendimento mínimo de subsistência aos cidadãos nessas condições residentes em Portugal, projecto que então foi rejeitado. Só em Junho de 96 viria a ser criado um rendimento Mínimo Garantido que, embora o PCP considere insuficiente, abrangerá milhares de cidadãos no limiar da pobreza.

Na sua intervenção, Leonel Nunes lembrou ainda que, devido ao facto do custo real de vida ser na Madeira substancialmente superior ao verificado no Continente, ao salário mínimo na Região foi indexado um subsídio de insularidade. Por maioria de razão - defendeu - «a atribuição do Rendimento Mínimo Garantido na Região aos cidadãos que vivem no limiar da miséria não pode deixar de merecer a indexação do subsídio de insularidade, em percentagem idêntica à que usufrui o salário mínimo».

PCP

VILA REAL PCP reúne a nova Direcção

A nova Direcção da Organização Regional de Vila Real do PCP reuniu pela primeira vez após a 3ª Assembleia na passada semana, tendo discutido e aprovado o Plano da Direcção, Organização, Funcionamento e Competências e a constituição de um Secretariado permanente, ficando Mário Costa como coordenador da Direcção Regional.

A DORVIR, que também analisou a situação social e política e destacou a necessidade de desenvolvimento da luta de massas contra a política de direita do Governo PS, denunciou em particular o escândalo da distribuição das ajudas comunitárias à agricultura.

Referindo haver proprietários que recebem de ajudas de dinheiros dos contribuintes mais do que 100 trabalhadores com salário mínimo durante um ano, a DORVIR considerou ainda «inaceitável», que em cada 100 contos investidos no Alentejo, 60 contos sejam subsídios comunitários, enquanto em Trás-os-Montes a cada 100 contos correspondam apenas 40 contos. Por fim, os comunistas decidiram impulsionar o trabalho de preparação das listas autárquicas da CDU no distrito e dar particular atenção à Campanha Nacional de Fundos para cobrir as despesas decorrentes das eleições autárquicas.

MONTEMOR-O-VELHO Eleições permitem «renovação»

Apesar da sua litoralidade geográfica, o concelho de Montemor-o-Velho apresenta os mais baixos índices de infra-estruturas básicas do distrito, característicos de situações de interioridade e abandono, de que é exemplo «gritante» a falta de saneamento básico, designadamente no que respeita à rede de esgotos e abastecimento de água a algumas freguesias.

São não só os riscos e prejuízos para a saúde pública que estão em causa mas a própria desertificação do concelho - expressa na sangria de pessoas que vão procurar noutros locais empregos e melhores condições de vida. E acentuando a tendência para retirar vida própria ao concelho, transformando-o em dormitório de Coimbra e Figueira da Foz.

Estas e outras questões foram discutidas pelo PCP que, no debate realizado, sublinhou a importância da recuperação e promoção do património existente e ao abandono, em particular os núcleos de Montemor, Pereira e Tentugal.

O PS e PSD, partidos que têm tido a responsabilidade da autarquia revelam falta de sensibilidade e criatividade e não ouvem as populações, diz o PCP, defendendo a necessidade de inverter a situação e propondo-se nas próximas eleições autárquicas, através da CDU, «abrir um novo ciclo de renovação» a um concelho que precisa de «uma lufada de ar fresco».

AMORA Urge Cartório Notarial

Após as inúmeras diligências que desde 1989 vêm sendo tomadas pela Junta de Freguesia de Amora, de gestão CDU, para a instalação da Conservatória do Registo Civil e Cartório Notarial na cidade, em 1997 a situação mantém-se inalterada, continuando a população de Amora a sofrer os inconvenientes (tempo e despesas) inerentes ao facto de, sempre que necessita, ter que se deslocar fora da freguesia.

Na realidade, a sua criação foi consagrada pela Portaria nº 168/91, ou seja, há seis anos, o que falta apenas é a vontade política do Ministério da Justiça para concretizar a sua própria decisão. Interpretando os anseios da população, o PCP lançou um abaixo-assinado, exortando os amorenses a lutarem pelos seus interesses e exigirem a imediata instalação daqueles serviços na Freguesia da Amora. Merecendo grande receptividade e apoio da população, o abaixo-assinado recolheu 5.447 assinaturas, que agora serão remetidas para a Assembleia da República e órgãos autárquicos do concelho.

SANTA MARIA DA FEIRA Privatização na mira de lucros

A propósito da intenção da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de privatizar os Serviços Municipalizados, a Comissão Concelhia do PCP afirma tratar-se esta de uma filosofia do PSD que desde 1994 a CDU, através do seu eleito na Assembleia Municipal, tem contrariado, alertando para as suas implicações e sobre as mesmas questionando a Câmara.

Apesar de não ter obtido qualquer resposta, a CDU propôs a criação de uma comissão de trabalho para o acompanhamento do processo - proposta chumbada pelo PSD - e votou contra a realização de alguns milhares de contos, tendo sido a única força política a fazê-lo e a alertar para a «pouca clareza do negócio». Reduzindo-se a duas reuniões com membros da Assembleia Municipal a ampla discussão prometida pelo PSD, a quase totalidade da população ignora o que se passa, sendo de estranhar que só agora o PS tenha despertado para o problema.

O PCP, reafirmando a sua oposição à «pomposamente» denominada «empresarialização» dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, alerta para o significado da entrega dos mesmos a grandes capitalistas que, para além de não terem preocupações sociais, visarão apenas o lucro.

Criatividade Alma de todas as campanhas

A iniciativa e a criatividade têm sido a alma de todas as campanhas de fundo que ao longo dos anos o Partido tem levado a cabo.

Antes do 25 de Abril, a clandestinidade a que o PCP era obrigado fazia-o bater-se com gravíssimos problemas financeiros que só um grande esforço e uma enorme criatividade permitiam minimizar. Assentando fundamentalmente nas chamadas «abordagens» a conhecidos democratas e resistentes antifascistas, as necessidades punham, contudo, a maioria das vezes à prova a capacidade criativa dos quadros.

Entretanto deu-se o 25 de Abril e ao assumir de pleno direito o seu lugar na sociedade, o PCP, agora já noutras condições, viu também acrescidas as suas necessidades. E faz agora precisamente 20 anos que, depois da revolução de Abril, lançou a sua primeira grande campanha de fundos - a «campanha dos 50 mil contos. Foi em 1977 e destinava-se ela à aquisição do edifício da Rua Soeiro Pereira Gomes, onde iria funcionar a Sede do PCP e em cuja fachada, aliás, se destaca um belíssimo painel para o qual contribuíram inúmeros artistas plásticos.

Verificou-se então um grande envolvimento de todo o Partido. Da célula de uma empresa operária a célula do sector intelectual do PCP, todas discutiam que iniciativas tomar para atingir rapidamente a meta que haviam estabelecido para si próprias. Assim, do azulejo pintado à mão pelo operário da «Viúva Lamego» ao quadro ou à serigrafia de destacados pintores; do garrafão de vidro graduado e estrategicamente colocado num Centro de Trabalho, aos leilões dos mais variados artigos e

até animais, as mais diversas iniciativas eram levadas a cabo pelas organizações, revelando o seu empenhamento na campanha, cujos resultados ultrapassaram largamente as expectativas.

Hoje as organizações começam a manifestar igual capacidade de iniciativa e a manter viva a campanha - agora de 200 mil contos - em todas as realizações do Partido ao longo do País. A título de exemplo, só no passado sábado, na «Conferência Nacional do PCP - O Poder Local e as Eleições Autárquicas», a venda de materiais, realizada na banca que aí se montou, rendeu à volta dos 100 contos. E muitos eram os militantes que ao adquirirem esses materiais davam informação das iniciativas inovadoras que nas respectivas organizações estavam a promover.



Em 1977, comunistas da Parry & Son leiloam os coelhos que caçaram para a campanha



São 20 anos a separar duas campanhas, mas o espírito que lhes está adjacente é o mesmo: facultar ao PCP os meios necessários para fazer chegar a sua voz e as suas propostas a cada vez mais portugueses.

Porto

RTP silencia candidaturas CDU

A Direcção de Organização Regional do Porto do PCP considera que não há «critérios invocáveis» pela RTP para explicar o silenciamento da apresentação da candidatura da CDU aos órgãos municipais da segunda cidade do País, de que foi atempadamente prevenida.

É contra esta atitude discriminatória que o PCP manifesta o seu mais vivo repúdio, tanto mais que, tratando-se a RTP de um serviço público, há um direito à informação que deve ser respeitado.

«Mas há também um dever de equidade que não permite a omissão de um acontecimento político com o relevo do que é referido», diz a DORP, recordando que também uma recente reunião com a participação do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, foi ignorada, em contraste com «o generoso acolhimento que é dado aos dirigentes de outras forças partidárias».

Os comunistas apelam à RTP para que corrija a «defeituosa cobertura» que tem praticado, sob pena de se tornar legítimo ajuizar que são critérios políticos e não jornalísticos «os que prevalecem nas decisões tomadas».

DORP responde a PP

Entretanto, a distrital do Porto do Partido Popular dirigiu recentemente à Direcção da

Organização Regional do PCP uma carta onde propunha um Encontro juntamente com o PS e o PSD para analisar os atrasos do processo de regionalização e tentar «encontrar uma plataforma comum».

«Perplexo», o PCP, considerando embora legítimas as preocupações expressas, lembra as posições contrárias «e até hostis» que em relação à instituição das Regiões Administrativas os dirigentes nacionais do PP têm manifestado nas diversas instâncias de debate, incluindo na Assembleia da República.

O PCP, que permanentemente tem lutado para a criação da autarquia regional, considera entretanto que as conhecidas «delongas» do processo - de que o PS e o PSD são os principais responsáveis - tornam necessária a aceleração deste processo.

Daí, tendo correspondido aos convites que lhe são dirigidos para a concretização desse objectivo, também em relação à proposta do PP manifesta a disponibilidade de considerar a participação numa reunião em que estejam presentes os partidos nela referidos - PCP, PP, PS e PSD.

Évora

Postura «vergonhosa» do PS

Recentemente reunida, a Direcção da Organização Regional de Évora analisou a situação social do distrito, debruçando-se com especial incidência sobre a preparação das próximas eleições autárquicas.

O trabalho, que se tem desenvolvido em bom ritmo quer no âmbito do Partido quer da CDU, tem procurado encontrar linhas e propostas de trabalho futuro e discutir os futuros candidatos da CDU, nele participando muitos homens, mulheres e jovens independentes, disponíveis para integrar as listas da Coligação.

Os candidatos da CDU às Presidências de Câmaras e Assembleias Municipais já apresentados - Redondo, Portel, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz -, e os que em breve o serão, resultam de uma larga auscultação e debate democrático e «estão a merecer um amplo apoio de

homens e mulheres de vários quadrantes políticos.»

Neste trabalho, a DOREV do PCP salienta o importante esforço do alargamento e renovação das futuras equipas, onde a participação de independentes e jovens confirma mais uma vez a CDU «como um espaço de unidade e de prática do exercício do Poder Local para o progresso das suas terras e ao serviços das populações».

Contrastando com este trabalho e seriedade, os socialistas de Évora, «não olhando a meios para atingir os fins», têm assumido uma postura «vergonhosa» de difamação e calúnia face à candidatura da CDU, afirma o PCP, assegurando que «a CDU tem fundamentadas razões» para, pela obra realizada, pela competência e honestidade dos seus eleitos e candidatos, encarar a próxima batalha eleitoral «com serenidade e confiança».

«Gil Vicente» repleto Homenagem a Adriano

Por iniciativa do Centro Artístico Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, Coimbra homenageou na passada segunda-feira, «a referência no panorama musical português dos nossos tempos» que foi Adriano Correia de Oliveira. «Pela renovação» que com outros da sua geração trouxe ao fado e à canção de Coimbra, mas também «pela sensibilidade, sentido estético e melódico com que fez chegar até nós» os cantares de um povo «aprisionado em angústias e desesperos», pela «denúncia da injustiça», pela sua «coragem, modéstia e humildade».

Com o Teatro Académico Gil Vicente repleto, nesta homenagem promovida por um grupo de jovens de Coimbra, e que constituiu uma belíssima iniciativa de canto, solidariedade e militância,

Lousã Henriques, Lopes de Almeida e Paulo Sucena falaram sobre Adriano.

A Brigada Victor Jara, Paulo Vaz de Carvalho, Carlos Alberto

Moniz, Paulo Saraiva, Vieira da Silva, Rui Pato e Vitorino, entre outros, deram voz às canções de Adriano, num espectáculo para muitos inesquecível.

Três saudações chegaram à iniciativa - do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, do Secretário de Estado da Cultura e de José Niza.

Carlos Carvalhas associa-se

«Na impossibilidade de estar presente, quero deste modo associar-me e manifestar o meu inteiro apoio à justa homenagem que decidiram promover ao artista talentoso, ao homem generoso e solidário, ao cidadão empenhado e militante que foi Adriano Correia de Oliveira.

Adriano faria hoje 55 anos.

Dele recordamos ter sido um dos mais destacados cantores da música popular portuguesa, exemplo de artista que ligou a sua vida à luta do seu povo, qual andarilho levando a todo o lado a beleza, a força e o humanismo das suas canções.

Dele continuam presentes na nossa memória e nos nossos ouvidos, a voz, as convicções, a melodia, a esperança contidas nas suas trovas.

Dele damos testemunho do seu jeito generoso e solidário de estar na vida e com os amigos, do seu sentido profundo da solidariedade e do valor da amizade.

Recordar o seu exemplo de homem, de artista e de cidadão comunista, continuar a fruir a beleza das suas canções, continuar a luta pelos seus ideais, são hoje a melhor forma de honrar a memória de Adriano.»

Moeda Única Seminário Internacional defende caminho alternativo

O Seminário Internacional, que terá lugar no Hotel Altis, em Lisboa, já no próximo sábado, será um marco importante para o aprofundamento da problemática da Moeda Única e das suas consequências para Portugal e a Europa: emprego, salários e direitos dos trabalhadores; empresas e sectores produtivos; segurança social; coesão económica e social e assimetrias regionais; soberania nacional.

Os trabalhos, que decorrerão entre as 10.30 e as 18.00 horas, serão encerrados pelo Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

O debate obedecerá a três abordagens fundamentais - o caminho para a moeda única; a moeda única, o caminho alternativo para

uma Europa de Paz e Cooperação. O primeiro ponto abordará o Tratado de Maastricht, os Critérios de Convergência, o Pacto de Estabilidade, as consequências das políticas nacionais e comunitárias determinadas pela UEM; o segundo, os resultados e significados económicos, sociais, ambientais e políticos e as consequências da moeda única com um número reduzido de países; finalmente, o terceiro questionará o sistema monetário e a moeda comum, abordando a cooperação monetária europeia no quadro da mundialização das economias e da exigência de uma nova ordem económica e social.

Os trabalhos, presididos pelo Professor Doutor António Avelãs Nunes, Presidente do Conse-

lho Directivo da Faculdade de Direito de Coimbra, contarão com a participação de destacados especialistas portugueses e estrangeiros.

Carlos Pimenta, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade do Porto; Jörn Svensson, deputado do Parlamento Europeu do GUE/ENGL (Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/ Esquerda Verde Nórdica); Luís Sá, da

Comissão Política do PCP e deputado na AR; Octávio Teixeira, também da Comissão Política e Presidente do Grupo Parlamentar do PCP; Paul Boccara, economista, do Comité Nacional do PCF; Salvador Jové, deputado da IU no Parlamento Europeu, GUE/NGL; e Sérgio Ribeiro, deputado do PCP no Parlamento Europeu, assegurarão importantes intervenções sobre os temas em debate.

Emigrantes comunistas condenam agressões

Depois de assumir publicamente o seu total repúdio pelas agressões cometidas por um grupo neonazi alemão a três emigrantes portugueses a trabalharem na construção civil em Berlim, a Direcção da Organização na Emigração do PCP manifestou a sua total solidariedade às vítimas e seus familiares, exigindo do Governo português uma tomada de posição junto das autoridades alemãs sobre a agressão verificada, tanto mais que não é a primeira vez que tais agressões se verificam.

Os comunistas denunciam a demagogia das declarações oficiais, de que os trabalhadores portugueses em países europeus não são discriminados nem vítimas de racismo ou xenofobia - agora contrariadas -, afirmando que os recentes acontecimentos vieram colocar na ordem do dia a necessidade da participação das organizações dos emigrantes dos Estados membros no «Forum dos Migrantes» da União Europeia, de que foram excluídas a pretexto de que não são emigrantes mas sim cidadãos comunitários.

Por seu lado, o PCP assegura continuar a combater as acções de grupos fascistas contra trabalhadores estrangeiros, «quer eles sejam portugueses ou de outras nacionalidades».

PCP recebe delegações estrangeiras

Uma delegação da Federação dos Sindicatos da China que visitou o nosso país a convite da CGTP, foi recebida na Soeiro Pereira Gomes, no passado dia 9, por uma delegação do PCP, composta por Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, Rosa Rabiães, membro do Secretariado do CC do PCP, e Américo Costa, membro do Comité Central.

Este encontro possibilitou troca de experiências e permitiu aprofundar o conhecimento da situação social dos trabalhadores e respectivas organizações nos dois países.



José Roberto Alves Dias, membro da Coordenadora Nacional do Movimento dos Sem Terra, do Brasil, que se encontra em Portugal para participar num conjunto de iniciativas para assinalar o 1º aniversário do massacre dos trabalhadores rurais em Eldorado dos Carajás, Estado do Pará, foi recebido na SPG por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do CC do PCP. Neste encontro, em que foi manifestada a solidariedade do PCP à luta do Movimento dos Sem Terra, participaram também um membro do núcleo do PT em Lisboa e Manuela Bernardino, membro do CC do PCP.

PCP/Açores Compensar a insularidade

Dois Projectos de Decretos foram entregues no passado dia 11, na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, pelo deputado do PCP, Paulo Valadão, um sobre Remuneração Complementar, outro sobre Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na Região.

Na justificação do primeiro projecto, o PCP refere a necessidade de medidas específicas que minimizem os custos da insularidade distante e permitam a recuperação e desenvolvimento da economia regional e as desigualdades provenientes das diferenças médias do nível de vida entre a Região e o Continente, que atingem directamente todos os funcionários da administração pública regional e local.

Tendo em conta que os procedimentos remuneratórios da função pública são uma referência para a fixação de outras tabelas salariais, o PCP propõe assim «uma remuneração suplementar para os funcionários da administração regional e local, de que serão excluídos os titulares de cargos públicos e das autarquias locais, assim como os membros dos respectivos gabinetes e pessoal dirigente.

Quanto ao projecto ao acréscimo de salário mínimo nacional, o PCP justifica-o com o facto de, sendo o custo de vida nos Açores superior ao do Continente, o salário que os trabalhadores por conta de outrem na Região ganhem em média menos de 10 por cento que os seus colegas do continente.

Este «escândalo nacional», que penaliza profundamente o desenvolvimento regional, encontrará na criação de um valor de Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional um instrumento correctivo desse desvio, contribuindo para um quadro de equilíbrio e jus-

CAMARADAS FALECIDOS

Cláudia Sofia Nobre Carvalho Alpalhão

Vítima de doença súbita, faleceu recentemente, com 22 anos de idade, a camarada Cláudia Sofia Nobre Carvalho Alpalhão. Era membro da JCP.

Mário Pina Evaristo

Faleceu no dia 24 de Março, com 65 anos de idade, o camarada Mário Pina Evaristo, natural de Tortosendo. Foi preso pela PIDE nos anos 60 juntamente com outros camaradas de Tortosendo. Esteve organizado na Emigração e actualmente militava na freguesia de Tortosendo.

Inácio José Beco

Com 79 anos de idade, faleceu no dia 6 de Abril o camarada Inácio José Beco, residente em Santa Justa, freguesia do Couço. Participava na organização dos reformados.

Sérgio Manuel da Silva Leite

Faleceu no dia 7 de Abril, com 69 anos, o camarada Sérgio Manuel da Silva Leite. Foi durante muitos anos membro da Comissão Concelhia de Matosinhos. Foi vereador da Câmara Municipal e membro da Assembleia Municipal de Matosinhos. Pertenceu ainda à Junta e Assembleia de Freguesia da Senhora da Hora.

Estava organizado na freguesia da Senhora da Hora, onde era muito estimado.

Carlos Alberto Bançon Ribeiro

Com 60 anos, faleceu recentemente o camarada Carlos Alberto Bançon Ribeiro, reformado da EDP. Membro do Partido desde 1977, esteve organizado na célula dos Serviços Municipalizados da Câmara Municipal de Espinho.

António Mariano

Faleceu recentemente, com 75 anos de idade, o camarada António Mariano. Muito activo, desempenhou várias tarefas do Partido na freguesia de Alcântara onde estava organizado e na Festa do Avante.

Leopoldino Gomes

Faleceu aos 85 anos o camarada Leopoldino Gomes, pertencente à organização de Caneças. Era tesoureiro da Direcção da Associação de Reformados de Caneças e há muito ligado ao Movimento Columbófilo, onde desfrutava de grande prestígio.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

TRABALHADORES

Ferroviários em greve

Inicia-se segunda-feira uma série de paralisações dos trabalhadores ferroviários, que reclamam que seja posto termo ao desmembramento e exigem uma nova política para o sector, o cumprimento dos acordos estabelecidos com a administração e o Governo, a negociação do regulamento de carreiras e a satisfação de reivindicações específicas. No dia 21 estão em greve os trabalhadores do Norte, no dia 22 os do Centro (incluindo Lisboa), no dia 23 os do Sul e, a 24 de Abril, os da manutenção (Emef).

Lisnave parada

Foi marcada para ontem uma greve de 24 horas nos três estaleiros da Lisnave, como forma de protesto contra as intenções, já manifestadas pela administração e pelo Governo, de retirar direitos e regalias aos trabalhadores. A decisão foi aprovada em plenários realizados dia 9 e consta de uma resolução onde é manifestado o «veemente repúdio» dos trabalhadores pelo facto de o Governo e o Grupo José de Mello terem adoptado a política do facto consumado, no que refere ao actual processo de reestruturação. Os plenários na Rocha do Conde de Óbidos, na Margueira/Almada e na Mitrena/Setúbal reafirmaram a acusação, feita pelas organizações representativas dos trabalhadores, de que o negócio do Governo com os Mellos não respeitou a lei vigente nem as próprias resoluções do Conselho de Ministros. Na resolução, ficou expressamente admitida a possibilidade de serem desencadeadas acções de luta nos próximos tempos «para defesa dos postos de trabalho e dos direitos e regalias».

Administração Local unida

Para anunciar acções de luta a desenvolver no sector, o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa marcaram para hoje à tarde uma conferência de imprensa conjunta. Os dois sindicatos representativos do pessoal das autarquias têm-se batido por diversas reivindicações comuns, quer quanto à matéria salarial quer no que respeita à estabilidade e qualidade de emprego, à revalorização das carreiras profissionais e à aplicação do subsídio de insalubridade, penosidade e risco. Em discussão está a realização de uma greve em meados de Maio.

Pelo emprego e pelo desenvolvimento Sindicalistas alentejanos aprovam calendário de lutas

Num único ano de Governo de António Guterres, o Alentejo perdeu mais de 4 mil habitantes (o equivalente à população de um concelho médio da região) e mais de mil postos de trabalho, segundo as contas apresentadas num recente plenário de quadros sindicais, em Beja.

A reunião, promovida pelo Secretariado Inter-Regional da CGTP, fez um balanço da evolução económica e social no Alentejo desde a posse do Governo PS. Na resolução aprovada, os sindicalistas verificam que a região «continua a sofrer os efeitos das políticas que ao longo de décadas apostaram em transformar um terço do território do continente numa área cada vez mais desertificada e pobre». «Há muito foram esquecidas» as promessas pré-eleitorais e «não foram tomadas quaisquer das medidas que os trabalhadores e a população reivindicam e que o Governo se comprometeu a realizar».

Apoiando «vivamente» a decisão de avançar com a construção do Alqueva, «resultado de uma luta de gerações», os sindicalistas mostram-se preocupados com os «sérios riscos» que corre a garantia dos necessários financiamentos.

Na resolução sublinha-se que «o Alentejo tem futuro» e que «os trabalhadores e o seu

movimento sindical estão, como sempre têm estado, disponíveis para contribuir nesse esforço necessário e, por isso, voltam a ser eles quem, mais uma vez, assumem a reivindicação de que sejam tomadas as políticas ajustadas à situação que se vive na região e, em particular, seja dada resposta positiva às reivindicações e propostas apresentadas pelo movimento sindical em 14 de Março de 1996, em Évora, e reiteradas em 27 de Setembro, em Portalegre».

Com este objectivo, os quadros sindicais alentejanos decidiram «desenvolver e intensificar a luta», apontando um calendário de acções onde é admitida a possibilidade de, em Setembro, fazer deslocar a Lisboa uma «embaixada» do movimento sindical da região.

No imediato, vai prosseguir e acentuar-se a luta dos trabalhadores, no âmbito de uma «jornada de acção sindical» que tem como pontos altos as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, a greve da Administração Local e uma

«jornada pelo desenvolvimento», a 27 do próximo mês.

Meia hora por 15 contos

Procurando «dividir para reinar», alguns patrões têm estado a oferecer dez ou mesmo quinze contos para que os trabalhadores aceitem a imposição de mais meia hora de laboração aos sábados - denunciou a Federação dos Têxteis.

Num comunicado apelando à participação em mais um sábado de luta pela redução efectiva dos horários de trabalho, com respeito pelas pausas e a caminho das 40 horas em 5 dias, a Fesete/CGTP comenta que, «para quem tanto se queixa que as 40 horas levam as empresas à falência, estas propostas chorudas, em alguns casos iguais a um quarto do salário mensal, por apenas 30 minutos, seriam a falência imediata»...

Talvez procurando um engodo mais barato, a Lameirinho, «em vez de contos de réis, ofereceu jogos de lençóis», enquanto «outros, mais sofisticados, procuram adormecer os trabalhadores, dizendo-lhes que não é necessário fazerem greve e que, se amanhã a lei lhes der razão, as pausas de 10 ou 30 minutos serão pagas como trabalho extraordi-

nário» - denuncia a federação, salientando que os próximos tempos serão «muito importantes para a vitória das 40 horas»: 24 de Abril é a data-limite para o Governo explicar ao Provedor de Justiça que medidas tomou para a correcta aplicação da Lei 21/96; no início de Maio deverá ser debatido na AR o projecto de lei do PCP que procura clarificar o conceito de tempo de trabalho.

Nestas circunstâncias, a federação apela a que os trabalhadores «continuem a acreditar na força da sua razão e da sua luta». Foi com esta determinação que representantes de uma centena de empresas têxteis, do vestuário e calçado ocuparam simbolicamente, no dia 9 e durante duas horas, as instalações da Inspeção do Trabalho no Porto, exigindo desta uma postura independente relativamente ao patronato.

A redução do horário de trabalho, as ameaças contidas no acordo de concertação estratégica e os perigos do processo de revisão constitucional estiveram em foco no plenário de delegados sindicais que, nessa mesma quarta-feira, a União dos Sindicatos do Porto levou a cabo na Rotunda da Boavista e que, no final, se deslocou em manifestação de protesto até ao edifício da IGT/IDICT - sigla apropriadamente explicada como Instituto de Defesa dos Interesses do Capital.

Precários no Estado

Até ao final de Abril tem que ser publicado o diploma que prorroga por 90 dias os prazos de solução transitória do problema do emprego precário na Administração Pública. O alerta foi lançado pela Frente Comum de Sindicatos, que reuniu sexta-feira com o Governo. Neste encontro, o executivo entregou finalmente um documento que dá resposta positiva a situações que afectam grupos de pessoal como os bolséis de investigação, auxiliares de limpeza e admitidos com vínculo precário após 10 de Janeiro do ano passado. Preocupada com o facto de o recenseamento oficial dos trabalhadores precários apresentar dados que ficam muito aquém dos que os sindicatos obtiveram junto de diversos ministérios, a Frente Comum reafirma que, «em caso algum, serão admissíveis tentativas de despedimento decorrentes de atrasos ou de vazios legais que, a verificarem-se, são da exclusiva responsabilidade do Governo».

Preocupações na Brisa

Um officio, dois faxes e 25 telefonemas seguiram-se já ao pedido de audiência que a Federação do Comércio e Serviços solicitou, há três meses, ao ministro João Cravinho, para com ele debater os projectos relacionados com a privatização e desmembramento da Brisa Auto-Estradas de Portugal e para exigir garantias de manutenção dos postos de trabalho. Os trabalhadores, reunidos dias 11 e 12 no Porto e em Lisboa, decidiram dar um prazo de quinze dias para serem atendidos. A manter-se a actual situação, que agrava o sentimento de insegurança entre os funcionários, será convocada uma concentração à porta do Ministério do Equipamento - informou a Fepces/CGTP.

Posse em Aveiro

A direcção distrital da União dos Sindicatos de Aveiro tomou posse no passado dia 9 e, de seguida, elegeu, por unanimidade, os seus organismos executivos. Para coordenador da USA/CGTP foi reeleito Joaquim Almeida da Silva. Foi discutido um conjunto de acções sindicais a realizar no imediato, com destaque para as comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio. O Dia do Trabalhador deverá ser «uma grande jornada de luta dos trabalhadores em torno das suas reivindicações específicas, em articulação com os objectivos gerais do movimento sindical unitário», refere uma nota de imprensa da União.

Contra a fraude, pelo emprego no Hospital Clínico das Amoreiras

Álvaro Alemão, o patrão que deixou o Hospital Clínico das Amoreiras há mais de 13 anos, reocupou em Novembro passado a gerência. As preocupações dos trabalhadores mostraram-se mais do que fundamentadas e estão agora a braços com a ameaça de despedimento colectivo. Anteontem, apoiados pelo Sindicato da Hotelaria do Sul, realizaram um plenário junto às instalações e cortaram simbolicamente o trânsito.

Apelaram à solidariedade da população e forneceram aos jornalistas um memorando sobre os últimos 15 anos de atribulada vida da ex-Casa de Saúde das Amoreiras. Fundada em 1915, a instituição privada foi vendida em Novembro de 1981, optando o sócio maioritário Álvaro Alemão por trabalhar em exclusivo com os Serviços Médico-Sociais (ARS). Poucos meses passados, a ARS instaura um processo contra Álvaro Alemão, com suspeita de fraudes graves, e suspende a convenção. Em Agosto de 1982, aquele responsável dá alta compulsiva a todos os doentes e desaparece para parte incerta.

Trabalhadores, Ministério da Saúde e o sócio minoritário Santos Cruz deitam mãos à obra de recuperação da empresa, em Março de 1983. «De forma astuciosa e enganadora», refere o documento distribuído à imprensa, Álvaro Alemão realiza uma assembleia da

sociedade em Maio de 1993 e, passados 3 anos e meio, entra em funções uma nova gerência por ele escolhida. Contra as solenes declarações então feitas, de que nada iria mudar na composição da equipa do Hospital, são despedidos o director clínico, primeiro, e mais tarde duas trabalhadoras, é liquidada a lavandaria, os médicos da cirurgia deixam de operar no hospital. A 20 de Março é declarada à Comissão de Trabalhadores a intenção de proceder ao despedimento colectivo dos cerca de 75 trabalhadores.

A isto respondem os funcionários do Hospital Clínico das Amoreiras que «a empresa é viável por quem a sabe gerir».



Depois de anos de sacrifício, abdicando mesmo de receber salários, os trabalhadores viram a empresa recuperada. Com o regresso do antigo patrão, a viabilização está posta em causa

ASSEMBLEIA REPÚBLICA

Regime de porte pago



Após pedido de ratificação da iniciativa do PCP, o Parlamento aprovou

um conjunto de alterações ao diploma que define o regime de porte pago para os órgãos de comunicação social. Entre as alterações subscritas pelos deputados comunistas ao regime inicialmente previsto pelo Governo conta-se a reposição do porte pago a cem por cento para os diários e semanários, aumentando de cinco para dez por cento o número de exemplares para oferta cobertos integralmente pelo porte pago e de 95 para 98 por cento a comparticipação nos custos de expedição para o estrangeiro em todos os casos a que não se aplique integralmente o regime dos 100 por cento. Reforçadas foram simultaneamente as condições que permitem contribuir para a melhoria da qualidade da imprensa regional e dos processos de fiscalização.

Serviço de Informações



O indigitado director-geral do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e

Militares (SIEDM), António Monteiro Portugal, afirmou no Parlamento que exercerá as suas funções "no estrito cumprimento da lei", garantindo simultaneamente que privilegiará a análise relativamente à pesquisa de informação. Foi na passada semana, no decorrer da audição parlamentar que precede a nomeação dos directores dos serviços de informações, perante as Comissões de Assuntos Constitucionais, Negócios Estrangeiros e Defesa.

Monteiro Portugal mereceu o apoio do PS e do PSD, com Barbosa de Melo (PSD) a qualificar de "promissora" a sua indigitação para o cargo, ideia corroborada por Marques Júnior (PS) que o considerou como tendo uma "visão adequada da missão que lhe é solicitada". João Amaral, do PCP, recusou-se a fazer considerações de natureza pessoal sobre Monteiro Portugal, argumentando que o director do SIEDM "responde perante o Governo". O deputado comunista sustentou, no entanto, que a audição parlamentar deixou perceber que a junção do Serviço de Informações Militares (SIM) com o Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED), de que resultou o SIEDM, "foi um passo

Defesa Nacional e Forças Armadas

Opções do Governo não servem o País

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo PS de em matéria de Defesa Nacional e Forças Armadas prosseguir a mesma política do seu antecessor. O destinatário, na pessoa do ministro da Defesa, não desmentiu a acusação veiculada por João Amaral e acabou mesmo por reconhecer no decorrer do debate de urgência promovido pelo PSD que tem uma política para o sector, em alguns aspectos continuadora da promovida pelo Governo anterior.

Conceitos estratégicos e programação do reequipamento militar, opções estruturantes das Forças Armadas do século XXI, revisão do sistema de Justiça e Disciplina militares e reestruturação das Indústrias de Defesa são os "quatro pilares" fundamentais da política do actual Governo, disse António Vitorino.

Foi, aliás, em torno de alguns destes aspectos que o parlamentar comunista teceu as suas mais duras críticas. O alvo foi não tanto o facto de o ministro "ser mal jeitoso para se relacionar com as Forças Armadas" e muito menos a inexistência de uma política. Ao contrário, como observou, "o problema é a política que este Governo tem para a Defesa Nacional e para as Forças Armadas".

E João Amaral resumiria a questão de fundo que verdadeiramente está em jogo ao referir que o "problema é que o País gasta hoje mais de trezentos milhões de contos", não com o objectivo de "ter umas Forças Armadas aptas a defenderem a independência nacional, a integridade do território e a garantia das ligações entre o Continente e as ilhas Atlânticas", mas sim com o objectivo de que as Forças Armadas "integrem as Forças NATO e eventualmente as Forças da UEO para aí realizarem, subordinadamente, as missões que interessam à NATO, aos Estados Unidos e às potências da União Europeia".

São estes objectivos, no entender de João Amaral, que explicam o processo de profissionalização em curso nas Forças Arma-

das, com extinção do Serviço Militar Obrigatório (SMO). As razões são óbvias, como demonstrou. É que se no caso de "missões defensivas e com as características do país o SMO era lógico e necessário", já o mesmo não sucede no "tipo de missões externas que o Governo privilegia e que não têm a ver com a defesa dos interesses nacionais", relativamente às quais "a opção é evidentemente o profissionalismo".

Testemunhos do rumo errado imprimido pelo Governo neste domínio deu-os ainda João Amaral ao interpelar o ministro sobre três questões concretas. Lembrada foi, por exemplo, a ausência de resposta a questões "instantes de carreira e estatuto profissional dos militares" (vejam-se os problemas



O Governo pensa nas Forças Armadas não em termos da sua aptidão para defenderem a Independência nacional e a Integridade do território mas do papel que deseja que elas tenham em missões externas ao serviço da NATO e dos EUA

colocados aos sargentos por causa do novo sistema retributivo). A secundarização da indústria nacional no processo de reequipamento militar foi por si também referenciada, levando-o a formular a pergunta: "É aceitável o que se está a passar com a encomenda de quatro lanchas da classe «Argos» para as quais se abre concurso internacional, em vez de adjudicar à indús-

tria naval portuguesa, Arsenal e Estaleiros de Viana?"

João Amaral indagou por último sobre as razões que levaram António Vitorino a nomear um civil para o cargo de director do Instituto de Defesa Nacional, ao arripio da tradição, concretamente sobre o motivo "que tornava imperioso e inadiável fazer tal tipo de mudança que as Forças

Armadas não podiam deixar de sentir".

Comentada pelo parlamentar comunista, com uma ponta de ironia, foi ainda a situação de embaraço de António Vitorino ao ver-se "questionado pelo PSD nos mesmos exactos termos que o PS usava quando era oposição para questionar o PSD quando este era governo".

Direitos dos militares

PCP defende regime mais aberto

O grupo parlamentar do PCP apresentou na semana transacta um projecto de lei de alteração ao regime de exercício de direitos pelos militares. Em causa está o artigo 31º da Lei de Defesa Nacional, em vigor há 15 anos, que estabelece as restrições impostas aos militares quanto aos direitos de associação, expressão, reunião, manifestação, petição colectiva e capacidade eleitoral passiva. Para o Grupo comunista, o decurso do tempo tornou este regime irremediavelmente "obsoleto, excessivo e desajustado, face à evolução histórica entretanto verificada não só no plano internacional e nacional, como no plano das Forças Armadas Portuguesas".

Daí o sentido das propostas preconizadas pelos deputados comunistas, num "espírito de modernização e abertura", visando um "sentido de progresso" quanto ao referido regime e contribuindo simultaneamente para a abertura do necessário debate no quadro parlamentar.

A existência de "associações profissionais representativas dos militares", a exemplo do que sucede hoje na maioria dos países da União Europeia, é um dos principais aspectos que o PCP quer ver consagrados em lei, embora saliente que "não se trata de sindicatos com os poderes que a Constituição prevê".

O PCP propõe que os militares gozem de liberdade de expressão e informação, bem como de reunião, retirando da sua proposta a proibição legal daqueles cidadãos participarem em reuniões de carácter político. No seu articulado, o diploma prevê, noutro plano, que os militares só não possam convocar ou participar em manifestações de carácter partidário ou sindical, o que é substancialmente diferente do que determina a lei em vigor que abrangem também as manifestações de carácter político.

A possibilidade de os militares serem elegíveis para o desempenho de cargos políticos constitui outras das propostas advogadas no projecto de lei do PCP, o qual não reconhece, por outro lado, o direito de greve aos militares.

Acidentes de trabalho

Governo gora expectativas

O Parlamento apreciou uma proposta de lei que define um novo regime jurídico relativo à reparação por acidentes de trabalho. Com esta iniciativa legislativa, após a aprovação na generalidade, há uns meses, de dois diplomas sobre a mesma matéria da autoria do PCP, esperava-se que o Governo viesse finalmente dar resposta ao drama de milhares de sinistrados adoptando um enquadramento jurídico de reparação do infortúnio laboral que corrigisse as graves injustiças de uma legislação obsoleta vigente há 32 anos.

Assim não aconteceu e a verdade é que, apesar de alguns avanços, a proposta do Executivo está longe de dar resposta a direitos fundamentais. Desde logo, como assinalou no debate a deputada comunista Odete Santos, pelo facto de não ser proposta a reparação total relativamente à desvalorização sofrida (nas situações de elevada incapacidade permanente), mas apenas a reparação de uma percentagem dessa desvalorização.

Igualmente grave, na perspectiva de Odete Santos, é a proposta governamental que em relação às desvalorizações inferiores a 30 por cento -

aquelas em que se situa o maior número de sinistrados - prevê que as pensões sejam "obrigatoriamente remidas apenas com base em 50 por cento da redução sofrida na capacidade de ganho" e com base numa tabela que por ora é desconhecida mas que, tudo indica, alertou Odete Santos, "tem a prestimosa cooperação das seguradoras e do Instituto de Seguros de Portugal".

Denunciado pela deputada comunista foi ainda o facto de o diploma não prever a actualização anual das pensões, bem como, noutro plano, de excluir do regime os trabalhadores independentes (a recibo verde, por exemplo) que, apesar de trabalharem por conta de outrem, em caso de infortúnio laboral, vão ter de provar a subordinação jurídica para conseguirem da entidade patronal a reparação do sinistro. Uma situação tanto mais grave, foi ainda Odete Santos a levantar o problema, quanto é sabido que, numa época em que a precarização laboral assume formas cada vez mais sofisticadas, "o que verdadeiramente caracteriza o trabalho por conta de outrem já não é a subordinação jurídica, mas a subordinação económica".

Consultas locais

Está aberta a possibilidade de realizar consultas locais onde os cidadãos eleitores tenham oportunidade de se pronunciar sobre determinada matéria, reforçando por esta forma a sua participação na vida política. O assunto esteve em debate na passada semana e todos os grupos parlamentares evidenciaram a sua disponibilidade para alargar este regime de consulta a nível local. As diferenças mais significativas, de acordo com os diplomas levados a plenário - três propostas de alteração à lei que vigora desde 1990 (PS, PSD e PP) e um projecto de lei da autoria do PCP -, dizem respeito ao número de subscritores necessários para a apresentação de propostas de realização de consultas locais.

O PS defende a obrigatoriedade de recolha de assinaturas de 10 por cento dos eleitores recenseados na autarquia, nunca podendo este número ser superior a dois mil no caso de competência dos órgãos da freguesia, quatro mil para o município e seis mil para a região administrativa.

Para o PSD, por seu turno, as propostas necessitam de pelo menos 20 por cento dos eleitores ou 20 mil para autarquias com mais de 100 mil inscrites, enquanto que o PP entende que as consultas locais podem ser convocadas por 15 por cento dos recenseados, com o limite máximo de 15 mil.

José Calçada, em nome da bancada comunista, sustentou que a proposta de consulta seja apresentada por menos de um décimo dos eleitores recenseados na área da respectiva autarquia, nunca podendo o número de proponentes exceder os cinco mil.

"Números sensatos e razoáveis", não restritivos, na perspectiva do parlamentar comunista, que os justificou pela necessidade de "garantir o acesso dos cidadãos ao exercício do poder político local".

ASSEMBLEIA REPÚBLICA

Publicidade enganosa sobre privatizações

"É preciso dizer basta!"

O Grupo Parlamentar do PCP considerou inaceitável a promoção propagandística da política de privatizações levada a cabo pelo Governo. Para o deputado Lino de Carvalho, que levou o assunto a plenário sob a forma de declaração política, "tem de haver um limite" para as "campanhas de autopropaganda do governo". Mais: a sua convicção é a de que se ultrapassaram os limites e "é preciso dizer basta!"

Em causa está sobretudo o que a bancada comunista considera serem as "intoxicantes e maciças campanhas de publicidade de promoção da política de privatizações do governo do PS" realizadas nas últimas semanas.

"Nos jornais, na rádio, na televisão, o Ministério das Finanças, com o dinheiro dos contribuintes, promove anúncios sobre a política geral de privatizações, vendendo gato por lebre", acusou Lino de

Carvalho, que não teve dúvidas em afirmar que tais "anúncios de propaganda genérica" configuram, inclusivamente, "formas de publicidade enganosa".

Fundamentando a sua afirmação, lembrou, a título de exemplo, não ser verdade "que o interesse nacional não exija que o Estado se mantenha presente em sectores tão estratégicos como as telecomunicações, a produção e distribuição de energia eléctrica ou o sector financeiro", do mesmo modo que não é verdade "que as pri-

vatizações promovam melhores condições de trabalho" (ao contrário, têm dado lugar a milhares de despedimentos e a maior precarização), como não é verdade "que as privatizações contribuam para a libertação de recursos para investimentos nas áreas de saúde ou da educação" (ao contrário, têm sido acompanhadas por maior desresponsabilização do Estado nas áreas sociais e menores investimentos na saúde, educação, segurança e terceira idade).

Não descortinando quaisquer razões de racionalidade económica na política de privatizações, para Lino de Carvalho, que subscreveu com o líder parlamentar do PCP,

Octávio Teixeira, um requerimento sobre esta matéria, "o único objectivo do Governo é entregar aos grandes interesses privados nacionais e multinacionais os sectores produtivos rentáveis onde o Estado por razões de interesse nacional ou social ainda mantém alguma presença".

"O único objectivo do governo é financeiro, é encher os cofres com vista a cumprir os critérios de Maastricht, mesmo contra os interesses do país", alertou Lino de Carvalho, antes de considerar que "um mínimo de decência e de direito à indignação exige uma explicação sobre a política publicitária do governo".

Aperfeiçoar os direitos dos trabalhadores-estudantes

A necessidade de revisão e alargamento do estatuto de trabalhador-estudante foi reiterada no Parlamento. O assunto esteve em foco numa das sessões plenárias da semana transacta, motivado pela apresentação de três projectos de lei subscritos pelo PCP, PS e PSD. No final, prevelaceu a ideia de que urge aperfeiçoar os direitos dos trabalhadores-estudantes nas empresas e alargar o seu conteúdo.

Esta foi de resto uma das questões-chave para a qual o deputado comunista Bernardino Soares chamou a atenção no decorrer do debate, pondo em evidência a necessidade de alargar a qualificação de trabalhador-estudante aos estudantes que trabalham por conta própria, bem como aos que estando desempregados se inscrevem nos Centros de Emprego e, por último, aos que frequentem cursos de formação profissional ou de ocupação temporária de jovens.

A existência de um contingente especial no acesso ao ensino superior (enquanto se mantiver o «numerus clausus») constitui outra das propostas preconizadas no diplo-

ma comunista, que prevê também a adopção de uma especial atenção no plano pedagógico e programático aos trabalhadores-estudantes.

O Estatuto do trabalhador-estudante deve igualmente ser objecto de uma ampla divulgação através das escolas junto dos potenciais interessados, na opinião de Bernardino Soares, que, por outro lado, salientou a necessidade de ser criado o organismo vocacionado para os problemas dos trabalhadores-estudantes (já previsto na lei mas nunca materializado), por si considerado "um instrumento fundamental para fiscalizar e denunciar os incumprimentos, propor regulamentações e melhorias".

Na apresentação do projecto da JS, coube ao deputado Sérgio Sousa Pinto destacar a necessidade do alargamento do estatuto aos trabalhadores com vínculo precário e àqueles que frequentem instituições de ensino privadas. O diploma socialista estabelece a interdição da aplicabilidade de quaisquer regimes de prescrição aos trabalhadores-estudantes. Para o líder da JS, a

proposta "aprofunda a justiça e igualdade de oportunidades no sistema educativo e na sociedade portuguesa".

Para o PSD, a proposta de alteração à lei de 1981 por si subscrita apresenta como principal novidade o incentivo às entidades empregadoras de trabalhadores-estudantes. Nesse sentido, "os encargos com os trabalhadores-estudantes serão considerados custos ou perdas para efeitos de IRC em valor correspondente a 115 por cento do total", anunciou o deputado Sérgio Vieira.

Rendimento mínimo

A reinserção social das pessoas abrangidas pelo Rendimento Mínimo Garantido (RMG) está a ser claramente insuficiente, sobretudo ao nível da oferta de emprego, facto que compromete os objectivos visados com a criação deste programa. O alerta foi deixado no Parlamento pelo deputado comunista Rodeia Machado que levou o assunto a plenário na semana transacta na habitual sessão de perguntas ao Governo.

Apesar do optimismo expresso pelo ministro da Solidariedade e Segurança Social, Ferro Rodrigues, ao garantir que o conjunto de projectos-piloto do (RMG) em aplicação "transcende largamente as expectativas iniciais", tal não convenceu o parlamentar comunista que lembrou que o número de desempregados "continua a aumentar e o número de pobres e excluídos alastra em mancha".

Reconhecendo a importância do RMG, Rodeia Machado frisou que o mesmo é "insuficiente" se não for acompanhado de uma correcta "reinsertação social dos beneficiários do sistema", assinalando a propósito que em Março passado das cerca de 75 mil pessoas abrangidas pelos projectos piloto apenas 2456 estavam em programas de reinserção e, mais preocupante ainda, somente 750 cidadãos foram reintegrados num emprego.

Acordo comercial com Marrocos**Conservas e pesca de cerco em perigo**

"Altamente prejudicial para Portugal, designadamente para a indústria conserveira e para a pesca de cerco", assim classificou o deputado comunista Lino de Carvalho o Acordo comercial Euro-Mediterrânico entre a União Europeia e Marrocos, aprovado faz hoje oito dias pela Assembleia da República, com os votos contra do PCP, PP, e PEV.

Na declaração de voto apresentada em nome da sua bancada, Lino de Carvalho acusou o PSD e o Governo de terem montado "uma monumental operação de mistificação para esconder e desviar as atenções da sua enorme contradição e irresponsabilidade da sua posição", procurando fazer crer para o efeito que o que estava em votação era um acordo de pescas cuja rejeição impediria os nossos pescadores de operar em Marrocos.

Ora a verdade é que "não está em causa nenhum acordo de pescas", como esclareceu o deputado comunista, que fez igualmente notar que se este acordo fosse recusado - o que seria uma afirmação da nossa soberania, observou - a UE seria obrigada a "encontrar mecanismos efectivos de apoio à viabilização da indústria conserveira nacional e à pesca de cerco".

Pondo em evidência as contradições do Governo sobre esta matéria, Lino de Carvalho recordou afirmações do próprio ministro da Agricultura proferidas em Novembro de 1995, no decorrer da Conferência dos Representantes dos Grupo Parlamentares da Assembleia da República, em que este garantia que "a situação do acordo em relação às conservas é penalizante para Portugal" na medida em que se pretende a "total liberalização" das exportações marroquinas de conservas.

As consequências deste quadro estão já, aliás, bem à vista, como referiu Lino de Carvalho ao lembrar que só no ano de 1996, primeiro ano das exportações de Marrocos para o mercado europeu nas novas condições do Acordo, as exportações portuguesas diminuíram 31 por cento.

A juntar a esta dramática situação acresce ainda o facto de as alegadas contrapartidas para o nosso país terem sido "extremamente escassas", e, mesmo assim, não terem ido além do papel, uma vez que nenhuma delas foi concretizada.

O que está em causa, pois, foi ainda Lino de Carvalho a lembrá-lo, para além da cada vez maior dificuldades de acesso aos recursos, é a sobrevivência da indústria conserveira nacional e dos seus cerca de cinco mil postos de trabalho, bem como a viabilidade de uma parte importante da pesca de cerco, actualmente constituída por cerca de cem embarcações e dois mil pescadores.

dado sem reflexão suficiente".

Solidariedade com Timor-Leste

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de protesto pela venda de aviões militares ingleses à Indonésia e pela recente detenção de activistas dos direitos humanos pela polícia britânica. Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, o voto afirma a solidariedade da Assembleia com os timorenses e activistas dos direitos humanos que se manifestam no Reino Unido contra essa venda de material militar. Um outro voto - de congratulação pela reconciliação nacional em Angola - foi igualmente aprovado pelos deputados, na semana transacta, por ocasião da tomada de posse da Assembleia Nacional. Subscrito pelo PSD, o texto refere que se abrem agora novas perspectivas para o bem-estar, prosperidade e desenvolvimento de Angola.

Rede ferroviária

A Assembleia da República aprovou, com a abstenção dos sociais-democratas e o voto contra de comunistas e verdes, a proposta governamental que autoriza o Executivo a legislar em matéria de benefícios fiscais no quadro de constituição e actividade da rede ferroviária nacional.

Faz hoje oito dias, no período de votação regimental do Parlamento, foram ainda aprovados por unanimidade os projectos de prorrogação do período de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito ao acordo Estado/Champalimud, a proposta de candidatura ao Prémio Houphuet-Boigny, o parecer apresentado pela comissão de economia que autoriza o governo a estabelecer uma nova estrutura da taxa do imposto sobre os cigarros e o projecto de núcleos de acompanhamento médico ao toxicodependente.

Às respectivas comissões, aprovados por unanimidade na generalidade, baixaram os projectos de consultas directas dos cidadãos a nível local (PCP, PSD, PS, CDS/PP) e os projectos de lei apresentados por PS, PCP e PSD relativos ao estatuto de trabalhador-estudante.

Luta pela liberdade

A Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis de PS, PCP e PEV (PSD e PP abstiveram-se), os textos apresentados pela primeira comissão relativos à contagem especial do tempo de prisão e clandestinidade por razões políticas para efeitos de pensão de velhice ou invalidez.

Com a aprovação deste diploma, o Parlamento adopta um procedimento que foi já assumido por variadíssimos outros países europeus, sendo testemunho desta tradição o caso de Espanha onde os presos políticos até foram inclusive indemnizados.

Trata-se ainda, por outro lado, de uma medida que permite completar a legislação que sobre a matéria até agora existia entre nós, mas que em resultado de algumas lacunas acabou por deixar situações de desigualdade.

Ao aprovarem esta iniciativa legislativa, que constitui indiscutivelmente uma forma de valorizar a luta pela liberdade, os deputados avivam na nossa memória os crimes da ditadura fascista, o que assume extrema oportunidade numa época em que os Le Pen ameaçam no horizonte.

Em defesa da água

Um grupo de cidadãos e diferentes entidades de Setúbal divulgou, a semana passada, um documento exigindo que a Câmara de Setúbal suspenda o concurso para a privatização dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS).

O documento é subscrito por um Grupo de Cidadãos em Defesa da Água como Bem Público, a cooperativa de consumo Pluricoop, o STAL - Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, militantes do PS de Setúbal, LASA - Liga de Amigos de Setúbal e Azeitão e dos TSD da Câmara de Setúbal.

Em causa está a decisão da Câmara de privatizar o SMAS, tomada à revelia de qualquer discussão. Os signatários reclamam a suspensão do processo, e que seja promovido um debate público, em que, de par da Câmara, os órgãos autárquicos do Concelho, as associações políticas, culturais e recreativas, os cidadãos, "possam fazer ouvir a sua voz e expressar com rigor as suas posições sobre o assunto".

Alentejo Desenvolvimento em debate

Um calendário de debates concelhios sobre Desenvolvimento Local e Regional foi agora definido, em reunião da Comissão Promotora do MARD, realizada em Beja no início deste mês de Abril.

Nestes debates serão apresentadas propostas para o desenvolvimento, designadamente as contidas na "Carta do Alentejo ao Governo", aprovada na 3ª Assembleia de aderentes do MARD, em Fevereiro de 1997, em Portalegre.

Os debates culminam numa Jornada Regional pelo Desenvolvimento do Alentejo, a 27 de Maio de 1997, com expressão, designadamente, nas capitais de distrito - Beja, Évora e Portalegre e no litoral alentejano.

No âmbito desta iniciativa, vai realizar-se hoje, pelas 21H00, um debate em Alvito, no Salão Nobre da Câmara Municipal, com a participação de António Raposo, do MARD, e Lopes Guerreiro, presidente da Câmara Municipal.

Amanhã, sexta-feira, à mesma hora, terá lugar um debate em Montemor-o-Novo, com António Murteira e André Espenica, do MARD, e Carlos Pinto Sá, presidente da CM.

Lisboa cidade desportiva

Lisboa cidade desportiva - uma iniciativa, da responsabilidade do pelouro do Desporto, que a Câmara de Lisboa vem promovendo há quatro anos - reuniu domingo passado, na zona ribeirinha de Belém, largas centenas de participantes, em particular de jovens.

Campeonatos de andebol e ténis de mesa, patins em linha, e bicicletas, jogos tradicionais - houve de tudo um pouco nos jardins de Belém. Uma iniciativa que logo de manhã fez parar o trânsito para as corridas a pé e o ciclismo. No rio, desenvolviam-se paralelamente outras actividades, como as provas de canoagem, remo, vela e pesca desportiva.

O dia encerrou com um balanço de Lisboa cidade desportiva, no Pavilhão Carlos Lopes, onde decorreram igualmente o final da taça de seniores femininos de voleibol e o andebol de veteranos.

Seminário em Loures sobre segurança e imigrantes

"Segurança pública, integração, comunidades étnicas e imigrantes", foi tema de um seminário, organizado pela Câmara Municipal de Loures, no início deste mês de Abril.

O seminário teve como objectivo global abrir um espaço de reflexão sobre a dimensão social das relações étnico-culturais, tendo em conta o significativo número de imigrantes e comunidades étnicas que residem e trabalham no concelho.

Foram os seguintes os temas abordados: Forças de segurança e relações étnico-culturais; O sistema legal e a sua implementação; A sociedade multiétnica e o crime; Caracterização das forças de segurança em Portugal; As forças de Segurança, as autarquias e as associações.

Um dos factos relevantes referidos ao longo dos debates foi que Portugal está hoje com os mesmos níveis de emigração dos anos 60, a época em que esses níveis foram mais elevados. Exportação de mão-de-obra a que corresponde a importação de trabalhadores africanos - no quadro de sociedades multiplamente exclusoras - no plano político, laboral, social.

Uma realidade só por si geradora de insegurança e terreno propício para a criminalidade.

Encontro Nacional de Deficientes

Por iniciativa da Confederação Nacional dos Organismos de Deficientes, realiza-se no próximo dia 19 de Abril, na Marinha Grande, o Encontro Nacional de Deficientes, que contará com a presença de dezenas de associações de vários pontos do país.

O Encontro engloba a realização, nas ruas da cidade, de um conjunto de provas desportivas, nas modalidades de corrida em cadeira de rodas, atletismo, tandem e xadrez. Após o almoço de confraternização, segue-se uma tarde com debate e animação cultural.

Dar a volta a isto!

Realizam-se este fim-de-semana, em Lisboa, dois importantes encontros dos jovens comunistas do ensino superior e secundário. Um objectivo comum - a luta por uma mudança qualitativa no ensino.

"Por um Ensino Superior público, gratuito e de qualidade" é o lema da VIII Conferência Nacional do Ensino Superior, que irá realizar-se em Lisboa, no ISCTE, dias 19 e 20.

Um primeiro objectivo da Conferência é a análise da actual situação do ensino superior, decorrente da implementação, ao longo dos anos, de uma política de direita na área da educação e da actuação do governo PS.

Em contraposição a esta política, o encontro irá aprofundar e enriquecer as propostas da Organização do Ensino Superior (OES) e da JCP, para um ensino público, gratuito e de qualidade.

Na perspectiva de luta por uma nova política educativa, a Conferência fará uma análise da acção do movimento associativo, apostando no reforço da mobilização estudantil e da influência dos estudantes comunistas.

O incremento da actividade da JCP e da OES, a nível nacional - são objectivos fundamentais dos estudantes comunistas.

Em debate irão estar três propostas de resolução, sobre:

política educativa; intervenção, organização e direcção e movimento associativo.

A Conferência conta com a participação de Luísa Araújo, membro do Secretariado e da Comissão Política do PCP.

Encontro Nacional do Ensino Secundário

O VI Encontro Nacional do Ensino Secundário da JCP

decorre igualmente no ISCTE, em Lisboa, no próximo sábado.

Partindo do lema "Paixão? Mais não!", são objectivos do Encontro: reforço orgânico das organizações dos estudantes do ensino secundário da JCP; aprofundamento da análise e discussão da actual situação neste ramo de ensino; reforço da intervenção dos estudantes comunistas e dinamização da luta estudantil.

Entre os temas em discussão, destacam-se as alterações à Lei de Bases do Sistema Educativo, reformulação curricular, gestão escolar, avalia-

ção e falta de informação nas escolas.

Como contributo para o debate, haverá diversos documentos - um Manifesto sobre Política Educativa e um documento sobre intervenção e organização, além de uma Moção sobre Eleições Autárquicas (no quadro da pré-campanha para as próximas eleições).

Serão ainda distribuídos um Guia do Movimento Associativo e um Manual do Delegado de Turma, que visam contribuir para uma melhor intervenção dos jovens comunistas no movimento associativo e nos órgãos de gestão das suas escolas.

**SERÁ
ESTE O ANO
EM QUE TODOS
TEMOS O
DIREITO
DE ENTRAR
NO ENSINO
SUPERIOR
PÚBLICO?**

VI ENCONTRO
NACIONAL
DO ENSINO
SECUNDÁRIO
LISBOA - 19 DE ABRIL

Juventude Comunista Portuguesa

**PROPINAS:
PS = PSD
OUTRA VEZ NÃO**

8ª CONFERÊNCIA
NACIONAL do ENSINO
SUPERIOR da J.C.P.
19 e 20 de Abril - Lisboa

JCP Organização do Ensino Superior da Juventude Comunista Portuguesa

As propinas não são solução

As propinas não são solução é o lema da campanha agora lançada pelas principais associações académicas de todo o País e que engloba, de imediato, audiências com os líderes dos partidos políticos, o Presidente da República e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, de par da distribuição de milhares de panfletos e cartazes pelas universidades e institutos politécnicos.

A campanha baseia-se nalguns princípios fundamentais:

- **O ensino já não é gratuito** - são actualmente muito elevados os gastos em livros, fotocópias, alimentação, residência, transportes, entre outros.

- **O direito à educação é um direito inegável de todos os cidadãos**, e os direitos não se pagam.

- **Os impostos**, actualmente pagos pelos pais e pelos trabalhadores, estudantes, servem, entre outras coisas, para pagar o ensino.

- **Cabe ao Estado garantir o financiamento do Ensino Superior**, assegurando a sua qualidade e dando resposta às necessidades dos estudantes.

- **O Ensino Superior é cada vez mais um mundo reservado e elitista** e o aumento das propinas só vai contribuir para agravar essa situação.

Em encontro com a imprensa, os representantes das principais associações académicas lembraram afirmações dos actuais pri-

meiro-ministro e ministro da Educação (então na oposição), ao arrepio das políticas agora implementadas. Em particular, o parecer do Conselho Nacional de Educação, quando Marçal Grilo era seu presidente, em que se considera ser **incompreensível** que seja **"exactamente num dos (...) países economicamente menos desenvolvidos que mais se penalizam os que aceitam investir na valorização do capital humano, estudando**

JCP lança campanha

A JCP-Algarve vai realizar, na Universidade do Algarve, uma campanha contra as propinas.

Para começar, será distribuído um boletim de informação, da responsabilidade dos estudantes comunistas. Neste nº 0, o boletim aborda questões como - o incumprimento das promessas do PS no governo, a necessidade de uma luta comum de estudantes do politécnico e da universidade, a moeda única e, naturalmente, as **razões para não pagar** as propinas.

Entre estas **razões**, a JCP-Algarve refere, nomeadamente, o facto de já hoje os estudantes suportarem 63% dos custos e as propinas que se pretende impor serem as mais caras da UE - "Em Portugal o salário médio ronda os 65 contos, enquanto na Dinamarca, Alemanha ou Irlanda é de 210 e 280 contos e não pagam propinas."

Em defesa dos emigrantes

"Em defesa dos emigrantes" é o lema da Lista A, concorrente às eleições para o Conselho das Comunidades Portuguesas, na Suíça, no próximo 27 de Abril.

A Lista é constituída por Manuel Beja, Zurich; José Ferreira, Sion; São Belo, La Chaux-de-Fonds; Fernanda Guimarães, Lausanne; Alice Teresinha, Visps, e João Damas, Genève. Um grupo de candidatos que forma uma equipa "que se compromete a intervir de forma consequente em defesa dos portugueses residentes na Suíça".

A questão da integração é considerada como uma das mais importantes prioridades pela lista, que se propõe participar nas diferentes comissões que se ocupam de problemas de integração de estrangeiros.

O apoio aos esforços dos sindicatos suíços no combate ao isolamento dos desempregados e a uma rápida reinserção no mercado do trabalho, os incentivos à formação profissional, a promoção da língua e cultura portuguesa - são outras das prioridades da lista.



Encontro em Palmela

Com a presença de cerca de uma centena de autarcas e activistas da CDU, decorreu na passada semana um encontro concelhio que fez o balanço do trabalho realizado neste mandato e traçou os principais objectivos eleitorais da Coligação nas próximas eleições.

Durante os trabalhos, foi salientada a obra do poder local dirigido há 20 anos pelos comunistas e seus aliados em prol do desenvolvimento do concelho.

Os participantes definiram como objectivo eleitoral obter a vitória em todas as autarquias do concelho (Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia), aprovaram documentos para a campanha eleitoral e um manifesto à população de Palmela.

Rendimento mínimo

A Junta de Freguesia de São Sebastião, em Setúbal, está a substituir-se ao Centro Regional de Segurança Social adiantando verbas para o rendimento mínimo nacional. Os eleitos da CDU já solicitaram esclarecimentos sobre tão «insólita situação» considerando que está em causa a gestão financeira da autarquia.

A CDU recorda que foi o PCP o primeiro partido a propor na Assembleia da República a criação do rendimento mínimo, sublinhando que a sua entrada em vigor, no próximo dia 1 de Julho, exige um plano de trabalho credível com condições e apoios a partir do governo central. A CDU defende que não devem ser transferidas novas responsabilidades para as autarquias locais sem os meios correspondentes.

Exposição de Salgado na Madeira

No âmbito da exposição fotográfica de Sebastião Salgado, sobre o Movimento dos Sem Terra do Brasil - comprada pelo deputado independente eleito nas listas CDU na Região Autónoma da Madeira, Edgar Silva, com o seu próprio ordenado -, a Coordenadora da CDU aproveitou a deslocação, à Madeira, de José Roberto, membro da Coordenação Nacional deste Movimento, para promover dois debates públicos.

Os debates, um realizado no Hotel Madeira, no Funchal, na sexta-feira passada, e outro no Jardim da Serra, concelho de Câmara de Lobos, tiveram a participação de muitas dezenas de participantes, que acompanharam com o maior interesse a luta dos explorados nos campos do Brasil.

José Roberto informou sobre as conquistas, progressos e vitórias do Movimento dos Sem Terra mas também sobre as dificuldades, a opressão e a violência de que este povo é vítima.

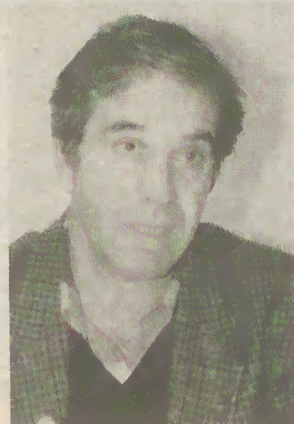
A sua imensa luta não se esgota na tomada de terras improdutivas, onde milhares de famílias de «assentados» pretendem construir o seu futuro com dignidade. Trava-se também contra o poder político instituído que ignora a Reforma Agrária que a lei consagra e que, conivente com os latifundiários, pretende avançar com um projecto económico neoliberal que se opõe à promoção do bem-estar das camadas mais desfavorecidas, disse este dirigente do MST.

Praias de Matosinhos

O candidato da CDU à Câmara de Matosinhos visitou na passada terça-feira as praias do Cabo do Mundo, na freguesia de Perafita. José Cavalheiro quis chamar a atenção para os problemas de limpeza e degradação das praias e insistir nas propostas e possibilidades de aproveitamento da orla costeira do concelho de Matosinhos. Na iniciativa, o candidato foi acompanhado por eleitos na Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia de Perafita, Leça da Palmeira e Matosinhos e por outros dirigentes activistas do PCP e da CDU.

CDU apresenta candidatos

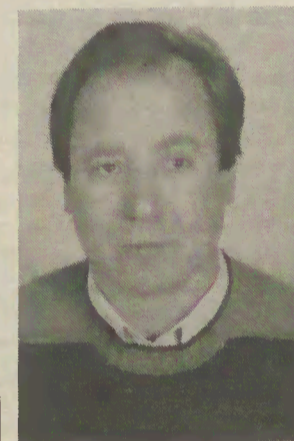
BENAVENTE



António José Ganhão

António José Ganhão, professor, de 52 anos de idade, é o cabeça de lista da CDU à Câmara Municipal de Benavente. O anúncio foi feito após uma reunião da Comissão Concelhia do PCP realizada na passada semana. O candidato é actualmente presidente da autarquia, é vice-presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e pertence à Direcção Regional de Santarém do PCP.

CABECEIRAS DE BASTO



José Manuel Marques

A CDU anunciou na passada sexta-feira o nome de José Manuel Marques para cabeça de lista à Câmara Municipal. O candidato tem 43 anos de idade, é gerente comercial e é o coordenador da organização de Basto do PCP, pertencendo ainda à Direcção da Organização Regional de Braga do Partido. Desempenhou durante vários anos o cargo de presidente da Associação de Pais da Escola C+S de Cabeceiras de Basto, onde se bateu pela construção da escola secundária da vila. Actualmente é membro do Forum Cabeceirense onde continua a pugnar pelo desenvolvimento do concelho e da região.

OLIVAL BASTO

A CDU apresentou recentemente a lista candidata às eleições na Freguesia de Olival Basto, que é de novo encabeçada por Liberto Pais Carvalho, actualmente o presidente da Junta.



Apresentação de candidatos CDU em Peniche

PENICHE

No passado domingo, a CDU apresentou os candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Peniche e à Juntas de Freguesia do concelho. Na sessão participaram Luís Sá, da Comissão Política do PCP, e Jacinta Ricardo, presidente da CM do Montijo, bem como o mandatário concelhio Rogério Cação, independente e ex-vereador da CM de Peniche.

A cabeça de lista à Câmara é Margarida Taveira, advogada, independente e actual vereadora na autarquia. O primeiro da lista à Assembleia Municipal é Raul Santos que já foi vereador na Câmara e foi membro da Junta de Freguesia da Conceição.

A ocasião foi ainda aproveitada para apresentar as listas às freguesias de Ajuda, encabeçada por Aníbal Barata; S. Pedro, por Paulo Roberto; Conceição, por Aleixo Brás; Atougua, por Esmeralda Pereira; e Serra D'El Rei, à qual se recandidata Jorge Amador que é o actual presidente da Junta e é membro da AM de Peniche desde 1990.

Vigília em Braga contra atentado urbanístico

Promovido pela CDU de Braga e com o apoio expresso de duas organizações cívicas, algumas personalidades bracarenses e responsáveis de quadrantes partidários diversos, realizou-se na noite de quinta-feira da passada semana, uma vigília de protesto contra a destruição da Praça histórica do centro da cidade, Campo da Vinha.

A iniciativa contou com a adesão de numerosos cidadãos e constituiu uma jornada de acusação e denúncia da gestão camarária de Mesquita Machado, presidente do município e do PS local.

A CDU considera que a intervenção urbanística em curso irá descaracterizar profundamente a Praça, opinião que é secundada pelos crescentes protestos da população, que não foi ouvida antes da decisão ter sido tomada. À venda daqueles terrenos municipais a poderosos interesses imobiliários os manifestantes responderam com uma palavra de ordem espontânea: «Abaixo o mamarracho!»

No final da vigília, os presentes desfilarão até ao edifício da Câmara para ali deporem velas e caixotes como símbolo dos desmandos da construção em Braga.

Falando durante a concentração, Lília Santos, vereadora da CDU, considerou que as obras que decorrem «são o nó górdio - o ex-

-libris mais negro da política urbanística destas câmara. A mesma que é responsável pela urbanização do Vale de Lamações, pela construção desregrada de caixotes de cimento e que agora, neste ano de eleições, vem falar de parques e espaços verdes».

Referindo-se aos objectivos da vigília de protesto, a eleita da CDU acrescentou: «Mas, anima-nos ainda um propósito firme. Que não seja apenas um dia, muito menos o último dia da nossa indignação e luta pela defesa de Braga. Que esta noite marque e simbolize o princípio de uma nova caminhada», sublinhou.

Lília Santos anunciou que «a CDU irá propor às outras forças e organizações - associações cívicas, partidos políticos, movimentos de juventude, organizações sindicais e outras - que nos sentemos a uma mesa e estudemos todas as hipóteses de uma acção que no plano jurídico-legal vá o mais longe possível.

«Porque este é uma problema sentido por muitos milhares de bracarenses de todas as condições, credos e áreas de opinião política ou ideológica, mas também porque uma acção desta envergadura terá por certo elevados custos e, o que uma força só por si não puder fazer, o apoio e a conjugação de todos torna-la-á possível», concluiu.

Oeiras Património a defender

Os vereadores da CDU da CM de Oeiras, Arnaldo Pereira e Tavares da Cruz, votaram recentemente a favor de uma proposta no sentido da aquisição e declaração de utilidade pública do Palácio dos Arciprestes, em Linda-a-Velha, e do Palácio Restany, em Queluz de Baixo.

Os vereadores consideram que estas medidas são tardias e de eficácia duvidosa; no

entanto, podem sinalizar um primeiro passo para a resolução de uma problema criado na altura do loteamento das zonas envolventes dos palácios. Recordando o voto contra da CDU no loteamento da Quinta dos Arciprestes, em 1995, os eleitos da CDU insistiram várias vezes para a necessidade da entidade proprietária do Palácio Restany ser responsabilizada pela recuperação deste edifício.



SINES

Com a presença de cerca de 400 pessoas, decorreu no passado dia 11 de Abril, em Sines, a apresentação pública dos cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal do concelho, que contou com a participação de Álvaro Cunhal.

Os candidatos são, respectivamente CM e AM, Manuel Coelho, médico de 56 anos de idade, e Francisco Pacheco, de 49 anos de idade e actual presidente da autarquia.

Luís Plácido, mandatário concelhio, leu a biografia de cada uma dos candidatos e anunciou o apoio de 105 jovens, assim como de 17 médicos que subscrevem a candidatura do seu colega de profissão Manuel Coelho.

A Alemanha e o euro

De acordo com os seis principais institutos alemães de previsões económicas citados pelo jornal «Berliner Zeitung», o défice público da Alemanha ultrapassará os três por cento em 1997. Se assim for, o país liderado por Helmut Kohl não respeitará todos os critérios exigidos pelo Tratado de Maastricht para a adesão à moeda única. Os 3,2 por cento previstos devem-se essencialmente às baixas receitas fiscais. Entretanto, o prémio Nobel da Economia de 1976, Milton Friedman, declarou-se «céptico» em relação às possibilidades de a moeda única entrar em vigor na data prevista. Para este economista, existem 20 por cento de hipótese de o euro entrar em circulação como foi previsto.

Justiça social exigida na Grã-Bretanha

A «Marcha pela Justiça Social», realizada no sábado em Londres, foi dispersada pela brigada da polícia antimotim. Milhares de pessoas, entre as quais ecologistas, sem-abrigo, sindicalistas e reformados, desfilaram na Downing Street, em frente à residência oficial do primeiro-ministro, manifestando nomeadamente o seu apoio aos trabalhadores das docas de Liverpool.

Israelitas recusam proposta da UE

O primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, rejeitou o «código de conduta» israelo-palestino proposto pela União Europeia, na semana passada. A proposta incluía, nomeadamente a promessa por parte da Autoridade Palestiniana de lutar contra o terrorismo e por parte do governo de Israel de parar a construção e o alargamento dos colonatos na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Entretanto, o Parlamento Europeu aprovou no dia 9 um acordo de comércio euro-mediterrânico com a OLP, com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento económico da Palestina e promover a estabilidade económica e política da região. Na ocasião, o presidente do conselho de ministros da UE, Michiel Patijn, afirmou que a política de colonização judaica «põe em causa e mina os esforços de paz». «Iremos insistir junto de Israel para que não haja construções em Har Homa», prometeu. Por seu lado, o deputado comunista

Angola Esperança de paz

O antigo cinema Restauração, transformado depois da independência de Angola, em 1975, serviu de cenário na passada sexta-feira à tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN). A realidade esteve longe de ser perfeita como nos filmes, mas a esperança de que esta história acabe bem anima o coração dos angolanos.

A ausência anunciada de Jonas Savimbi, líder da Unita, não foi o único contratempo da tomada de posse do GURN; o atraso registado na cerimónia - bem ao estilo de todo o processo de paz - levou a que, ao contrário do que estava previsto no programa oficial, o juramento dos membros do GURN fosse feito em conjunto e não de forma individual.

A cerimónia da tomada de posse realizou-se na presença de individualidades de todo o mundo, entre as quais os presidentes Jorge Sampaio (Portugal), Nelson Mandela (África do Sul), Mascarenhas Monteiro (Cabo Verde), João Bernardo «Nino» Vieira (Guiné-Bissau), Sam Nujoma (Namíbia), Miguel Trovoada (S. Tomé e Príncipe), Robert Mugabe (Zimbabué) e Frederico Chiluba (Zâmbia).

O primeiro-ministro do Governo de Unidade e reconstrução Nacional (GURN) de Angola é Fernando França Van-Dunen, que transita do anterior executivo na chefia do Governo e conta no seu elenco governamental com 28 ministros, 55 vice-ministros e um secretário de Estado.

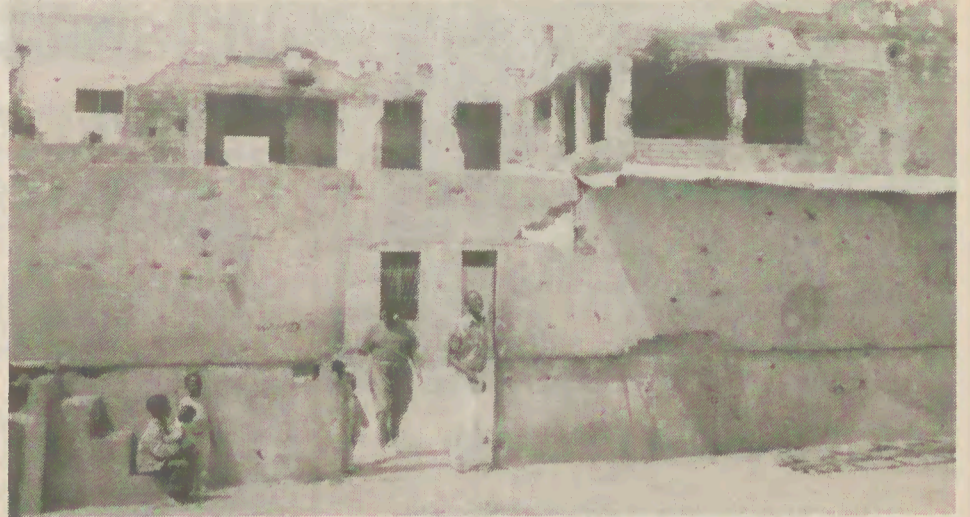
Do GURN fazem parte 11 elementos da UNITA. Quatro serão responsáveis pelos ministérios de Geologia e Minas, Saúde, Comércio e Hotelaria e Turismo e sete foram nomeados vice-ministros.

Savimbi esteve ausente da tomada de posse do GURN, invocando «falta de garantias de segurança».

Uma oportunidade

Considerado unanimemente como «um dia importante para os angolanos» e como «uma muito boa oportunidade, que não se pode perder», o dia da tomada de posse do GURN não deixou no entanto de reflectir as preocupações de quantos, lembrados das experiências passadas, temem no futuro próximo novas decepções.

Jorge Sampaio, por exemplo, salientou que, a partir de agora, «o único caminho que importa é o da ultrapassagem de divisões, de animosidades e de malquerenças, a única direcção que vale a pena é a da concórdia e da esperança, da coesão e unidade nacionais».



O novo Governo de Reconciliação tem à sua frente um país destruído pela guerra

«Recordem-se os mortos, mas cuide-se sobretudo da vida e dos vivos, criem-se e estimulem-se as condições de existência livre e democrática e de tranquilidade pública propiciadoras de paz, de justiça e de desenvolvimento», apelou Sampaio.

Alioune Blondin Beye, representante do secretário-geral da ONU, afirmou por seu turno que «o GURN é a pedra angular que irá apoiar o edifício da reconstrução nacional mas não é um fim em si, não é por si só a reconciliação nacional», pelo que os novos governantes «terão de trabalhar arduamente e em conjunto para encontrarem as melhores soluções para as múltiplas dificuldades políticas, económicas e sociais que afligem uma Angola martirizada».

Entre as prioridades, apontou a normalização da administração do Estado a todo o território, «que deverá abrir as portas para a total liberdade de circulação de pessoas e bens, permitindo o regresso de todos os deslocados», ao mesmo tempo que se avança no relançamento de todas as activi-

dades económicas, sociais e culturais em todo o país, respeitando as leis constitucionais e o cumprimento do protocolo de Lusaca.

Salvar Angola dos descrentes

O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, apelou na tomada de posse do Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) para o esforço conjunto de todos os angolanos para salvar Angola, país de «várias gerações de descrentes».

Aviando que o GURN, a que presidirá, constitui mais uma «etapa fundamental» na via da reconciliação inter-angolanos, mas «não é uma panaceia para resolver todos os problemas do país», José Eduardo dos Santos manifestou a sua esperança de que o GURN possa contribuir para a solução desses problemas «desde que coloque acima de tudo os superiores interesses nacionais, o amor à Pátria, a preocupação com o povo mais humilde e a aposta num futu-

ro de paz, democracia e desenvolvimento».

Ao novo executivo, o presidente angolano lembrou que «deverá estar claro desde o início que terão de aceitar e respeitar o princípio da proeminência do chefe do executivo e o princípio da colegialidade».

O GURN deverá sujeitar-se às orientações do Conselho de Ministros, cabendo aos seus membros «a execução pontual, rigorosa das suas orientações e decisões», avisou o Presidente angolano, que aproveitou a oportunidade para desvincular o Estado angolano de quaisquer compromissos políticos, económicos ou financeiros, assumidos por membros do governo perante Estados, governos ou organizações internacionais fora do quadro vigente, «sem autorização prévia do Conselho de Ministros ou do chefe do executivo».

A sua intervenção foi a única interrompida por aplausos, nomeadamente quando se referiu à necessidade de repor a lei e a ordem no país, e às esperanças que deposita na concretização das intenções manifestadas pelo MPLA e pela UNITA.

Cronologia

O processo de paz angolano arrasta-se há quase uma década. A agência Lusa divulgou uma cronologia dos acontecimentos, de que se reproduzem os mais importantes registados desde 1988.

- Dez/1988 - É assinado em Nova Iorque o acordo tripartido entre Angola, Cuba e África do Sul, prevendo a independência da Namíbia e a retirada cubana de Angola, com o aval dos Estados Unidos e da ex-União Soviética.

- 22/6/89 - O presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, assinam em Gbadolite, Zaire, na presença de cerca de duas dezenas de chefes de Estado africanos e sob mediação do presidente zaireense, Mobutu Sese Seko, um acordo de cessar-fogo e integração da UNITA na sociedade angolana.

A iniciativa de Mobutu redundou em fracasso por ambas as partes concluírem que o presidente zaireense lhes fizera promessas políticas a que nenhuma delas se havia comprometido.

- Dez/1989 - José Eduardo dos Santos prepara um programa de nove pontos como base para novas negociações com a UNITA.

- Jan/1990 - Jonas Savimbi visita Portugal e fala-se na eventualidade de Lisboa intervir na mediação do processo de paz para Angola.

- Abr/1990 - Delegações do Governo angolano e da UNITA encontram-se pela primeira vez em Portugal, na cidade de Évora, nos dias 22 e 23. É o início de longos meses de negociações que culminaram com a assinatura do Acordo de Paz de Bicesse.

- 31/5/91 - José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam o Acordo de Bicesse, em Lisboa, que prevê o cessar-fogo, a constituição de exército único e realização de eleições gerais.

- 17/6/91 - Realiza-se em Luanda a primeira reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). Segue-se, em Julho, a integração oficial de representantes da UNITA no grupo de fiscalização do cessar-fogo.

- 24/8/91 - São libertados em Angola os primeiros prisioneiros de guerra.

- 26/9/91 - Savimbi é recebido no Futungo de Belas por Eduardo dos Santos. Ambos se afirmam «firmes» no respeito pelos compromissos assumidos em Bicesse.

- Jan/1992 - Início do acantonamento das tropas do MPLA e da UNITA, controlado pelas Nações Unidas através da UNAVEM, que dá assim início à sua actividade de supervisão do processo de paz angolano.

O acantonamento não foi integralmente cumprido pelo movimento de Jonas Savimbi que, como mais tarde se confirmou, preservou alguns batalhões de tropas especiais à revelia dos Acordos de Bicesse.

- 28/9/92 - Dissolução oficial dos exércitos do MPLA e da UNITA.

- 29 e 30/9/92 - Primeiras eleições multipartidárias em Angola, que as Nações Unidas consideram «livres e justas». Os resultados dão a vitória ao MPLA, nas legislativas, e a maioria a Eduardo dos Santos nas presidenciais, obrigando-o, no entanto, a uma segunda volta.

- 2/10/92 - Savimbi não aceita os resultados das eleições, alegando que as mesmas foram fraudulentas.

- 30/10/92 - A UNITA ataca várias cidades angolanas e o aeroporto de Luanda.

- 2/11/92 - Confrontos em Luanda em que são mortos Jeremias Chitunda e Salupeto Pena, duas das principais figuras da UNITA, que é expulsada da capital.

- 27/1/93 - A UNITA não comparece às negociações de paz em Adis Abeba, uma iniciativa que partiu da representante da ONU em Angola, Margaret Anstee, que chegou a ir ao Huambo para convencer Savimbi a negociar, sem êxito.

- 12/4/93 - Novas negociações de paz, em Abidjan, sob a égide do presidente Félix Houphouët Boigny. Mais uma vez sem êxito.

- Jun/1993 - O maliense Alioune Blondin Beye substitui Margaret Anstee como representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola.

- 14/9/93 - Conselho de Segurança da ONU aprova um embargo de armas e petróleo

contra a UNITA e insiste no cumprimento dos acordos de Bicesse.

- 20/9/93 - Savimbi proclama um cessar-fogo unilateral. O governo rejeita o plano de paz da UNITA.

- 15/11/93 - Governo angolano e UNITA reiniciam em Lusaca negociações de paz, sob mediação da ONU.

- 05/7/94 - Intensificam-se os combates em todas as frentes.

- 20/11/94 - Assinatura em Lusaca, Zâmbia, do terceiro acordo de paz, após um ano de negociações, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros angolano, Venâncio de Moura, e o secretário-geral da UNITA, Eugénio Manuvakola.

- 22/11/94 - O cessar-fogo entra oficialmente em vigor em todo o território, mas os combates continuam.

- 12/2/95 - O congresso da UNITA aceita o Protocolo de Lusaca e a reconciliação nacional.

- 6/5/95 - José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi abraçam-se em público em Lusaca, gesto interpretado como o princípio da paz.

- 18/5/95 - Jonas Savimbi reconhece os resultados das eleições de 1992 e Eduardo dos Santos como chefe de Estado angolano.

- 15/6/95 - Jonas Savimbi afirma no Gabão que aceitará um lugar de vice-presidente se este lhe for formalmente oferecido.

- 23/6/95 - Jonas Savimbi proclama o fim da guerra em Angola.

- 16/7/95 - Butros Ghali, secretário-geral da ONU, termina visita a Angola, depois de encontros com Eduardo dos Santos, em Luanda, e com Jonas Savimbi, no Bailundo.

- 10/8/95 - O Presidente angolano e o líder da UNITA reúnem-se no Gabão.

- 21/11/95 - A UNITA inicia o desarmamento e o aquartelamento das suas forças.

- 20/1/96 - Em Libreville, em acta assinada por Eduardo dos Santos e por Savimbi, e ainda pelo presidente do Gabão, Omar Bongo, como testemunha, é acordada a questão do estatuto político do líder da UNITA (Vice-

Presidência), a prorrogação do mandato do

Parlamento e a 2ª volta das eleições presidenciais. Todas as questões ficam contempladas num documento designado «Princípios Políticos e Jurídicos para a Estabilização Política de Angola».

- 1/3/96 - José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi decidem em Libreville a conclusão do processo de formação das FAA até Junho de 1996 e a constituição de um Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) entre Junho e Julho do mesmo ano.

Define-se a estrutura política do Estado angolano, com duas vice-presidências com tarefas específicas.

- 8/6/96 - Toma posse o novo governo angolano, com Fernando França Van Dunem como primeiro-ministro em substituição de Marcolino Moco (destituído).

- 18/7/96 - Libertação de todos os prisioneiros de guerra (total de 528 de ambos os lados).

- 28/8/96 - A UNITA recusa cargo de vice-presidente para Savimbi.

- 24/9/96 - Início do processo de desmobilização.

- 10/10/96 - UNITA propõe estatuto de líder da oposição para Savimbi.

- 20/12/96 - Integração dos generais da UNITA nas FAA.

- 12/2/97 - Doze dos 70 deputados e quatro membros do GURN, da UNITA, chegam a Luanda.

- 12/3/97 - Governo e UNITA retomam, após várias semanas de interrupção, o diálogo sobre «estatuto especial» de Savimbi.

- 26/3/97 - É anunciada a conclusão da discussão do programa mínimo para o GURN.

- 8/4/97 - A Assembleia Nacional angolana aprova o estatuto de Savimbi, que se torna formalmente presidente do principal partido da oposição, com vários privilégios.

- 9/4/97 - Deputados da UNITA tomam posse em Luanda.

- 11/4/97 - Toma posse em Luanda o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional.

INTERNACIONAL

Rússia Exército sem salvação

■ Daniel Rosário

Pelas suas características, composição e estrutura, qualquer exército reflecte, em maior ou menor medida, a sociedade de que emana. Se este princípio já se podia aplicar com grande pertinência ao Exército Vermelho em relação à União Soviética – desde o papel de libertador durante a 2ª Guerra Mundial, até ao envelhecimento e ausência de perspectivas registadas a partir de determinada altura –, hoje ele é, mais do que nunca, válido. Assim, o exército russo é um fiel e triste reflexo da não menos triste situação por que passa a sua sociedade.

A Procuradoria Militar realizou recentemente uma reunião na qual se discutiu o combate à corrupção e roubo nas forças armadas, tropas fronteiriças e serviços especiais. Um dos participantes resumia assim a situação: “No exército russo rouba-se de tudo – desde meias até aviões.”

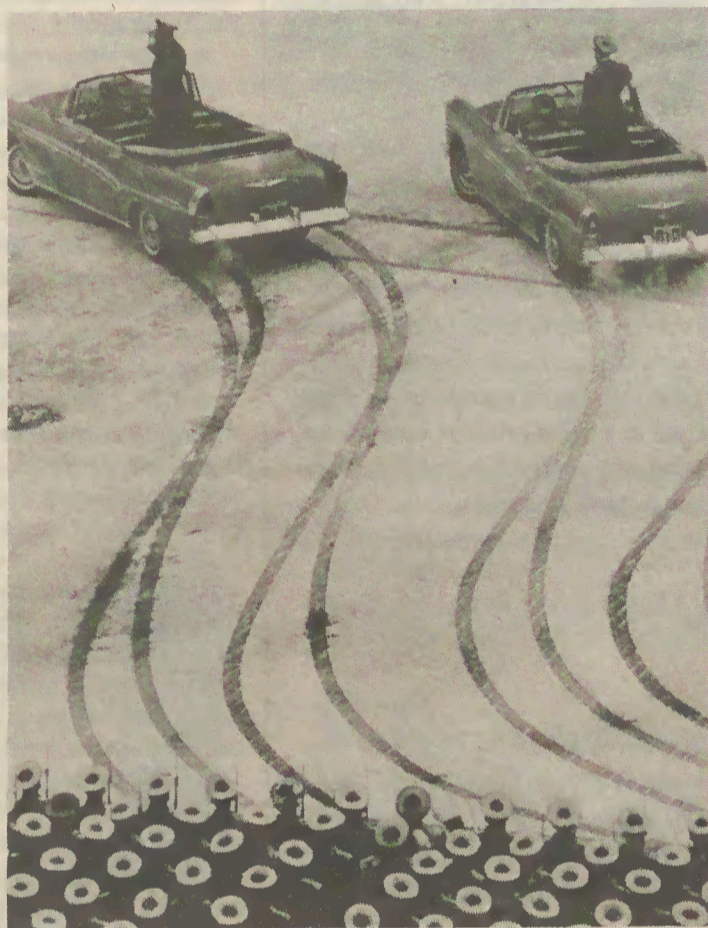
A quantidade de casos e o volume de prejuízos causados não têm parado de crescer. E cada vez mais frequentemente são acusados e presos oficiais de altas patentes dos serviços de abastecimento.

Os próprios militares identificam o agravar da situação com o mau financiamento das forças armadas, as quais se encontram com vários meses de salários em atraso, com atrasos no fornecimento de abastecimentos e a degradação generalizada das condições sociais dos membros do exército russo. Uma situação que afecta desde recrutas a generais. Assim, só no primeiro trimestre de 1997, o défice no financiamento das forças armadas russas pelo Estado ultrapassou os 8.1 triliões de rublos (cerca de 1500 milhões de dólares).

Por isso, o oficial que falava das meias e dos aviões acrescentava: “Tudo isto resulta da precariedade que se vive. Não há salários e as pessoas não têm com que viver.”

Além de chegar pouco dinheiro ao exército, o pouco que chega é bastante cobinado e os casos de delapidação do erário militar multiplicam-se. O responsável do serviço de obras e construções do Ministério da Defesa estabele-

ceu contratos fictícios de cerca de 10 mil milhões de rublos com empresas que, posteriormente, transferiram o dinheiro para o



«No exército russo rouba-se de tudo - desde meias até aviões» - afirma a Procuradoria Militar

estrangeiro. Outro responsável do mesmo Ministério transferiu 370 mil milhões de rublos destinados à compra de géneros alimentares para empresas que converteram o dinheiro e o transferiram para o estrangeiro através do estabelecimento de contratos fictícios para a compra de produtos. Esta última operação resultou num prejuízo

de aproximadamente 67 mil milhões de rublos para o exército.

Outros houve que recorreram a métodos mais simples: um tenente que trabalhava numa secção militar do Banco Central da Rússia dirigiu-se ao cofre, abriu-o e foi-se embora com 5.2 mil milhões de rublos, o que são cerca de um milhão de dólares e 45 quilos de peso. Até hoje não voltou a dar notícias.

Tudo em família

Igualmente preocupantes são os casos de militares que estabele-

ço. Na frota do Oceano Pacífico, um oficial superior criou, com a sua mulher, quatro empresas fictícias para as quais era regularmente transferido dinheiro da guarnição militar.

Não menos significativo é o prejuízo provocado pelo facto de os comandantes das diferentes regiões militares negociarem directamente com empresas. Um comandante da Marinha de Guerra vendeu um navio de transporte a uma empresa estrangeira por 21.8 milhões de dólares, cujo valor, segundo especialistas, ronda os 70 milhões.

Que fazer?

É por estas e por outras que o descontentamento nas forças armadas cresce na medida inversa do moral e da preparação militar. São aos milhares os oficiais que participam em movimentos políticos de oposição a Ieltsin, nomeadamente no Partido Comunista da Federação Russa, além dos que já constituíram as suas próprias organizações. No entanto, o terreno está também propício para o florescer e desenvolver de extremismos e tendências reaccionárias, como o demonstra o apoio dado pelos militares a Jirinovski nas últimas eleições presidenciais.

Entretanto, enquanto o governo russo decide seguir as suas opções políticas e económicas catastróficas e não se vislumbra qualquer solução para a reposição da situação dos militares, a Procuradoria Militar avança com medidas que permitam reduzir a criminalidade nas fileiras das forças armadas. Da referida reunião resultou um conjunto de propostas no sentido de elaborar um programa de conservação e protecção do património do exército,

criar serviços independentes de controlo e obrigar os oficiais a apresentarem declarações anuais sobre o seu património. Além disso, a condução de todas as operações financeiras deverá ser feita através do Banco Central, para evitar mais “evaporações” financeiras.

Um grito de alerta das chefias militares dirigido ao governo? Ou uma manobra no sentido de tornar mais justificável a já anunciada profissionalização das forças armadas? Independentemente da validade de qualquer uma destas hipóteses, a verdade é que a divulgação destes dados vem reforçar a ideia de que o exército russo já ultrapassou há muito tempo qualquer situação que possa ser considerada como sustentável e se afunda numa situação de “salve-se quem puder”, onde predomina a desordem e uma grande desorientação. Como, aliás, em toda a sociedade russa.

Já para não falar das implicações de ser a estes homens que está confiada a guarda e manutenção de um dos maiores arsenais nucleares do planeta.

A pilhagem em números

Em 1993 foram registados 5500 roubos. No ano passado o número ultrapassou os seis mil. Os casos de suborno aumentaram de 50, em 1993, para 91 em 1996.

Durante o ano de 96, a Procuradoria Militar instaurou processos a mais de 100 coronéis e a mais de 20 generais e almirantes. O prejuízo provocado nos últimos dois anos às forças armadas ultrapassou os 656 mil milhões de rublos (cerca de 117 milhões de dólares). No ano passado foram roubados bens materiais no valor de 18 biliões de rublos, além de 10 biliões em abastecimentos e 6 em dinheiro.

Em 1996, os órgãos da procuradoria militar concluíram 3310 casos de crime contra a propriedade.

francês Francis Wurtz acrescentou que «é necessário suspender o acordo intermédio Europa-Israel enquanto Israel continuar com a sua política de colonização».

Rebeldes zairenses prosseguem conquistas

As forças da aliança rebelde liderada por Laurent-Désiré Kabila, continua a avançar no leste do Zaire. A cidade de Lubumbashi, na província do Shaba, foi tomada na semana passada, constituindo uma importante vitória para os rebeldes. Foi, de facto, a primeira vez que os soldados do governo e os homens comandados por Kabila se enfrentaram no terreno. Mesmo assim, testemunhas garantem que as habituais fugas de soldados de Mobutu também se deram aqui. As grandes empresas multinacionais já negociam directamente com os rebeldes a venda de diamantes, produto existente em grande quantidade nesta zona.

No mesmo dia, o recém-nomeado primeiro-ministro Etienne Tshisekedi foi destituído pelas autoridades de Kinshasa e substituído pelo general Likulia Bolongo. Mobutu Sesse Seko está cada vez mais fragilizado, não apenas devido às vitórias rebeldes mas também na sequência das pressões internacionais. Depois da Bélgica e da França, os Estados Unidos retiraram todo o seu apoio ao presidente e exortaram-no a exilar-se.

Eleições na Croácia

As eleições municipais e regionais croatas, realizadas no domingo, desenrolaram-se num clima de confusão na Eslavónia oriental, a última região em poder dos sérvios. Cerca de 70 secções de voto abriram duas horas e meia mais tarde, devido a listas eleitorais incompletas e atraso nas entregas dos boletins de voto e do material eleitoral. Os líderes políticos sérvios falam de sabotagem.

O escrutínio, supervisionado pelas Nações Unidas e pela OSCE, foi prolongado para segunda-feira por decisão de Jacques Klein, o chefe da administração transitória da ONU da Eslavónia. Os croatas elegeram uma centena de conselhos municipais, assembleias regionais e representantes da Câmara Alta do parlamento, sem que se tenha registado quaisquer problemas no resto do país. O partido do presidente Tudjman, o HDZ, foi já apontado como o vencedor das eleições.

Irão protesta contra acusações alemãs

A União Europeia decidiu suspender o seu «diálogo crítico» com o Irão, na sequência de um julgamento em Berlim implicando o Estado iraniano na morte de opositores curdos em 1992 na Alemanha.

Aos gritos de «morte à Alemanha sionista» e «morte à Alemanha fascista», milhares de manifestantes iranianos protestaram em Teerão, no final da semana passada, contra o veredicto do Tribunal alemão que implicou o Estado iraniano nos assassinios de quatro opositores curdos iranianos em Berlim, em 1992.

Os protestos começaram depois das orações muçulmanas de sexta-feira em Teerão, durante as quais o Presidente iraniano, Hashemi Rafsandjani, condenou o veredicto, qualificando-o de «acto vergonhoso... uma desgraça para a Europa e especialmente para a Alemanha».

Os manifestantes, convocados pelo Ansar-Hezbollah, uma organização fundamentalista iraniana, apela-

ram ao Governo para cessar relações com Bona enquanto o Governo alemão não apresentar desculpas depois das acusações lançadas contra o Irão. Os fundamentalistas ameaçam ainda levar a cabo «ataques suicidas» contra a embaixada alemã.

«Se a conspiração alemã continuar, atamos bombas aos nossos corpos e lançamo-nos contra a embaixada», afirmou um porta-voz do Ansar-Hezbollah.

Uma ameaça que poderá ser uma arma de dois bicos, já que a Alemanha é o maior parceiro comercial ocidental do Irão, com as trocas comerciais que ultrapassaram os 3 mil milhões de marcos (1,8 mil milhões de dólares) o ano passado.

Entretanto, o Irão acolheu com aparente desdém a decisão da União Europeia de suspender o seu diálogo crítico com Teerão, afirmando que não tem necessidade de continuar a falar com um parceiro «egocêntrico».

Segundo informações da Lusa, o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros iraniano, Mahmoud Mohammadi, declarou que o Irão tinha «participado sinceramente no diálogo com os europeus a fim de alcançar uma compreensão mútua, mas infelizmente certos países da União procuram sempre provocações».

«Não deixaremos que esse diálogo se torne numa arma contra nós», garantiu o porta-voz, citado pela agência oficial IRNA, acrescentando que a União Europeia é «incapaz de dar mostras de boa vontade face à República Islâmica».

Recorda-se que o chamado «diálogo crítico» foi estabelecido em 1992 para protestar contra o facto de o Irão persistir na “fatwa” (decreto religioso) do ayatollah Khomeiny condenando à morte o escritor britânico Salman Rushdie, considerado pelo Irão como um blasfemo.

Esta política congela em princípio as visitas políticas de alto nível dos Quinze a Teerão, mas não contém dispositivos de carácter económico contra o Irão.

O regime de Teerão rejeitou as acusações de que foi alvo por parte da Alemanha.

Eleições Autárquicas

Conferência Nacional do PCP
O Poder Local e as Eleições Autárquicas

12 de Abril 1997
Cine-Teatro S. João - Palmela



CDU é obra!

«**A** melhoria das condições de vida materiais e culturais da população, a dinamização e o reforço da vida colectiva e da democracia participativa e o desenvolvimento integrado nas suas componentes económica, social, cultural e ambiental.» Eis em síntese as áreas de intervenção e as linhas de trabalho que vão continuar a orientar os eleitos da CDU nas autarquias locais, segundo afirma a declaração aprovada (ver páginas seguintes) pela Conferência Nacional do PCP sobre as Eleições Autárquicas, que teve lugar no passado sábado, 12, em Palmela.

Mais de 730 participantes registados e numerosos convidados não contabilizados assistiram aos trabalhos da Conferência que decorreu no agradável Cine Teatro S. João, instalações que, recuperadas pela Câmara, constituem «um exemplo de que a CDU é obra», como realçou Luís Sá, membro da Comissão Política, que fez a primeira intervenção do dia (ver extractos).

Para além da declaração, a conferência aprovou por unanimidade uma Resolução (cujo texto, devido à sua extensão, será publicado na próxima edição do «Avante!»).

Até ao encerramento, que ficou marcado pelo discurso de Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, foram feitas mais de três dezenas de intervenções abordando os mais diversos temas relacionados com o poder local, o trabalho e o projecto da CDU e as próximas eleições autárquicas.

A importância da Campanha Nacional de Fundos foi igualmente destacada por Manuel Pedro que a considerou como «parte integrante do trabalho político de massas do Partido na campanha eleitoral».

Obra que se vê

Reconhecida mesmo pelos adversários, a riquíssima experiência da cidade de Évora foi trazida por Abílio Fernandes, actual presidente e candidato à Câmara. O edil ebo-rense recordou que nas primeiras eleições autárquicas a prioridade foi dada à satisfação das necessidades básicas da população. Tratava-se das infra-estruturas, da água, esgotos e electricidade, dos arruamentos etc. Passou-se depois para a recuperação do centro histórico e em breve, em 1986, Évora era património da humanidade. Abílio Fernandes, que centrou a sua intervenção sobre os problemas da cultura e património, deixou claro que «é importante preservar, mas é imperioso promover a cultura, activamente, com os criadores, os mediadores e os fruidores». (...) «Só existe verdadeira política de esquerda se houver política cultural consequente».

Da cultura para o ambiente, Octávio Almeida, membro da DORS, referiu vários números que colocam as autarquias CDU acima da média nacional e citou uma revista especializada que elege a Coligação como «a força política que mais defende o ambiente», com base num estudo onde entram parâmetros de saneamento básico, de planeamento, mas também de desenvolvimento e recuperação urbana.

Na conferência foram ainda relatadas as experiências de autarquias CDU em regiões com pouca influência eleitoral,

nomeadamente, a Freguesia de Provezende, no distrito de Vila Real, e de Paul, no distrito de Castelo Branco. Em ambos os casos, o bom trabalho dos eleitos CDU conquistou aos poucos a confiança das populações. «No Paul demorou 20 anos» até se conseguir a maioria absoluta, lembrou Vítor Silva, presidente da Junta. António Fernandes recordou que em Provezende, a vitória surgiu em 1985, e desde então a obra realizada, para a qual muito contribuiu a AECOD, tem garantido sucessivos êxitos eleitorais.

Mas não é só em maioria que os eleitos da Coligação conseguem defender os interesses da população. Segundo disse Ilca Figueiredo, vereadora na CM do Porto, «a participação da CDU na gestão municipal, mesmo em minoria e sem pelouros atribuídos, tem permitido clarificar junto de cada vez mais vastos sectores da opinião pública que ao executivo municipal se exigem critérios cuidadosos, um forma de vida dialogante, uma gestão pluralista, decisões realistas (...) mais justas e humanas».

Um novo rumo para o país

O indiscutível valor da obra da CDU não é contudo favorecido pelo actual estatuto e direitos do poder local, como alertou António José Ganhão, presidente da CM de Benavente. Exigindo uma nova lei de Finanças Locais, sustentou que as autarquias administram melhor os dinheiros públicos que a administração central: «apenas com 7% da despesa pública o Poder Local garante 18% do emprego público e realiza quase 25% do investimento público». O autarca afirmou entre outros aspectos que na década de 80 e na primeira metade da década de noventa se assistiu a um «inaceitável retrocesso» na autonomia do poder local provocado pelo agravamento da «dependência financeira e administrativa em relação ao poder central».

A ineficácia do Poder Central transforma-se muitas vezes em obstáculo político. João Saraiva, membro da Comissão Nacional de Autarquias do PCP, citou apenas dois exemplos: «a recusa de apoio pelo governo PSD à instalação em Évora de uma fábrica de autogiros e, pelo governo PS, em Mora, de uma fábrica de transformação de chicória».

Responsabilizando as políticas de direita pelo agravamento de problemas de âmbito nacional, Jorge Cordeiro, membro do Comité Central, salientou que «não há solução para o aumento da pobreza, a marginalização social de camadas cada vez mais numerosas da população, a toxicodependência e os factores de insegurança que lhe estão associados, sem uma nova política que promova o emprego, a justa distribuição da riqueza criada e se assuma uma efectiva dimensão social».

Mais adiante, Vítor Dias, membro da Comissão Política, frisou que a preparação das eleições autárquicas deve decorrer de forma a que «o PCP e a CDU (...) possam agregar eleitoralmente em torno de si um crescente movimento de insatisfação com a política do Governo do PS e de exigência, pela esquerda, de outro rumo para o País». Assim, explicou, deve-se lembrar «qual tem sido a política concreta desse Governo e quais são as suas responsabilidades em tantas e tantas ofensas aos interesses populares e na imensa frustração da aspiração nacional a uma real mudança de política».

Uma batalha de todo o Partido

Intervenção de Carlos Carvalhas

Um Poder Local ao serviço das populações

Queria saudar todos os presentes e os nossos parceiros da Coligação. Queria saudar todos os eleitos e todos os trabalhadores da Administração Local e a luta que estão a travar à qual desejamos êxito, e ainda todos aqueles que dão vida e corpo ao nosso projecto para o Poder Local.

E saudando todos os eleitos queríamos também deixar uma palavra de apreço aqueles que agora deixam esta frente de trabalho. Entre nós não há reformas antecipadas. O Povo português vai poder continuar a contar com as suas capacidades, os seus talentos e as suas valiosíssimas experiências.

A Conferência revelou a forma distinta com que o PCP encara o Poder Local e as próximas eleições autárquicas.

Não como um momento de corrida e disputa de lugares de candidaturas, mas como um momento de reflexão alargada sobre o Poder Local, os problemas que enfrenta e as soluções e medidas necessárias à sua dignificação.

Não como um espaço de política espectáculo ou de ampliação mediática de meia dúzia de promessas destinadas a iludir a vontade eleitoral dos portugueses, mas como um espaço de debate, aprofundamento e apresentação rigorosa das principais linhas de intervenção a prosseguir pelos eleitos da CDU, no mandato que se anuncia.

Não como um momento para estabelecer internamente pressões e influenciar decisões que abram portas e acesso ao exercício de cargos para benefício e proveito próprio mas como um momento de reflexão colectiva sobre os principais problemas das populações, de síntese das experiências de trabalho realizado e de afirmação de empenho e desapego a benefícios pessoais como o atestado que cerca de 375 mil contos entregues em 1996 por eleitos do PCP nos vários órgãos de poder.

Naturalmente que não fugimos ao debate e aprofundamento das medidas e acções de natureza mais especificamente eleitorais.

Mas também a este nível concebemos a nossa intervenção, não na perspectiva redutora e inaceitável da caça ao voto, mas com a preocupação presente de no seu âmbito dar espaço à mais alargada participação popular na definição dos programas eleitorais a apresentar, de cumprir o elementar dever democrático de prestar contas do trabalho realizado, de ouvir as críticas e as sugestões, de envolver e aproximar milhares e milhares de cidadãos sem partido ao trabalho em defesa e promoção do progresso e desenvolvimentos locais.

Apresentamo-nos em vésperas de um novo mandato com a consciência do trabalho realizado e do cumprimento dos compromissos assumidos. É sempre possível e desejável fazer mais e melhor. É justo e legítimo aspirar a isso sobretudo quando do nosso trabalho decorrem realizações e obras em benefício das populações. É este inconfornismo que aperfeiçoa a nossa intervenção, que rompe com rotinas e abre novos caminhos na resolução dos problemas.

Não somos dos que pensamos que acertamos sempre e que não cometemos erros. Mas somos daqueles que tudo fazem para os corrigir, que norteiam a sua intervenção com o objectivo de dar resposta a esta questão central: como tornar melhor a vida aos cidadãos, como tornar melhor a vida às populações, como fazer para estimular a sua participação.

Nós somos dos que queremos dar asas ao sonho, dar-lhe espaço e concretização dos que querem continuar a empenhar os seus esforços e energias na transformação da sociedade.

Os trabalhos da Conferência evidenciaram a extensão e inovação da obra realizada pela CDU nas autarquias que não teme comparações.

Do ambiente ao planeamento, da construção de equipamentos à promoção cultural.

Realidade esta não raras vezes confirmada e reconhecida para além das fronteiras políticas da CDU.

É justo sublinhar o já referido nesta Conferência acerca dos resultados publicados no início deste ano por uma revista da área do ambiente em que se evidenciava o desempenho superior das autarquias da CDU. Cito, a título de exemplo, duas das conclusões aí contidas: mais de 50% das 23 autarquias classificadas com actividade muito boa ou excelente são dirigidas por comunistas; a CDU incluiu no conjunto das autarquias consideradas com actividade positiva neste domínio uma percentagem duas vezes superior às das autarquias do PS e PSD.

Já em finais de 1995, uma outra revista de defesa do consumidor concluiu, na base de um inquérito realizado à escala nacional, que ao nível da higiene urbana e recolha de lixo, 3 das 4 autarquias melhor classificadas são de presidência CDU e que também aqui a percentagem das autarquias com melhor desempenho era, na CDU, duas vezes superior às do PS e três vezes superior às do PSD.

No domínio do planeamento, é esclarecedor que mais de 95% dos municípios geridos pela CDU tenham os seus PDM's ratificados ou em ratificação e concluídos em prazos em geral mais antecipados, residindo em razões de indefinição imputadas ao governo a não consideração plena da conclusão deste processo na totalidade dos municípios da CDU.



Na gestão do litoral, até um insuspeito matutino que tem feito eco de campanhas de crítica infundada à gestão da CDU, confirmou recentemente num levantamento e estudo efectuado ao litoral português que só o litoral alentejano, gerido pela CDU, se encontrava a coberto do caos em que esta faixa do País se encontra.

De facto, camaradas, mesmo quando alguns dizem agora que o Poder Local já está noutra etapa, que a fase do saneamento básico e das estruturas já passou, que agora se trata de dar mais atenção ao desenvolvimento, ao emprego, ao combate à toxicodependência, etc., não podemos deixar de esboçar um sorriso.

Na verdade nós já estamos noutra fase. Já há muito resolvemos nas autarquias que governamos muito do essencial das questões do saneamento básico e das infra-estruturas, apesar da dispersão territorial. Orgulhamo-nos de ter taxas de cobertura de 95%, 98% e 100%.

Mas já o mesmo não podem dizer o PS ou o PSD. Basta lembrar para sua vergonha entre outros casos, que no concelho de Coimbra a rede de saneamento básico não atinge mais de 60% da população do município e subsiste ainda uma ausência quase total do tratamento de resíduos sólidos e águas residuais; que no Porto a rede de esgotos serve cerca de 60% da população, que não existe tratamento de efluentes líquidos nem de resíduos sólidos; que em Gondomar só cerca de 40% da população dispõe de rede de saneamento básico e que na área do Vale do Sousa, que envolve grandes municípios como por exemplo, Penafiel, Lousada, Paredes, Paços de Ferreira, os índices a este respeito são verdadeiramente «terceiro-mundistas»: só cerca de 35% da população é servida pelo abastecimento de água e 4% pela rede de saneamento básico.

Nós de facto já estamos noutra fase há muito tempo. Mas não podemos resolver problemas que o Governo não só os não resolve como os agrava com a sua política de concentração de riqueza assente nos dogmas do neoliberalismo e no fundamentalismo dos critéri-



os de Maastricht: desertificação e envelhecimento do interior do país; destruição do nosso aparelho produtivo trazendo com ele o aumento do desemprego e da insegurança; a falta de saídas profissionais para a juventude que cria o caldo de cultura para a toxicodependência e a marginalidade, etc., etc. E isto apesar do enorme esforço que fazemos ultrapassando de longe as atribuições e competências do Poder Local.

O PSD com a política cavaquista e o PS que a prossegue com outras caras não podem sacudir a «água do capote» das suas pesadas responsabilidades quanto às assimetrias regionais e os flagelos sociais com que o País se debate.

Não há disfarces, nem passes de mágica que apaguem a sua política ao serviço dos grandes senhores do dinheiro.

Camaradas,

Trabalhamos e lutamos nas mais variadas frentes pela valorização e dignificação do Poder Local.

Dotar as autarquias dos meios e instrumentos necessários à prossecução dos seus objectivos é uma condição e um factor indispensável a uma acção mais eficaz em benefício dos interesses da população e do desenvolvimento local.

O facto conhecido de as autarquias contribuírem actualmente com mais de 25% do total do investimento público quando não dispõem mais do que 7% do total dos recursos públicos, diz bem da vantagem para o País e para os portugueses de uma alteração profunda na partilha dos recursos públicos do Estado entre a Administração Central e a Administração Local.

Este é o desafio essencial que se encontra colocado a quem pretender romper com a visão centralista que tem dominado e prevalecido na vida política nacional e que não pode ser iludido com anúncios relativamente vagos de novas promessas de aumentos das receitas das autarquias que mais não visam do que fugir a encargar de frente e decididamente a questão central: a justa repartição de receitas do Estado entre os vários níveis de administração.

Desafiamos o governo e o PS a uma gestão criteriosa e objectiva da atribuição do Rendimento Mínimo Garantido, à não utilização persistente dos mecanismos de fiscalização inspectiva centrada em algumas autarquias da CDU (algumas das quais com 3 inspecções em menos de 1 ano como sucede na Amadora), ao abandono do uso do livro de cheques dos governos civis com cartilha de intervenção eleitoral, à separação definitiva das funções partidárias e de Estado que alguns dirigentes locais do PS deliberadamente confundem.

Camaradas,

Como muita gente já terá percebido, estamos agora a viver um novo período de activo confusãoismo, de profundas mistificações de ilimitada demagogia em torno da regionalização, na base de mais uma encaenação de supostos conflitos, divergências, ultimos e desafios entre o PS e o PSD.

Trata-se fundamentalmente de uma verdadeira comédia de enganos, não porque o PS ande a ver se engana o PSD ou o PSD ande a ver se engana o PS mas porque ambos andam a ver se conseguem enganar a opinião democrática.

Percebe-se bem que estas e outras encaenações de falso conflito estavam a fazer imensa falta tanto ao PS como o PSD e fazem imenso jeito aos dois.

Ambos têm estado a ser gravemente atingidos pela crescente consciência social e popular de que estão solidamente identificados em torno dos eixos essenciais da mesma política. Ambos acabam de viver um período em que os portugueses fixaram bem as

imagens e as palavras dos seus acordos e cumplicidades em torno da moeda única e da revisão constitucional. E porque há eleições autárquicas no fim do ano, ambos precisam daqui para a frente de não desperdiçar nenhuma oportunidade ou pretexto para, na base da gritaria e do espalhafato, se apresentarem como grandes adversários.

Em uma confissão indirecta de que sabe que o incumprimento das suas promessas positivas é largamente sentido pelos portugueses, o PS resolveu agora agarrar-se com unhas e dentes à renovação da promessa de imprevisível concretização da regionalização até ao fim da legislatura e anunciou que pretende fazer desta sua intenção a sua principal «bandeira de esquerda».

A este respeito, só queremos fazer três comentários essenciais: - o primeiro é para dizer que o PS deve julgar que todos os portugueses foram atingidos por uma súbita e total amnésia; mas enganase porque ainda são muitos os portugueses que se lembram do tempo em que o PS prometia, com idêntico vigor e certeza, que já em Dezembro deste ano se realizariam eleições para as regiões administrativas, e do tempo em que o PS, já depois de ter entrado na convergência com o PSD, prometia que os referendos estariam feitos na Primavera deste ano de 1997;

- o segundo comentário é para dizer que não arriscará muito quem apostar que, passadas as eleições autárquicas, logo o fervor da regionalização vai abrandar no PS e logo esta sua «bandeira de esquerda» ou vai recolher às gavetas do costume ou vai passar a ondular muito tímida e envergonhadamente;

- o terceiro comentário é para sublinhar que em toda esta história há elementos mais que suficientes para suspeitar que no pensamento reservado dos círculos mais restritos da direcção do PS a concretização da regionalização já foi remetida para as «calendas gregas» da preferência de Cavaco Silva ou para o dia de «S. Nunca à tarde», e que tudo aquilo que andam a dizer e a congeminar é unicamente para, mais à frente, poderem dizer que a culpa foi do PSD que não teve uma posição responsável ou que não respeitou os seus compromissos com o PS!

Consideramos, por isso, oportuno chamar a atenção para quatro ideias essenciais que marcam de forma incontornável a atitude actual do PCP em matéria de regionalização:

Primeira ideia: o PCP é de há muito o mais consequente defensor da criação das regiões administrativas do Continente;

Segunda ideia: o PS deve ficar desde já claramente avisado que essa coisa da regionalização é o «bandeira de esquerda» para o branqueamento da política de direita do seu Governo não pegará com o PCP! Dito por outras palavras, mesmo na hipótese altamente improvável de o PS vir a abandonar a sua linha de cedências e compromissos com o PSD que comprometem a regionalização, isso não levaria o PCP em modificar em nada a sua negativa apreciação e a sua total demarcação da política geral do Governo nem atenuará a acusação fundamental, que hoje encontra uma acolhimento muito amplo, de que o PS prossegue, e nalguns casos até agrava, a política de direita antes executada pelo PSD;

Terceira ideia: o compromisso que o PCP tem para com o país em matéria de regionalização é o da sua concretização no quadro das normas constitucionais em vigor, e que por isso o PCP continua a defender que a aprovação final da Lei de Criação das Regiões deveria realizar-se antes de terminada ou aprovada a revisão constitucional. Esta nossa declaração deve ser entendida como significando claramente que o PCP não se sentirá vinculado, só por defesa da regionalização, a acompanhar o PS no caminho da complicação e da

Carlos Carvalhas

trapalhada, do duplo referendo, etc., que o PS acordou com o PSD em sede de revisão constitucional.

É que quando já estiver em vigor uma lei de revisão que determine que sem referendos a regionalização está proibida de avançar, tanto o PSD como o PP, ou seja os partidos que não querem a regionalização — já não precisam desses referendos para nada. Porque nessa altura, sem referendos, a regionalização não pode andar, o que corresponde precisamente ao seu objectivo maior.

Camaradas:

Porque muitos ainda não o perceberam, é necessário esclarecer que o entendimento formado entre o PS, o PSD e o PP para condicionar o avanço da regionalização à realização de um referendo, representa em si mesmo uma posição de hostilidade em relação à regionalização.

A regionalização passaria a ser o único assunto ou tema que não pode ter concretização ou ser objecto de decisão da Assembleia da República, sem haver previamente um referendo.

Um conhecido autarca do PS do Norte disse há meses que o erro do PS foi ceder ao PSD no referendo sobre a regionalização. O que é espantoso é que este e outros inflamados defensores no PS da regionalização, em vez de reclamarem a rectificação do erro, nos queiram convencer que é persistindo nele que a regionalização vai avançar segura e rapidamente.

Há três meses, o então porta-voz do PS e agora seu líder parlamentar declarava numa entrevista que o PS tinha cedido ao PSD na questão do referendo por razões de maior consenso sobre a regionalização, mas que até então o PSD não tinha dado ao PS nenhuma razão para confirmar a bondade dessa cedência! Agora, há duas semanas, mesmo sem a lei de revisão constitucional estar aprovada, Marques Mendes permitiu-se afirmar que a regionalização «há-de ver-se por um canudo...». Mas mesmo com estas declarações tão sinceras do seu aliado, o PS continua, pelos vistos, a achar que está no bom caminho.

Camaradas,

Nesta Conferência não podemos também deixar de sublinhar que o vergonhoso acordo entre o PS e o PSD para alterar o sistema eleitoral para as Câmaras Municipais, constituirá, a consumir-se, um factor de empobrecimento da vida democrática nas autarquias, o desvirtuamento da vontade expressa no voto e uma violação mais ou menos grosseira da regra da proporcionalidade.

A pretensão da estabilidade e operacionalidade o que se visa é sancionar a representatividade e a legitimidade democráticas.

Estabilidade que se tem afirmado e confirmado com o actual sistema se se atentar que em mais de 1800 executivos municipais constituídos desde as primeiras eleições apenas em menos de 1% (18) houve necessidade de recorrer a eleições intercalares, por razão do não funcionamento do órgão.

A alteração do sistema eleitoral das Câmaras constitui um elemento empobrecedor e limitativo da democraticidade do Poder Local.

A ser adoptado, significaria um desvirtuamento da vontade directa das populações e uma limitação à colegialidade e pluralismo no voto, prejudicial para a conjugação dos esforços entre eleitos de várias forças políticas interessadas na resolução dos problemas.

Esta intenção expressa a concepção antidemocrática e o pendor autoritário daqueles para quem o debate democrático e construtivo e a busca de consensos se revela um exercício excessivamente exigente.

É possível que, para os que no Poder Local pautam a sua actividade por uma cega oposição e pela intolerância para com os contributos e opiniões de outros, gerir sem maioria absoluta se revele insustentável. A solução não está porém na adaptação do sistema ao seu estilo, mas sim, na conversão da sua prática às características democráticas do sistema.

Camaradas,

Aqueles que «cozinharam» o Acordo da revisão constitucional, e que nas questões essenciais não se distinguem, procuram agora, como já afirmamos, através de malabarismos verbais aparecerem como grandes adversários.

Estão com receio da erosão social das suas bases de apoio e por isso procuram recorrer ao disfarce e à demagogia. Mas como as questões de divergência não abundam, um diz que o outro não tem propostas nem medidas, que vive da intriga e o outro acusa o primeiro de não governar. É um carnaval de desfaçatez. Então o PS não governa?

Então quando o PS concede em sede de Orçamento de Estado 190 milhões de contos de benefícios fiscais ao grande capital não está a governar?



Quando dá indemnizações de 60 milhões de contos aos agrários do Alentejo e quando concede um aval à UGT não está a governar e a governar alguém?

Quando não concede a baixa da idade da reforma das mulheres para os 62 anos, e quando rejeita o projecto de lei do PCP que alargava os prazos e as condições da interrupção voluntária da gravidez, não está a governar?

Quando inventa a «vigarice» que não concede aos trabalhadores as 40 horas semanais de horário máximo, o PS não só está a governar como a facilitar que uns poucos se governem e bem, à custa do povo português!

Quando faz o acordo da Lisnave com os Mellos, o PS não só está a governar como a permitir que estes senhores se governem?

Quando com o dinheiro de todos nós faz essa vergonhosa publicidade à sua política de privatizações, ou quando os governadores civis andam por aí a distribuir os «sacos azuis» com o dinheiro dos contribuintes, o PS não só está a governar como alguns se governam e muito bem com a sua política.

Por tudo isto, temos dito e queremos aqui reafirmar que apesar das discriminações, dos silenciamentos, das deturpações, dos golpes de baixa política e da utilização dos dinheiros e do aparelho do Estado para fins partidários, nós encaramos estas eleições com uma grande serenidade e uma grande confiança.

Confiança que se baseia no nosso projecto humanista, de participação dos cidadãos, virado para a realização e satisfação das necessidades e aspirações das populações.

Confiança pela obra e trabalho que realizamos tanto em maioria como em minoria, obra, intervenção e prática que nos permite reivindicar justamente dos atributos de trabalho, honestidade, competência, experiência e criatividade. Mas se nos podemos reivindicar de tais atributos é porque para além do projecto e do trabalho colectivo há homens e mulheres que lhe dão rosto com o seu desempenho e talento.

Confiança porque o prestígio da gestão da CDU nas autarquias é reconhecido e publicamente reconhecido por muitos e muitos cidadãos dos mais diversos quadrantes políticos.

Confiança porque trabalhamos para toda a população, porque damos uma atenção especial à juventude e às suas aspirações, porque temos uma política de grande exigência para com a terceira idade e porque procuramos garantir uma cada vez maior presença feminina nos órgãos autárquicos e esta é uma questão que deve estar presente com grande força na constituição das listas para que nas palavras e nos actos possamos promover a melhoria da qualidade de vida das mulheres, a resolução de muitos problemas concretos com que as mulheres se deparam ou sentem de forma particular, como para elevar o nível da sua participação na vida local, no plano social, cultural e desportivo.

Confiança porque a CDU é um grande espaço de democracia, porque nela intervêm e trabalham o Partido Ecologista "Os Verdes", a Intervenção Democrática e milhares de independentes que com a sua militância, criatividade e empenho dão uma dinâmica incomparável à nossa campanha.

Naturalmente que não teremos os meios materiais que têm outras forças, não teremos o financiamento de banqueiros, sejam eles da Opus Dei, laicos ou republicanos, mas temos o que outros não têm: a força das nossas convicções, um grande projecto para o Poder Local, obra realizada e a militância de milhares de activistas que por todo o lado darão cor e vida à nossa mensagem, que por todo o lado se empenharão **para que se cumpra com êxito a campanha nacional de fundos dos 200 mil contos.**

Com trabalho redobrado, a atenção cuidada tanto aos grandes como aos pequenos problemas, a preocupação com o belo e o bem-estar de todas as camadas da população, com o empenho e a unidade de todos, iremos travar esta batalha com determinação para reforçarmos as posições do PCP e da CDU ao serviço do povo e do País.

E se é certo que estas eleições são específicas em que o que conta verdadeiramente é o trabalho junto das populações, também não é menos certo que o quadro político geral não deixará de ter influência.

Para muitos e muitos trabalhadores, para muitos e muitos portugueses é cada vez mais clara a política do governo PS e a quem é que esta serve. O que também não deixará de ter influência no resultado das autarquias.

Por tudo isto não nos falta nem ânimo, nem energias, nem confiança para travarmos esta batalha pelos trabalhadores, pelas populações, pelo Poder Local, por Portugal.

Declaração da Conferência

1. A Conferência Nacional do PCP realiza-se num momento de particular importância para a preparação das eleições autárquicas. Importância que acresce numa altura em que, no âmbito da Revisão Constitucional, se perfilam opções de convergência do PS com o PSD e que poderão induzir eventuais alterações ao sistema eleitoral para as Câmaras, visando o empobrecimento democrático, o desvirtuamento da vontade expressa no voto e a liquidação da regra da proporcionalidade. Simultaneamente, assiste-se ao congelamento forçado do processo da regionalização administrativa decorrente dos acordos entre estes dois partidos.

A Conferência constituiu o testemunho da atenção e da importância que o PCP dedica ao Poder Local Democrático e consequentemente às eleições de Dezembro próximo.

Atenção que radica, em primeiro lugar, no papel que o Poder Local pode e deve desempenhar em termos de espaço de participação democrática e cívica, de elo de ligação do Poder às populações e de intervenção destas na luta pela construção de uma alternativa que assegure melhores condições de vida.

E também, por o Poder Local continuar a assumir-se como instrumento fundamental para a resolução dos problemas das populações, malgrado a persistente e continuada ofensiva centralizadora e esvaziadora dos meios indispensáveis à prossecução dos seus objectivos.

É neste quadro, que a confirmação e reforço das posições da CDU constituirá não apenas a garantia de uma gestão mais eficaz, como também um factor essencial de defesa e valorização do Poder Local, da sua autonomia, da salvaguarda do seu carácter democrático e representativo e de luta pela criação urgente das Regiões Administrativas.

2. O PCP e a CDU detêm importantes posições no Poder Local traduzidas na responsabilidade pela gestão de 49 municípios e do município de Lisboa em conjunto com o PS e outras forças, de 341 freguesias (25 das quais em Lisboa) e na presença em muitos outros municípios e freguesias dos vários distritos. É, ainda, força determinante na Área Metropolitana de Lisboa e nos seus órgãos de direcção e nos Conselhos da Região de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, onde detém a presidência. O PCP e a CDU assumem um papel e desempenham uma actividade de inquestionável importância para o progresso e o desenvolvimento dos concelhos e das regiões do País.

3. A Conferência Nacional do PCP sublinha de forma muito positiva o trabalho realizado pelos eleitos do PCP e da CDU no actual mandato. Trata-se de uma ampla e valiosa acção, balizada pelos programas eleitorais sufragados e pela permanente atenção à vontade e aspirações expressas pelas populações que, apesar dos progressivos condicionamentos decorrentes da política de direita dos Governos, primeiro PD e depois PS, confirma a justeza das orientações seguidas e justifica a reiterada confiança que as populações lhe vêm outorgando e que atestam a reconhecida capacidade de gestão da CDU nas autarquias locais.

Sem prejuízo de deficiências e de dificuldades que importa continuar a corrigir e a tentar superar, a Obra que a CDU tem vindo a construir constitui um indispensável contributo e ponto de referência essencial para o novo mandato.

De facto, o trabalho dos eleitos do PCP e da CDU traduziu-se num amplo e valioso resultado, designadamente, assegurando as necessárias acções de planeamento participado e integrado e de harmonioso ordenamento do território, apostando no desenvolvimento local e regional apesar dos constrangimentos que cada vez mais limitam o investimento produtivo, sobretudo no interior do País, caminhando decisivamente para a plena satisfação de cobertura das necessidades ao nível das redes de infra-estruturas básicas e de sistemas de tratamento de resíduos sólidos e águas residuais, desempenho que lhe outorga um claro lugar de vanguarda relativamente às outras forças políticas presentes no Poder Local e diversificando e reforçando a actividade sociocultural, bem como a de atendimento, informação e comunicação com os municípios.

Sempre exigentes com o seu próprio trabalho, assente numa linha de massas, os eleitos comunistas procurarão continuar a pautar a sua intervenção, mantendo e ampliando a linha e o estilo de trabalho democrático participado e ligado ao povo, que é garantia de eficácia da gestão, alavanca para a elevação da intervenção cívica das populações e contributo essencial à clarificação do quadro real em que se desenvolve a actividade autárquica.

4. Os trabalhos da Conferência confirmaram as áreas de intervenção e as linhas de trabalho principais para o próximo mandato, projectando como objectivos essenciais a continuação da melhoria das condições de vida materiais e culturais da população, a dinamização e o reforço da vida colectiva e da democracia participativa e o desenvolvimento integrado nas suas componentes, económica, social, cultural e ambiental.

A Conferência sublinhou, ainda, a importância que devem continuar a merecer o planeamento municipal e intermunicipal, o desenvolvimento económico local e regional, a planificação e gestão adequada dos equipamentos colectivos, a melhoria das condições ambientais da vida urbana e rural, a garantia da prestação com qualidade das funções que estão cometidas às autarquias, a promoção e democratização da actividade sociocultural, e a moder-

EM FOCO

Luís Sá
CDU é de confiança

Conferência Nacional do PCP
O Poder Local e as Eleições Autárquicas

17 de Abril 1997
Cine Teatro S. João - Palmeira



CDU é obra!

nização, personalização e humanização dos serviços e da sua relação com as populações.

Ainda, na esteira do trabalho realizado, continuará a ser preocupação permanente do PCP e dos seus eleitos a progressiva humanização da vida e do bem-estar nas cidades e áreas metropolitanas, o ordenamento do litoral com base no seu desenvolvimento sustentável e a luta pelo desenvolvimento do interior do País e pela correcção das assimetrias regionais.

5. A Conferência Nacional considera que as próximas eleições autárquicas constituem, uma exigente e importantíssima batalha eleitoral. As relevantes posições que o Partido e a CDU ocupam nas autarquias, o significado político dessa presença alargada e as possibilidades de luta e de trabalho que dela decorre são razões suficientes para prever o reforço da ofensiva dirigida àquelas posições. Ao mesmo tempo, a comprovada ausência de limites e de isenção já revelada pelo PS e também pelo PSD e pelo CDS/PP, é sinal de um estilo de intervenção que por certo se intensificará com o aproximar do acto eleitoral e que visará tentar impedir a confirmação das possibilidades e perspectivas eleitorais que o PCP e a CDU justificadamente detêm.

A Conferência considera que o trabalho e a actividade autárquica assumem um peso com real significado na construção dos resultados eleitorais de Dezembro 1997. Mas alerta que seria um erro ignorar o carácter determinante que a luta geral dos trabalhadores e do povo assumirá na clarificação da verdadeira natureza das opções do PS, na arrumação das forças políticas e na determinação da vontade e disposição eleitoral de largos estratos da população.

Neste sentido, a Conferência apela ao empenhamento de todo o Partido e à intensa intervenção das suas organizações e militantes por forma a assegurar não só uma concentração de esforços nas tarefas eleitorais, como a necessária articulação das principais tarefas e frentes de intervenção do Partido na vida nacional, com os objectivos definidos para as eleições autárquicas.

A Conferência manifesta a importância de que se encare a preparação das eleições como uma batalha do todo o Partido.

Assume, neste momento, particular importância o trabalho de apresentação de candidaturas, bem como uma forte dinamização da CDU e das suas estruturas locais, consagrando-a como um amplo espaço unitário de participação democrática, de demonstração de fidelidade aos seus compromissos através da prestação de contas e de abertura ao debate e auscultação pública na elaboração dos programas eleitorais.

Também o empenhamento de todo o Partido na Campanha Nacional de Fundos para a recolha extraordinária de 200 mil contos, a decorrer até ao final do ano, é condição indispensável para reunir os recursos necessários a uma activa e bem sucedida campanha eleitoral.

A Conferência sublinha, finalmente, a importância da campanha eleitoral privilegiar um intenso contacto directo com as populações, assente na dinâmica das iniciativas locais e num quadro de alargada participação.

6. O trabalho realizado pela CDU nas mais diversas situações em todo o território nacional, o património que representam as propostas, as soluções e o estilo de trabalho dos eleitos do PCP e da CDU, o progressivo descontentamento com a política do governo do PS e a positiva diferenciação do PCP e da CDU em relação ao PS que, em termos de política nacional e de projecto autárquico, se assume cada vez mais como uma alavanca da direita, permitem, legitimamente, aspirar a concretização, nos resultados das eleições autárquicas, dos objectivos globais definidos no XV Congresso, designadamente:

- a apresentação de candidaturas a todos os órgãos municipais e ao maior número possível de freguesias;
- a confirmação e reforço das posições do PCP e da CDU nos municípios e freguesias onde hoje são maioritários;
- a conquista da presidência em novos municípios e freguesias;
- a ampliação das posições que hoje detêm em situação de minoria e a obtenção de mandatos onde hoje não dispõem deles;

7. Ciente das exigências políticas da batalha eleitoral, o PCP parte confiante rumo às próximas eleições autárquicas.

O prestígio conquistado através da obra realizada, o respeito ganho pelos compromissos assumidos e cumpridos, a experiência, a dedicação, a honestidade e a competência dos seus eleitos fundamentam essa confiança.

Por todo o país, o apoio ao PCP e à CDU e o voto na CDU são não só a garantia de assegurar a presença nas autarquias de eleitos verdadeiramente empenhados no serviço das populações e não no seu próprio serviço, como também a forma de condenar a política de direita do governo PS e ainda de dar mais força à luta por uma alternativa democrática.

O forte empenhamento de todo o colectivo partidário do PCP, dos «Verdes», da Intervenção Democrática e de milhares de outros democratas, na campanha eleitoral constitui seguramente a garantia de que em Dezembro próximo uma grande votação na CDU possa confirmar e reforçar as suas posições e assumir-se como importante contributo para a necessária alternativa democrática na vida política do País.

(...) Já apresentámos 59 candidatos a presidentes de câmaras, em muitos casos acompanhados da candidatura do candidato à Assembleia Municipal, bem como a centenas de freguesias. Nos próximos dias apresentaremos mais dezenas de primeiros candidatos a órgãos municipais. O trabalho de formação das listas decorre em todo o País, indo começar em breve o anúncio de listas.

As freguesias estão já a merecer particular atenção, ou vão merecê-la em breve, porque sabemos todos que têm um valor em si e que podem condicionar fortemente os próprios resultados municipais. Em muitos casos, a formação das listas abre novas possibilidades ao trabalho partidário, não só na área autárquica mas também em todas as outras frentes.

Creio que se pode dizer que a escolha dos candidatos tem sido feita em geral no quadro de um profundo e aberto debate democrático, que conduziu muitas vezes a um consenso generalizado. Não se trata, na generalidade dos casos de uma escolha de estreitos directórios partidários, mas de escolhas descentralizadas e participadas. Temos que manter e aprofundar este estilo no resto do trabalho de formação das listas.

A abertura política, na base de rigorosos critérios de garantia de honestidade, trabalho e competência é para nós fundamental.

Somos a força política que mais mulheres elege, mas há uma grande insuficiência que temos que trabalhar para superar. É positivo que vá aumentar o número de mulheres que vamos eleger, mas temos que reforçar igualmente a sua participação noutros casos. A igualdade que



defendemos é também verdadeira quando se trata da questão da igualdade entre homens e mulheres.

Temos igualmente que garantir a contribuição de jovens, com os sonhos, a alegria e criatividade que têm para dar e ter em conta as classes e camadas que para nós são prioritárias.

Aos que vão agora deixar presidências de câmaras ou outros cargos executivos ocupados a tempo inteiro, às vezes ao fim de duas décadas ou de vários mandatos, temos que saudar, emocionados, e confiantes que nos darão muito a todos no futuro, tal como deram no passado. Ao nosso povo, ao poder local e ao partido. A dignidade com que exerceram os cargos, a imensa obra para que contribuírem, as orientações do Partido que tanto enriqueceram, aí ficam como razões para uma homenagem em da nossa parte. Eles não querem que lhes agradeçam o sacrifício das famílias, das vidas profissionais, as noites sem dormir, os tempos livres que não tiveram. Preferem continuar a mesma luta noutras tarefas. E tê-las-ão, e muito importantes no futuro. As populações e o nosso povo têm que continuar a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência.

Aos que vão entrar de novo, às vezes com a experiência de outros cargos no poder local ou provas dadas noutras frentes, lembremos que a obra do PCP e da CDU foi construída no trabalho colectivo, com a contribuição do talento e criatividade de cada um para o trabalho de todos os outros. É assim que apesar de todas as dificuldades, nos deveremos manter a trabalhar no futuro, tentando ir cada vez mais longe e responder cada vez melhor aos novos e velhos problemas.

As populações podemos garantir que apresentaremos candidatos com princípios, com provas dadas.

Uma coisa é certa: quanto mais forte e larga é a unidade que sabemos construir, maior é a nossa possibilidade de vencer. (...)

Abuso de poder

Uma questão que se coloca é garantir a legalidade das eleições e combater o abuso e instrumentalização do poder. Há procedimentos que não podem ser nunca aceites como normais, apesar de serem constantes.

Não podemos aceitar que as inspecções, inquéritos e sindicâncias tenham particular incidência em municípios de maioria CDU, e que alegadas conclusões sejam instrumentalizadas posteriormente.

Não podemos aceitar que os Governos Cívicos sejam confundidos e usados como máquinas partidárias de várias formas, apesar de estar prevista a sua extinção. Chegamos ao ponto de o Governador Civil de Setúbal anunciar os objectivos eleitorais para o Distrito no edifício do

Governo Civil. Ou ainda de haver uma colectividade, a Sociedade 1º de Maio de Santa Iria de Azóia, que viu marcada através de um militante do PS na Freguesia uma reunião para expor projectos e obter um subsídio que havia pedido. A instrumentalização de subsídios e das relações com as colectividades, rodeando de pompa e circunstância a sua distribuição, com critérios que não são claros, é, aliás, numa forma de eleitoralismo dos mais mercantes no momento.

Soma-se a isto a actuação de outros serviços periféricos como as CCR'S, ou de membros do Governo, com iguais propósitos eleitoralistas.

É preciso dizer: não temos uma situação em que as autarquias (ou as colectividades) recebem aquilo a que têm direito de acordo com os critérios objectivos e sem dependências. Há favores e desfavores, há compadrios, que nem por ser herdadas do cavaquismo deixam de responsabilizar o PS que manteve tais processos de actuação e se procura aproveitar deles.

Temos que acompanhar e denunciar, no concreto, como intoleráveis e antidemocráticos, todos os actos de manipulação e instrumentalização o poder político.

Uma outra questão que se coloca é a da luta pela legalidade e fiscalização do acto eleitoral. Quer na Campanha, quer no dia das eleições e no voto, o problema põe-se com cada vez maior acuidade.

Teremos que fazer um esforço muito grande para estar presentes e activos no combate à instrumentalização do poder em milhares de

Assembleias e Secções de Voto, através de quadros e activistas bem preparados para combater as fraudes e irregularidades que se verificam. Muitos são já experientes, mas há também muitos outros, designadamente jovens, que têm que ser agora formados para esta importante tarefa. (...)

Os princípios do Partido e da CDU

Em todo o nosso trabalho, teremos que aprofundar a realização dos nossos princípios fundamentais.

Uma concepção profundamente democrática do poder e da

vida implica recusar o poder como um privilégio e tomá-lo como um serviço à comunidade. Um eleito da CDU sabe que não é mais do que os outros, é parte do povo, está perto dele e tem orgulho em pertencer-lhe. Estimula o debate, ouve, aprende com os outros, favorece a participação e intervenção popular.

Quem nos escolhe sabe que nos orientamos pela isenção, a igualdade, a imparcialidade e a recusa do compadrio. Só privilegiamos os que têm menos e mais estão carecidos de apoio e de auxílio.

A recusa de quaisquer proveitos ou benefícios pessoais é, para nós, fundamental. A PLAECOD e o princípio de não ser beneficiado nem financeiramente prejudicado transformou-se num símbolo. É com emoção que vemos obras, máquinas e outros benefícios em freguesias discriminadas do Norte e Beiras e em colectividades com dinheiro que foi de remunerações de eleitos de que estes prescindiram. (...)

Programa e a campanha

Um dos principais objectivos do PCP nas autarquias é estimular a democracia participativa. É algo que teremos presente na campanha e, em particular, na elaboração dos programas eleitorais. Estar em contacto directo com as populações é um objectivo fundamental.

Escolhidos candidatos, vai-se colocar imediatamente a questão dos programas. Temos que procurar seguir o critério de os elaborar em debates muito abertos, ouvindo todas as estruturas representativas que queiram colaborar e promovendo mesmo as mais diversas iniciativas para o efeito o que já está programado em municípios como Loures e Vila Franca de Xira e que temos que procurar generalizar onde for possível.

Outras intervenções se vão referir à campanha. Apenas direi que a seriedade onde outros preferem a mentira, a calúnia e o efeito fácil tem que continuar a ser a nossa marca de distinção. Teremos menos meios financeiros e de outro tipo, mas temos, por nós, ideais, projectos, convicções, obra à vista, provas dadas em muitos e muitos casos.

Entretanto, a prestação de contas dos mandatos, em maioria ou minoria, não é só um dever democrático. É também uma importante credencial para dizermos, como sempre, que a CDU é de confiança, que a CDU é honestidade, trabalho, competência.

Todo o nosso trabalho eleitoral vai decorrer ao mesmo tempo que grandes lutas dos trabalhadores, da juventude, dos reformados. Vai decorrer ao mesmo tempo que muitas outras lutas políticas. Tão errado seria subestimar a importância da coexistência da luta nas várias frentes, como não ter em conta a especificidade das eleições autárquicas, a grande amplitude dos apoios que é preciso obter, em muitos casos, para ganhar ou para obter boas posições. (...)

Aumento de desemprego reclama políticas diferentes

Para divulgação das conclusões, que a seguir transcrevemos, sobre a análise feita à situação política e social do país, a Comissão Política do PCP promoveu na passada segunda-feira a realização de uma conferência de imprensa com a participação de Jerónimo de Sousa. Interrogado sobre se o PCP entendia que o Governo do PS nada havia feito para resolver o problema do desemprego, este membro da Comissão Política respondeu que não se tratam «pneumonias com aspirinas». O Governo PS tem tomado medidas avulsas mas a desastrosa política económica que tem seguido não leva de modo algum a resolver esse grave problema, esclareceu.

1. A Comissão Política do PCP chama a atenção para o agravamento da situação social e laboral que tem conduzido ao desenvolvimento da luta por parte dos trabalhadores e das suas organizações que, nas suas diversificadas acções e iniciativas, cada vez mais responsabilizam o Governo PS, pelas promessas não cumpridas e pela sua crescente identificação com os interesses e privilégios do grande capital.

A Comissão Política do PCP considera oportuno lembrar à opinião pública que fez há pouco um ano que o Governo, com grande pompa e circunstância, anunciou o primeiro pacote de medidas urgentes com o horizonte de um ano contra o desemprego, em benefício de 80 mil pessoas. É tempo de o Governo vir agora explicar aos portugueses qual o resultado concreto dos diversos programas e linhas de acção que esse pacote integrava.

Usando as expressões de alguns títulos de imprensa, este era o «pacotinho» que antecederia o «pacotão» do emprego a determinar em sede de Concertação Social. Enquanto o desemprego continua a aumentar e os vínculos precários a crescer, o Governo PS, num acto de fuga para a frente, inscreveu no Acordo de Concertação Estratégica, mais uma vez no papel e com o aval, sob reservas, das Confederações Patronais e a assinatura de cruz da UGT, a criação de 100 a 120 mil novos empregos até final de 1999.

Mas a Comissão Política do PCP chama a atenção para o facto de no seu périplo pelo Porto, Coimbra, Lisboa e Faro, a tríade Governo - Confederações Patronais - UGT, denominada Comissão de Acompanhamento do Acordo Estratégico, ter sido incapaz, em cada uma destas regiões, de garantir como, onde e quantos postos de trabalho aí seriam criados.

Estas promessas, programas e acordos visam tão-só iludir a realidade e escamotear, que não pode haver mais emprego e progresso social com políticas económicas submetidas aos ditames de Maasricht.

Com efeito, é indiscutível que não haverá mais emprego com a destruição do aparelho produtivo nacional, com as privatizações, com a falta de uma estratégia de dinamização dos sectores do comércio e serviços, com o privilégio dos sectores financeiros e especulativos, em detrimento do produtivo, das políticas que directa ou indirectamente promovem a desertificação e o abandono das regiões do interior, com o afastamento compulsivo dos trabalhadores mais idosos geralmente determinado para explorar e precarizar o trabalho dos mais jovens.

O PCP chama a atenção para os dados do INE sobre o emprego em 1996, o que revelam é uma redução do emprego (30.000) na indústria e na construção, estatisticamente compensado com um estranhíssimo aumento de 40.000 na agricultura, que manifestamente não pode ser considerado real criação de emprego, mas apenas sinal de que milhares de desempregados que não lhes restando outra possibilidade, se vêem obrigadas a voltar-se para uma agricultura de sobrevivência.

O mais de meio milhão de desempregados reais e os cerca de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras com vínculos precários reclamam medidas e outra política diferentes daquelas que o Governo PS prossegue.

A Comissão Política do PCP regista a elevação progressiva da luta dos trabalhadores nos diversos sectores de actividade, sublinhando a luta notável e os êxitos alcançados, em muitas empresas, pelos trabalhadores em torno da redução do horário normal de trabalho para as 40 horas. Nas empresas, nas acções de 8 e 22 de Março, e de 2 de

Abril, os trabalhadores, sob a égide da CGTP e do movimento sindical unitário, têm defendido o conceito de horário normal de trabalho como direito e conquista, evitando que prevaleça a doutrina do conceito de trabalho efectivo, inventado pelo Governo PS para agradar às Confederações Patronais e beneficiando da cumplicidade da UGT.

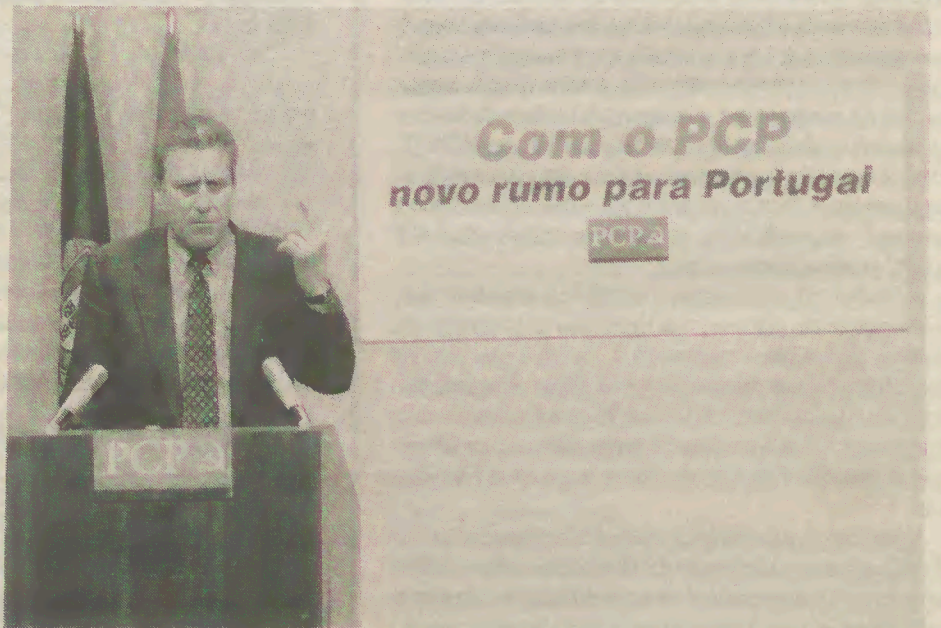
O PCP aler-

ta as organizações dos trabalhadores para as abusivas interpretações e aplicações da Lei da Flexibilidade e Polivalência por parte do grande patronato, sendo o caso mais recente e gritante os critérios de exclusão de trabalhadores por parte dos Mellos na Lisnave, onde, após as mordomias de dezenas de milhões de contos dadas pelo Governo PS, vão ao cúmulo de impor a desregulamentação absoluta da organização dos tempos de trabalho, a polivalência pretoriana e, até, a consideração da distância entre a residência do trabalhador e a empresa como critério decisório para a selecção.

A Comissão Política do PCP considera que, após a consulta pública realizada às organizações de trabalhadores, o Grupo Parlamentar do PCP está em condições de agendar, para debate e votação em 14 ou 15 de Maio, o seu Projecto de Lei sobre a clarificação dos conceitos de horário de trabalho, como mais uma contribuição para a insubstituível e determinante luta dos trabalhadores.

2. A Comissão Política do PCP considera que o Governo PS, além de estar empenhado numa brutal aceleração do processo de privatizações, aposta decididamente na mistificação da opinião pública quanto às reais consequências futuras da destruição do Sector Empresarial do Estado, através da campanha publicitária que desencadeou. Esconder que quem ganha com as privatizações é o grande capital nacional e multinacional, comprometendo, isso sim, o futuro das novas gerações, quando o Estado estiver despojado dos seus bens básicos e estratégicos e dos seus principais instrumentos para executar a sua função social, constitui um acto que compromete o interesse nacional. Já sem qualquer fundamento económico racional, mas apenas na ânsia de fazer dinheiro fresco em nome da corrida cega para a Moeda Única, o Governo PS assume da pior forma e de má-fé, a destruição do património público empresarial na ideia de que «quem vier atrás que feche a porta».

O PCP, perante esta enganosa propaganda do Governo e esbulho a que



Jerónimo de Sousa, em declaração à comunicação social, apresenta conclusões da Comissão Política sobre a situação política e social

- O mais de meio milhão de desempregados reais e os cerca de dois milhões de trabalhadores e trabalhadoras com vínculos precários reclamam medidas e outra política diferentes daquelas que o Governo PS prossegue.

- A Comissão Política salienta o grande êxito que constituiu a realização, no passado sábado, da Conferência Nacional do PCP, sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas.

- Jornada de justa evocação, celebração, festa e confraternização em torno do processo de conquista da liberdade, as comemorações do 23º Aniversário do 25 de Abril devem constituir, na opinião do PCP, um importante momento para a defesa, afirmação e renovada projecção na actualidade dos grandes valores, conquistas e esperanças da revolução democrática, como grande matriz inspiradora da viragem à esquerda e da nova política que a solução dos problemas do povo e do país imperativamente reclamam.

estão sujeitas as empresas e sectores estratégicos da nossa economia, alerta os trabalhadores, a opinião pública e os utentes para a necessidade de travar tais objectivos antes que o futuro nos dê razão.

E o PCP reclama que o Governo, e em especial o Ministério das Finanças, responda prontamente ao requerimento feito pelo Grupo Parlamentar do PCP, exigindo uma informação sobre quanto custou ao erário público a campanha governamental de publicidade sobre as privatizações.

3. A Comissão Política salienta o grande êxito que constituiu a realização, no passado sábado, da Conferência Nacional do PCP, sobre o Poder Local e as Eleições Autárquicas.

A Conferência Nacional testemunhou o dinamismo e sentido de responsabilidade com que no conjunto das

organizações do PCP está a ser preparada a batalha eleitoral das autárquicas e confirmou a firme disposição do colectivo partidário de trabalhar com entusiasmo e confiança para o reforço das posições da CDU no Poder Local.

4. A Comissão Política apela aos militantes do PCP, aos trabalhadores e aos democratas para que participem activamente nas múltiplas iniciativas unitárias e populares de comemoração do 23º

Aniversário da Revolução do 25 de Abril, com destaque para os desfiles de Lisboa e Porto.

Jornada de justa evocação, celebração, festa e confraternização em torno do processo de conquista da liberdade, as comemorações do 23º Aniversário do 25 de Abril devem constituir, na opinião do PCP, um importante momento para a defesa, afirmação e renovada projecção na actualidade dos grandes valores, conquistas e esperanças da revolução democrática, como grande matriz inspiradora da viragem à esquerda e da nova política que a solução dos problemas do povo e do país imperativamente reclamam.

O Acordo de Comércio com Marrocos ou de como se organiza uma operação de manipulação da opinião pública



■ Lino de Carvalho

Um dia destes, em pleno Telejornal, entrou-me de rompante em casa, mais uma vez, o Senhor Professor Marcelo Rebelo de Sousa afirmando, com aspecto não muito convicto diga-se, que o PSD ia viabilizar o Acordo de Pescas com Marrocos porque estava em jogo a palavra de Portugal e não se podia correr o risco de pôr em perigo a actividade da frota portuguesa nas águas daquele país. Logo a seguir, um representante das Associações dos Armadores de Pesca do Barlavento Algarvio - com quem o Professor tinha acabado de reunir - afirmava que não sabia bem o que estava em debate na Assembleia da República mas que não se podia inviabilizar um acordo que garantia a pesca nos mares de Marrocos.

Nesta altura, a minha surpresa era já grande porque era suposto que o que estava em debate e votação na Assembleia da República (num processo em que eu próprio participava) era um Acordo Comercial com Marrocos (Acordo Euro-Mediterrânico que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e

Acordo que, aliás, o Governo do PSD tinha começado a negociar e o Governo do PS tinha finalizado. Acordo que ambos os Partidos sabiam ter consequências gravíssimas para a indústria conserveira e para a pesca de cerco.

Operação de mistificação que contava, obviamente, com a compreensão e a cumplicidade activa do PS e do seu Governo e que consistiu em fazer passar a ideia de que estava em causa um Acordo de Pescas que permitia a faina de barcos portugueses nos mares de Marrocos quando o que estava em votação era um Acordo Comercial que permite a entrada, sem quaisquer taxas aduaneiras, nos mercados europeus (e, portanto, também no mercado português) de conservas e produtos agrícolas marroquinos.

Mas vejamos então as questões substanciais que estavam e estão em jogo.

Em 1995, a Comunidade Europeia negociou um Acordo de Pescas com Marrocos, cujo período de duração é de quatro anos, terminando em 1999. Este tipo de acordos são, nos termos do Tratado da União Europeia, da competência exclusiva da Comunidade não sendo necessário sequer para a sua entrada em vigor a ratificação dos Estados-Membros. O Acordo de Pescas beneficiou em primeiro lugar a frota espanhola mas permitiu também que cerca de 40 barcos da frota portuguesa pescassem no mar territorial de Marrocos até Dezembro de 1999. Embora insuficiente, temporalmente limitado e sujeito a muitas condições que Marrocos colocou para defesa dos seus recursos, o Acordo foi positivo na medida em que durante quatro anos pescadores portugueses puderam ver aliviada uma parte da crise do sector. Esta foi, aliás, a posição que o PCP assumiu na altura.

Ganhar muito e ceder pouco

Mas outra coisa é o Acordo Comercial que esteve agora em debate e ratificação na Assembleia da República.

Por interesse negocial de Marrocos, a Comunidade Europeia e os Estados-Membros aceitaram discutir paralelamente ao Acordo de Pescas um Acordo Comercial, profundamente desequilibrado para os interesses nacionais e que abriu o mercado europeu às conservas marroquinas e a produtos agrícolas como as laranjas, a batata primor e as flores cortadas, entre outros produtos.

O pouco que Marrocos cedeu no Acordo de Pescas obteve, muito mais, em contrapartida, no Acordo Comercial.

Num debate sobre esta questão realizado na Assembleia da República em Novembro de 1995, foi o próprio Ministro da Agricultura, Gomes da Silva, que afirmou: "a situação do acordo em relação às conservas é penalizante para Portugal, indiscutivelmente porque o que se pretende é, praticamente para a totalidade da quantidade de conservas exportadas por Marrocos ao longo destes últimos anos, obter uma situação de total liberalização na fronteira. Marrocos exportou, nos últimos anos, um

máximo de 19.000 toneladas de conservas e o que está previsto é uma liberalização na ordem das 22.000 toneladas, o que permitirá a Marrocos introduzir a totalidade da sua exportação à taxa zero".

Quem ganhou com estes Acordos foram, antes de mais, a Espanha e a França. A Espanha pelo número de barcos que conseguiu colocar no mar de Marrocos. Os dois países porque (em conjunto com a família real marroquina) são os principais detentores da indústria conserveira deste País.

Portugal foi quem mais perdeu. O Acordo de Pescas só vigora quatro anos. O Governo de Marrocos já anunciou que, independentemente do Acordo Comercial, não renovará o Acordo de Pescas. A partir de Dezembro de 1999 a frota portuguesa terá muito mais dificuldades se não encontrar pesqueiros alternativos.

Entretanto, o Acordo Comercial, que não tem prazo de vigência, vai contribuir (adicionado a outras dificuldades anteriores e à cada vez menor possibilidade de acesso a recursos) para o agravamento sério da já enfraquecida indústria conserveira nacional e da pesca do cerco, o que aliás já está a suceder.

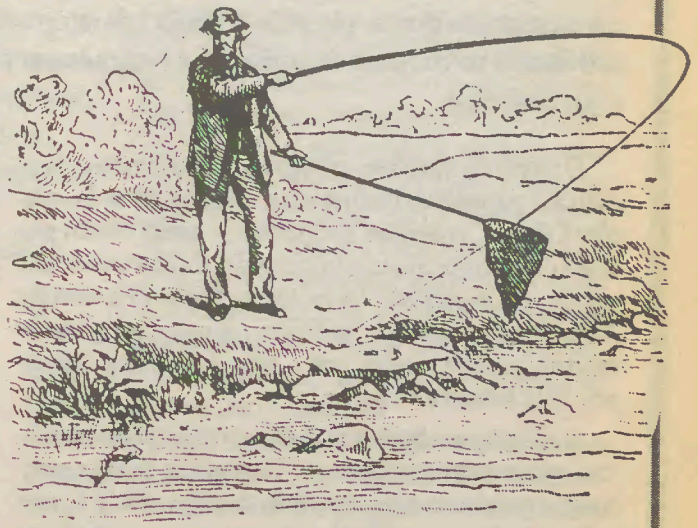
Apesar de nem sequer estar ainda ratificado (que era condição para a sua entrada em vigor), a Comunidade Europeia, com a aprovação do Governo do PS, publicou um Regulamento ilegal (o Reg. 3057) pelo qual pôs em vigor as normas comerciais do Acordo (que é

o seu fundamental) logo em 1996, como forma de "contornar o processo de ratificação pelos Estados-Membros" que, conforme reconheceu a própria Comissão Europeia, "poderia bloquear a aplicação do acordo". Que grande democracia!

Em resultado, então, da liberalização da entrada das conservas de Marrocos nos mercados europeus só no ano de 1996 as exportações de conservas portuguesas já diminuíram 31% (e Marrocos nem sequer utilizou a totalidade da quota por falta de sardinha).

O que está em causa

Na audição que se realizou na Assembleia da República durante a última semana foi o próprio Secretário de Estado das Pescas que afirmou a forte probabilidade de desaparecimento da indústria conserveira nacional a muito curto prazo.



Com isto estão em causa cerca de 5.000 postos de trabalho e uma parte importante da pesca de cerco porque a actividade desta (com 100 embarcações e 2.000 pescadores) depende em cerca de 50% dos fornecimentos de sardinha à indústria conserveira.

Mas também estão em causa importantes comunidades piscatórias, com relevo para Peniche, que dependem destas actividades. Só as três unidades conserveiras de Peniche absorvem mais de 500 postos de trabalho directos sendo que a multinacional IDAL/HEINZ, por exemplo, quando deixar de produzir conserva de sardinha se deslocalizará, com fortes probabilidades, eventualmente para as ilhas Seychelles para aí continuar a sua actividade ligada ao atum.

É isto que está em causa para o País, para os pescadores e trabalhadores da indústria conserveira, para o sector, para muitas comunidades piscatórias. E isto é da responsabilidade de quem votou favoravelmente o acordo, PS e PSD. Como é da responsabilidade tanto dos Governos do PSD como do PS a cada vez maior perspectiva de liquidação do sector pesqueiro nacional em resultado das políticas nacional e comunitária de pescas.

É isto que está em causa com o acordo comercial agora ratificado na Assembleia da República, e que não tem nada a ver com o Acordo de Pescas.

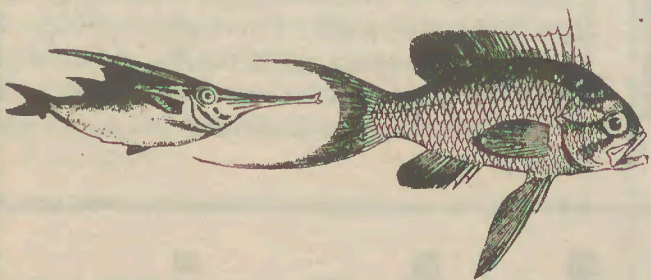
É contra isto que tanto as organizações do Partido como as estruturas sindicais têm de lutar.

O Acordo de Pescas está em vigor, os barcos portugueses estão a pescar em Marrocos e, com ratificação ou sem ratificação do Acordo Comercial, o Acordo de Pescas termina em 1999.

A Assembleia da República perdeu uma oportunidade histórica para, com a recusa de ratificação de um Acordo desfavorável para Portugal não só afirmar a soberania e a defesa dos interesses nacionais como de obrigar o Governo e a Comunidade Europeia a, no mínimo, definirem políticas e medidas de apoio à indústria conserveira e às pescas e a ter em conta este processo em futuras negociações comerciais com outros países.

Mais uma vez, PS e PSD colocaram-se de cócoras perante a vontade da Comunidade Europeia. Mais uma vez se provou que a voz alta do Governo PS em matérias comunitárias é só vozeria para consumo interno.

Mas todo este processo é também uma oportunidade para nos apercebermos como os grandes meios de comunicação de massas e as "mensagens" que neles são transmitidas condicionam e confundem mesmo os mais avisados.



os seus Estados-Membros e o Reino de Marrocos) que não tinha qualquer relação com o Acordo de Pescas já em vigor há dois anos.

Mas a minha surpresa transformou-se em estupefacção quando um dia depois o Ministro Gomes da Silva apareceu em novo Telejornal com afirmações no mesmo sentido.

Já duvidava da minha sanidade mental quando recebi um pedido proveniente de camaradas do sector das Pescas que queriam conhecer o documento (com três páginas, asseveravam) do Acordo de Pescas com Marrocos que ia ser votado na Assembleia da República.

Neste momento, comecei seriamente a ficar preocupado comigo próprio.

Quando, de repente, percebi. O que estava em curso (com a participação de alguns órgãos de comunicação social - uns por ignorância, outros por conveniência política) era uma operação de mistificação para dar cobertura ao facto do PSD (e do PS) dizerem fora da Assembleia da República, junto de conserveiros, pescadores do cerco e comunidades piscatórias como Peniche, que se opunham a este importante e altamente gravoso Acordo e prepararem-se, na Assembleia da República, para juntarem o seu voto e, assim, aprovarem um



A escola no meio e o desenvolvimento associativo

Hoje, uma das linhas fundamentais da reactivação da vida cultural e associativa passa pelas escolas. Há experiências a partir de autarquias, por exemplo em Loures e em Lisboa, já suficientemente desenvolvidas nas escolas para apresentarem algumas pistas de reflexão e de integração dessas actividades no conjunto da acção que é realizada nas freguesias e nos concelhos.

O próprio marasmo em que caíram muitas estruturas associativas e populares, Colectividades, Clubes e outras Associações Culturais, poderá ser ultrapassado se forem criados projectos de interligação das actividades das Escolas com o meio envolvente e as entidades locais. Muitos futuros dirigentes das Associações poderão sair das Escolas, se essa interligação for realizada inteligentemente, com o apoio das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia.

A situação nos bairros de Lisboa e em concelhos do distrito está bastante empobrecida, do ponto de vista de participação popular na democratização da vida cultural. Porque tudo se tornou mais difícil para quem vive e trabalha na Área Metropolitana. Porque a acção dos grandes meios de comunicação social vai no sentido de isolar as pessoas, de as amarrar ao lixo que diariamente as televisões despejam em cada casa. Porque se tornou mais complexa e exigente a actividade na frente cultural. São necessários outros meios técnicos, formação e financiamentos.

Então, valerá a pena ter finalmente numa visão estratégica para estas coisas do desenvolvimento cultural, desde logo interligado com as outras áreas da nossa vida. A partir da Escola e da Colectividade, com o apoio claro e empenhado da Autarquia, é possível lançar iniciativas de conjunto no conhecimento do meio, na participação aberta das famílias dos alunos, na fruição e criação da cultura, na aprendizagem e apropriação, pelos trabalhadores e população, de outras áreas fundamentais

que integram, com a cultura literária e artística, um vasto património que tem de ser popular, de qualidade e inovador.

Com uma perspectiva de conjunto, para o distrito de Lisboa e para a Área Metropolitana, poder-se-á evoluir numa situação que em alguns concelhos de Lisboa é já interessante e coordenada. E é isso mesmo que se pretende partir das experiências reais, nomeadamente dos concelhos

de maioria CDU, para uma visão articulada e mais participada.

Cabe ao PCP e à CDU uma grande parte das responsabilidades nesta perspectiva inovadora. Pelo muito que já avançaram, em áreas do património, da vida associativa e popular, na criação de espaços culturais diferenciados e decisivos para as populações que não tinham acesso à cultura e ao saber.

Experiências de Lisboa

No Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Lisboa, desde 1990, inicialmente com o Vereador Rego Mendes



O vereador António Abreu, no encerramento do programa socioeducativo «Escritores de Lisboa», nos Paços do Concelho

e agora com o António Abreu, ambos do PCP, vêm sendo criados, em colaboração estreita com as Escolas, em especial do 1º Ciclo, programas socioeducativos que têm como objectivos fundamentais a ligação dos alunos e professores ao meio e a abertura de caminhos novos no acesso à fruição e à criação, em áreas como a expressão dramática, a música, a dança, a literatura, a expressão plástica, as artes e ofícios, o vídeo, bem como o desenvolvimento científico e técnico, o conhecimento e o estudo do património, da história e da vida social e cultural de Lisboa.

Todos os anos lectivos, são preparados e lançados com as Escolas programas como «Sensibilização à Criatividade e à Leitura», para cerca de 650 alunos e 35 professores; «Artes e Ofícios de Lisboa», para uma média de 500 alunos e 30 professores; «Oficinas de Teatro», para 450 crianças e 25 professores; «Sensibilização à Música», para 900 alunos e 46 professores, com acções de formação específicas para estes. Os quatro programas envolvem equipas de animadores e monitores que trabalham em grupos de Escolas do 1º Ciclo, por Freguesias, todas as semanas, com as turmas envolvidas, em média durante cinco meses úteis.

O programa «Teatro nas Escolas» abrange cerca de 3500 crianças, 180 professores e dez Grupos e Companhias de Teatro que realizam «ateliers» e espectáculos para grupos de alunos considerados adequados às características dos trabalhos apresentados.

O programa «Escritores de Lisboa» tem como base projectos das Escolas, desde as do 1º Ciclo às Secundárias, sobre livros e autores que escolhem para trabalhar e conhecer. Abrange em média 1500 alunos e 60 professores.

«Pátio dos Audiovisuais» é um programa para Escolas dos 2º e 3º Ciclos e Secundárias, nas áreas da formação de professores, do apoio a projectos das Escolas e realização de acções de animação e «Mostras».

O programa «Visitas Temáticas» é destinado aos professores de Lisboa e visa abrir a cidade à Escola, nas suas diversas vertentes culturais e sociais, com a realização de mais de 30 visitas por ano e a publicação de uma colecção de brochuras sobre núcleos de Freguesias e Bairros.

O programa «Ciência» tem como objectivos a realização de iniciativas de estudo e divulgação nas Escolas dos 2º e 3º Ciclos e Secundárias, a sua ligação às instituições científicas da Cidade e concelhos envolventes, a realização de visitas de estudo e a publicação de trabalhos de cientistas e especialistas convidados sobre temas a matérias de interesse para o desenvolvimento da actividade dos alunos e professores.

Um auxiliar de leitura...

Numa sociedade como a nossa, onde uma invisível tutela eclesiástica continua a pesar sobre a cultura, não será de admirar que alguns de nós sejam dissuadidos a aceitar candidamente, como verdades indiscutíveis, certos juízos da contra-informação. E a verdade é que no nosso país, à medida que o tempo passa sobre o 25 de Abril, maiores parecem ser a timidez e o embaraço com que se abordam factos de notícias relacionados com o Vaticano ou com a igreja católica institucional. Não é assim no resto da Europa, onde uma crítica aberta, por vezes dura e impiedosa, se abate sobre as fronteiras virtuais que separam o sacralizado e o profano.

No plano da crítica, a Igreja oficial constitui, simplesmente, um Estado cuja sede é o Vaticano. Como quaisquer outros estados, a Igreja dispõe de um governo e de uma administração, de estratégias elaboradas nos quadros de opções políticas e ideológicas, de uma diplomacia própria, de tribunais, de mecanismos e interesses económicos, etc. Não se trata de ser a favor ou contra este estado de coisas mas de conhecer as suas dimensões aproximadas, alguns traços dos perfis dos principais homens que servem o seu aparelho, as suas ligações ao poder eclesiástico central e as articulações desse poder a métodos de intervenção mundial aparentemente descentralizados.

Tudo isto pressupõe alguma informação. É com esse fim que hoje iniciamos a publicação de um conjunto de fichas a que chamaremos auxiliares de leitura.

O governo da Igreja (1)

Os órgãos institucionais do Vaticano

O Novo Código do Direito Canónico declara como fundamentais os seguintes órgãos da hierarquia da Igreja: o Sumo Pontífice que dispõe de poderes praticamente

ilimitados, quer sobre a igreja universa, quer sobre as igrejas particulares que se inscrevem nas diferentes nacionalidades; o Colégio dos Bispos, por inerência presidido pelo próprio Papa e que, em coordenação com o Colégio dos Cardeais e Cúria Romana, exerce acções destinadas a «ajudar e proteger a integridade da fé e da moral, da disciplina da Igreja e para tratar com o Papa questões da actividade espiritual da Igreja» (Introdução ao Código do Direito Canónico); e o Sínodo dos Bispos, estrutura instituída por Paulo VI e destinada a garantir um contacto permanente entre os representantes das bases eclesiais e a cúpula da hierarquia eclesiástica. Durante o magistério de João Paulo II, esta estrutura raramente foi activada. E, mesmo quando funcionou, fê-lo de forma inconclusiva.

Organicamente, estas três grandes áreas articulam-se entre si segundo um esquema directamente filtrado através do gabinete do Papa e da Cúria Romana ou Governo do Vaticano, actualmente presidido pelo cardeal Angelo Solano. Constitui-se, desta forma, uma espécie de «gabinete restrito» em que se integram, sob a presidência do Papa, os responsáveis pelo Sínodo dos Bispos, pelo Colégio Cardinalício, pela Cúria Romana, pela Diocese de Roma e pelo Estado da Cidade do Vaticano.

Cada uma dessas áreas principais organiza-se, mundialmente, em Conferências, Conselhos Pontifícios, Tribunais Escriitórios e outros organismos, Comissões e Instituições Regionais, estruturas sempre presididas por cardeais, bispos ou monsenhores. Através desta enorme rede de informações, convergem permanentemente para o Vaticano, como apoio directo ao trabalho do Papa, dados confidenciais sobre tudo quanto se passa no mundo. O sistema é servido por uma rede altamente sofisticada de informática e de telecomunicações e mobiliza mais de 3000 técnicos num leque diversíssimo de matérias, bem como um número indeterminado de organizações com sede na Cidade do Vaticano ou em Roma.

A esta verdadeira organização imperial deve acrescentar-se o incalculável poderio concentrado nas mãos da Opus Dei, a Prelatura que, por ser pessoal, escapa a todo o controlo hierárquico intermédio e é gerida directamente pelo Papa. E tam-

■ Modesto Navarro

e cultural

Privilegiar as crianças
mais carenciadas

Alguns dos programas têm criado condições para o acesso de milhares de crianças de zonas difíceis e carenciadas a novas expressões artísticas e pedagógicas. Equipas que envolvem artistas plásticos, escritores, músicos, actores, encenadores e artesãos trabalham continuamente nas Escolas e abrem perspectivas, com os professores e alunos, ao acesso a novas experiências e ao enriquecimento do quotidiano da aprendizagem escolar.

Em cada ano lectivo, cerca de 8500 crianças e jovens participam nestes nove programas socioeducativos do Pelouro da Educação da CML. Mais de 2000 professores trabalham com os cerca de 100 monitores, animadores, formadores e especialistas que o Pelouro da Educação mobiliza para desenvolverem actividades que são cada vez mais realizadas de forma articulada e são acompanhadas ao longo do ano lectivo pelos técnicos de educação da Autarquia.

A estas actividades estão ligadas as instituições da cidade como a Voz do Operário, a Associação Portuguesa de Escritores, a Organização dos Trabalhadores Científicos, a Associação Portuguesa de Educação Musical, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, o Centro de Artesanato de Lisboa e outras Associações culturais e educativas.

Um longo caminho de participação foi já aberto e prosseguido, nestes oito anos de colaboração intensa entre as Escolas de Lisboa e o Pelouro da Educação da Câmara Municipal. A par do programa para a formação de professores e o desenvolvimento de actividades com crianças do 1º Ciclo na área da educação física, o PROGRAPEF. A par de muitos outros apoios financeiros e técnicos à realização de acções das Escolas e de instituições da cidade ligadas a esta área.

É todo um mundo de actividades gratificantes, e em muitos aspectos diferentes e inovadoras, que se abriu e abre em cada ano lectivo, permitindo concluir que será através da Escola que outros caminhos de desenvolvimento sociocultural e associativo poderão ser descobertos e percorridos em Lisboa, para que deixe de haver o silêncio ruidoso das televisões e o vazio da vida dos Bairros e das Freguesias a destruírem o encontro das pessoas, a impossibilitarem que a sua criatividade, generosidade e capacidade de participação chegue às ruas, às Colectividades e a todos os sítios onde é urgente estar presente e transformar a vida que temos.

■ Jorge Messias

bém se não considera o funcionamento semiautónomo de certas ordens religiosas — nomeadamente, a Companhia de Jesus e as Ordens dos Dominicanos e de S. Francisco — elas próprias estados dentro do Estado e igrejas dentro da Igreja. Assim como não é ainda considerada a capacidade de influência e de penetração de grupos menos falados, como a Comunidade de Santo Egídio, o «clã polaco», o movimento Comunhão e Libertação, o Cor Unum, a ala fundamentalista de Êcone, agora liderada pelo cardeal Ratzinger, etc.

Falta-nos conhecer, a traços largos, os perfis dos homens que, nos bastidores, movimentam esta impressionante máquina do poder, como Trujillo, Dziwisz, Deskur, Navarro-Valls, Tomko, Lustiger, Daneels, Moreira das Neves e muitos outros. São vultos que, normalmente, escapam à atenção do grande público mas que eventualmente, num futuro próximo, se virão a transformar em vedetas mediáticas.

É nesta densa floresta que teremos de caminhar. Pouco a pouco e prudentemente.

Veremos, assim, numa próxima «ficha», como se organiza a Cúria Romana e que dados podem caracterizar as tendências dos purpurados que a lideram. Mais tarde, tentaremos descrever o trabalho que está a ser produzido pelos principais grupos de pressão do Vaticano.

■ Zillah
Branco

A missão da Polícia na democracia

Foi com a voz embargada pela emoção que o Presidente Fernando Henrique Cardoso condenou esta nova chacina causada por elementos da Polícia Militar numa favela de São Paulo. A indignação é da maioria dos brasileiros, inclusive membros daquela polícia que dizem ter «sentido vergonha da farda que usam». Dois coronéis responsáveis de área foram imediatamente demitidos e os dez PM que torturaram e mataram cidadãos indefesos e inocentes foram levados à prisão temporária.

Não se trata de um caso isolado. Estes mesmos PMs já acumulam inquéritos por diferentes crimes: homicídios, tentativas de assassinato, violência sexual, acidentes de trânsito. Agora a brutalidade foi filmada por moradores já cansados de tanta violência causada por responsáveis pela segurança pública. O problema é que os inquéritos são feitos pela própria PM e os resultados em muitos casos são arquivados sem punição. No início de Fevereiro, a TV expôs as cenas de uma outra acção policial, em Santo André, que resultou na morte de uma pessoa visivelmente perturbada. Os telespectadores viram quando o homem foi baleado nas costas e levado ainda vivo para o carro. Depois veio a informação de que na troca de tiros ele fora atingido mortalmente. Provou-se a mentira quando, a pedido da família, o Laboratório da Unicamp (Universidade de Campinas) divulgou que o tiro fatal foi dado com uma submetralhadora HK «depois de transportado pelos PMs».

As chacinas causadas pela PM têm sido denunciadas interna e externamente. Só agora os governantes despertaram para legislar condenando como crime a tortura e para impor que os crimes cometidos por militares sejam julgados pela justiça civil. Até hoje a impunidade tem sido privilégio das corporações cuja missão é, teoricamente, a manutenção da ordem. Em entrevistas de rua, a população expressa a sua dúvida sobre a polícia que «pode ser um bandido de farda». O Secretário de Segurança de São Paulo concordou com o repórter da TV que muitos PMs carregam na cinta um revólver da corporação, que será examinado depois, e outra arma fria que ele pode atribuir a um bandido por não estar registada. É com esta que matam. Portanto, mesmo alguns honrados elementos da PM têm a dúvida sobre os que envergam a farda.

O número de casos desse tipo é de tal ordem que já não é possível avaliar a dimensão do fenómeno da criminalidade causado por marginais sem farda. Há um clima de guerra constante nos bairros pobres onde os rambos ligados à droga, à prostituição e ao roubo se perseguem. E, misturados com tudo isso, aparecem também elementos da PM. Muita gente hoje pergunta se a PM não terá grandes responsabilidades na manutenção e agravamento da criminalidade nas grandes cidades.

A impunidade como defesa de classe

O prestigiado advogado e deputado Hélio Bicudo escreveu um livro para jovens, «Violência, o Brasil cruel e sem maquiagem», onde aborda os vários tipos de violência que martirizam a população brasileira — no campo, nas ruas, os esquadrões da morte e justiceiros, a propaganda da violência através dos meios de comunicação, o racismo, a questão indígena, a discriminação contra as mulheres — e analisa a ideologia da segurança nacional e o sistema judiciário. É um livro profundo escrito de maneira simples. Aponta a origem da violência na miséria, na ausência de formação do cidadão que nasce, vive e morre à margem da sociedade, mas também no conceito adoptado pelas polícias de que as populações marginalizadas são o inimigo interno.

Esta discriminação de sectores da sociedade aparece também hoje quando o exército organiza operações de treinamento no Rio Grande do Sul simulando a existência de invasão de terras e a expulsão dos camponeses acampados. A revista «Carta Capital» apresenta no nº 45 uma reportagem sobre a Operação Encouraçado Alfa realizada pela 3ª Divi-

são de Exército envolvendo 7 mil homens e 1,3 mil veículos como «coroamento do ano de instrução». Os soldados representam camponeses acampados e outros fazem o cerco e dominam o inimigo interno. Coincidentemente estes exercícios ocorrem no mês em que o Movimento dos Sem Terra realiza uma marcha de 900 quilómetros para levar a sua reivindicação de Reforma Agrária a Brasília. E o oficial responsável explica que os soldados são preparados para combater «todos os actos contrários à lei, sob ordem do Presidente da República». No entanto, não faz parte do treinamento o combate aos actos de terrorismo e os crimes praticados sob as ordens dos latifundiários.

A criação de uma mentalidade discriminatória nas forças armadas e policiais de todo o país consolida a hostilidade contra os que por razões sociais e económicas são marginalizados da sociedade. E a neurose dos rambos formados pelos meios de comunicação ganha foro de legalidade na luta contra os chamados inimigos internos. A solução para isso não depende da ampliação do espaço carcerário e do número de processos penais. Os responsáveis terão de ir ao fundo da questão e educar com princípios democráticos tanto os soldados como os oficiais que continuam a traçar operações de treinamento com modelos herdados da escola norte-americana dos anos 60 de combate à guerrilha.

Dentre as críticas que Hélio Bicudo apresenta, destaca o facto de o Sistema Judiciário ser, dentre os três poderes da República, o único «indefeso à fiscalização». O Golpe de 1964 agravou o problema que vinha de antes, próprio de uma sociedade oligarca, ao suspender as garantias constitucionais e dar maior ênfase à competência da Justiça Militar. As carências de um correcto funcionamento da organização judiciária «conduz o país à desordem e desprestigia as suas instituições», escreveu o jurista Carlos Medeiros Silva.

Necessária uma visão globalizante

Junte-se tudo isto às sequelas de 21 anos de ditadura que instituiu o Esquadrão da Morte e abriu caminho às redes criminosas que passaram a actuar dentro do aparelho do Estado com fortes ramificações ao submundo internacional. Acrescente-se ainda a orientação neoliberal de desmantelamento do Estado, as carências de formação e informação da maior parte da população, a defesa de uma elite endinheirada e privilegiada socialmente, a miséria que domina mais de 70% da população brasileira, a corrupção avassaladora que mina os serviços públicos. Não é difícil explicar a origem do caos que ameaça a frágil democracia. O difícil é corrigir os problemas sem ferir os interesses dos poderosos de ontem que ainda hoje têm prestígio na sociedade.

Com uma frequência assustadora, o brasileiro assiste às fugas de dezenas de presos das cadeias onde estavam espremidos em número muito maior do que o espaço permite. Há casos de celas para 4 onde estão 20, há casos em que para dormir têm que revesar com o parceiro que só cabe ficando em pé. Também há presos sem culpa formada misturados com facinoras e esquecidos dias e meses, ladrão de galinha ao lado de traficante de droga. Os únicos que têm algum privilégio são os «doutores», com celas individuais, mesmo que cometam crime hediondo. Há algumas experiências, em pequenas cidades, de recuperação do presidiário com penas leves integrando-o nos trabalhos necessários à população, mas em geral a visão burocrática e de inimigo interno conduz ao aumento do espaço prisional prevendo o aumento da criminalidade. É a visão estática de quem não supõe a existência de caminhos para reduzir a marginalidade que passa necessariamente por uma melhor divisão dos recursos e pela criação de condições de participação social no poder, ou seja, de substituir uma elite dominante por uma sociedade democrática.

O emprego e a qualificação em Portugal

■ Eugénio Rosa

Numa altura em que se começa a discutir a nível da União Europeia o 3º Quadro Comunitário de Apoio, para vigorar depois de 1999, e em que países como Alemanha e França, com elevadas taxas de desemprego, vão procurar alterar os critérios de repartição dos chamados fundos comunitários, fazendo-os depender mais dessas taxas, do que do nível de desenvolvimento alcançado por cada país, para assim se apropriarem de maiores fatias desses fundos, é urgente fazer uma reflexão nacional sobre essa questão, para evitar que o governo, mais preocupado em ser considerado «bom aluno», se esqueça de defender os interesses nacionais.

Como se sabe, a baixa taxa oficial de desemprego em Portugal é fictícia, pelo menos, por duas razões.

Em primeiro lugar, porque são considerados como empregados pessoas que efectivamente o não são. Assim, para ser considerado empregado nas estatísticas do Governo basta ter trabalhado pelo menos uma hora na semana em que foi realizado o inquérito ao desemprego. Desta forma, muitas centenas de milhares de portugueses são assim considerados como empregados nas estatísticas oficiais, embora não tenham qualquer emprego efectivo. É por isso que o número dos chamados trabalhadores por conta própria ultrapassa já 1.000.000, verificando-se em Portugal, neste campo, a taxa mais elevada de toda a Europa Comunitária, e, por outro lado, o número de empregados na agricultura tem aumentado nos últimos anos (em 1996, cresceu cerca de 8%), ultrapassando já os 550.000, quando em todos os países da UE diminuiu.

Em segundo lugar, a taxa oficial de desemprego é fictícia porque existem muitos portugueses que, embora não tendo trabalho, não são considerados como desempregados no cálculo da taxa oficial de desemprego. Assim, não são considerados pelo Governo como desempregados os inactivos que não procuraram emprego há mais de 4 semanas; portanto, um português desempregado que durante as 4 semanas anteriores ao inquérito não tenha procurado trabalho, não é considerado desempregado. Também não são considerados desempregados pelo Governo os chamados inactivos que pretendem trabalhar mas que nunca procuraram emprego. Por ex., um jovem que tenha terminado o 12º ano, e que deixe de estudar, se não procurar emprego não é considerado desempregado. Igualmente não são considerados desempregados os chamados desencorajados, ou seja, aqueles portugueses que desistiram de procurar emprego depois de muito o terem feito em vão. Se juntarmos o número destes portugueses que, apesar de não terem trabalho, não são considerados oficialmente desempregados, ao número apresentado pelo Governo, o total de desempregados no nosso País sobe para cerca de 550.000, portanto um número superior em cerca de 66% ao número que o Governo utiliza para calcular a sua taxa oficial de desemprego. E neste valor ainda não estão incluídos as centenas de milhares de empregos fictícios na agricultura, cujo emprego estranhamente continua a crescer, e por conta própria, que apresenta em Portugal um dos valores mais altos de toda a Europa Comunitária, considerados nas estatísticas dos governos como empregos reais.

Qualificação e escolaridade insuficientes

O nível de qualificação profissional em Portugal continua a ser extremamente baixo, e a constituir um obstáculo a que se alcancem taxas mais elevadas de desenvolvimento económico e social, e ao aumento da competitividade da economia portuguesa.

Como se sabe, apenas as empresas com mais de 100 trabalhadores, ou seja, as maiores empresas, é que estão obrigadas a elaborar e a entregar o chamado balanço social ao Ministério da Qualificação e Emprego, sendo o seu número, em 1995, de 2.002. E como mostra o gráfico 1, mesmo nessas empresas os níveis de qualificação do seu pessoal continua a ser extremamente baixo.

Assim, de acordo com o Ministério da Qualificação e Emprego, em 1995, apenas 4,9% do pessoal ao serviço das empresas que apresentaram balanço social eram quadros técnicos (superiores, médios e intermédios); somente 28,4% pertenciam a profissões qualificadas e altamente qualificadas, e 66,7% do total do pessoal destas empresas pertenciam a profissões não qualificadas ou semiquilificadas (praticantes, aprendizes, não qualificados, etc.).

Relativamente ao nível de escolaridade, a situação não é menos grave, como mostra o gráfico 2.

Portanto, em 1995, 76% do pessoal das empresas que entregaram o balanço social possuíam apenas o ensino básico ou mesmo menos (38,8% tinha apenas o 1º ciclo do ensino básico ou menos, 19,8% o 2º ciclo, 17,4% o 3º ciclo do ensino básico); 16% possuíam o ensino secundário, e apenas 8% tinham o ensino superior, que incluía o superior profissional, o superior politécnico e o superior universitário.

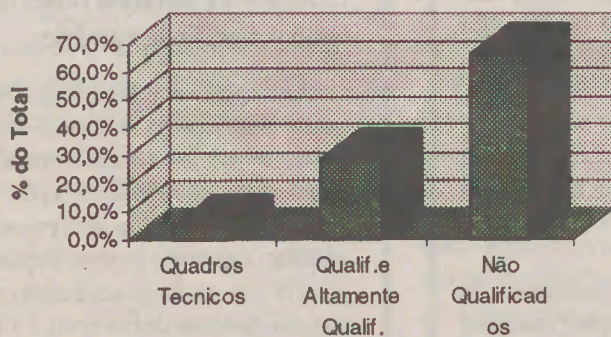
Baixa qualificação e baixa escolaridade, é esta ainda a realidade em Portugal mesmo nas empresas com

100 ou mais pessoas ao seu serviço. E é previsível que a situação não seja menos grave nas empresas com menos de 100 trabalhadores, em particular nas pequenas e pequeníssimas empresas, que constituem a maioria do tecido empresarial do País.

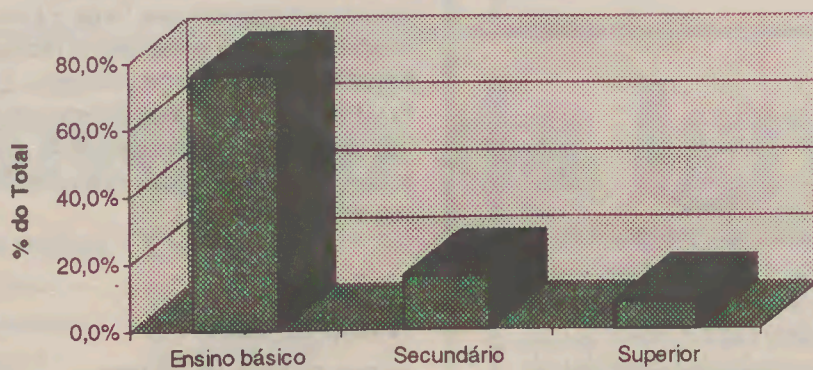
Mas o que fazem o patronato e o governo? A maioria do patronato procura, por todos os meios, dificultar a formação profissional contínua dos seus trabalhadores, porventura com medo que estes venham a reivindicar melhores salários. Recusam-se a conceder, à semelhança do que já sucede em muitos países da UE, um

Formação da decisão tomada num prazo máximo de 30 dias, o certo é que já se passaram mais de 2 meses desde que esses planos foram apresentados, e a formação profissional em Portugal co-financiada pelo FSE está praticamente paralisada, porque até a este momento não houve qualquer comunicação oficial das decisões tomadas, em clara violação da lei que este governo publicou. Por isso, à semelhança do que sucedeu em 1996, também metade deste ano já está praticamente perdido para a formação profissional. E os exemplos podiam-se multiplicar. Por exemplo, há mais de 4 anos que 11 comissões de certificação profissional estão a funcionar, sem produzir prati-

REPARTIÇÃO DO PESSOAL DAS EMPRESAS POR NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO, EM 1995



REPARTIÇÃO DO PESSOAL DAS EMPRESAS POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE EM 1995



Que faz o Governo para mudar esta situação?

Neste contexto, a formação profissional contínua dos trabalhadores torna-se um objectivo estratégico e urgente, muito mais importante que nos outros países da UE, face aos baixos níveis de escolaridade e de qualificação ainda existentes em Portugal. E é estratégico e urgente para alcançar taxas de desenvolvimento económico e social adequadas às necessidades do País, e como forma também de aumentar a competitividade da economia nacional, para poder enfrentar com êxito a concorrência externa acrescida.

crédito anual de horas para formação profissional, chegando mesmo ao absurdo de se recusarem a passar uma simples declaração de que a formação é de interesse para a empresa, quando os trabalhadores, abdicando das suas horas de descanso, pretendem fazer formação em horário pós-laboral. O Governo, e em particular este, embora faça grandes declarações sobre a importância e necessidade da formação profissional, em actos pouco faz para mudar a situação existente. Serve de exemplo o que está a suceder este ano com a aprovação dos planos de formação profissional. Apesar da lei estabelecer expressamente que o gestor do programa Pessoa, que é membro da comissão executiva do IEFP, é obrigado a informar as entidades que apresentaram Planos de

verno criou mais um, chamado INOFOR, para o qual já transferiu 1,5 milhões de contos. Mas até a esta data as entidades que realizam formação profissional em Portugal ainda não receberam qualquer apoio dele. Em suma, patronato e Governo parecem unidos em manter uma economia de baixos salários.

Face a toda esta realidade, é evidente que Portugal continua a precisar, mais de qualquer outro País da UE, dos fundos comunitários para aumentar a qualificação dos seus trabalhadores e o nível de competitividade da sua economia. Mas isso, embora seja uma condição necessária, não é suficiente, como se mostrou. Sem um Governo competente, esses fundos continuarão a ser mal utilizados ou subaproveitados.

camente nada. Com o actual governo, o panorama não se alterou. Por outro lado, como se não fossem suficientes os organismos oficiais dedicados à formação profissional, este Go-

Compreender para ajudar a transformar o mundo actual

O mundo actual coloca novos problemas à acção dos comunistas. É aliás, natural que assim seja. Em todas as épocas surgem sempre fenómenos novos. Para os comunistas, a passagem de um mundo bipolar para um mundo unipolar é um elemento-chave da actualidade que toca com toda a situação política nacional e internacional.

A arte de convencer dos comunistas assentava em dois grandes pilares, a saber:

a) o capitalismo é um sistema que se funda na exploração e na injustiça;

b) ergue-se um novo sistema baseado no fim da exploração e na justiça social.

Os militantes comunistas, e outros militantes de esquerda, tinham pois um bom suporte para ganhar adeptos, para convencer os outros da justeza das suas posições políticas e ideológicas.

A existência da URSS e de todo o vasto campo socialista constituía um exemplo absolutamente incontornável quanto à possibilidade de construir outra sociedade organizada noutros moldes. Assim a arte de convencer estava "facilitada". No combate à ineficácia do sistema de saúde ou do ensino, logo o militante criticava mais ou menos adequadamente o funcionamento dos hospitais e instituições de ensino, e dava depois o exemplo de outros países onde os povos beneficiavam de sistemas de saúde e educação gratuitos.

Face à praga do desemprego no capitalismo, logo vinha à mão o argumento do pleno emprego existente no socialismo.

No plano institucional, as coisas também eram mais claras. De um lado, a invasão do Vietname, a agressão a Cuba, as guerras coloniais; do outro lado a luta dos povos vítimas de agressões apoiadas pela URSS e o campo socialista.

No terreno da luta pelo desarmamento e pela paz, as opções eram, em termos gerais, também claras: de um lado as propostas de liquidar as armas nucleares feitas pela URSS, do outro lado as decisões armamentistas dos EUA. Esta realidade dava um enorme sustento à capacidade de argumentar dos militantes comunistas e de esquerda.

Acontece que, dos dois pilares em que se fundava a capacidade de convencer, um deles desapareceu de modo dramático. A URSS e os países socialistas da Europa volatilizaram-se e deixaram atrás de si em enorme rasto de desgraças que escondem grandes realizações.

O mundo mudou

O mundo mudou. Os corifeus do capitalismo lançaram uma campanha tremenda e avassaladora tendo como pano de fundo a vitória para todo o sempre do capitalismo.

Entretanto, como se começa a ver, o mundo não ficou mais justo, bem pelo contrário. Só que muitos dos elementos referenciais de intervenção perderam-se e o quadro das lutas sociais de libertação tornou-se muito mais complexo. Os comunistas enfrentam também as suas próprias dificuldades de sair de um sistema no qual se moviam bem para um outro muitas das referências que usavam e em que quase tudo é preciso começar de novo.

As lutas dos povos na actualidade inserem-se na mesma luta geral de emancipação que varre todo o século. O problema é que nem sempre são

imediatamente visíveis e seguros os sinais da perspectiva dessa luta. E essa situação inibe a compreensão e por consequência o apoio. Ora é essa situação que é preciso mudar.

O facto de se ter operado uma tão grande modificação na correlação de forças à escala mundial, não significa de modo algum que os povos deixaram de poder lutar com êxito. Mas significa que é preciso ter em conta a todos os níveis esta nova situação.

Tomemos no concreto da luta do povo palestino as negociações com Israel.

Não são seguramente o único modo de luta, mas são um modo de luta. E cabendo à direcção palestina combinar os diferentes modos de luta, cabe-nos a nós apoiar a luta da OLP e do povo palestino pela libertação dos territórios palestinos ocupados depois de 1967 e pelo reconhecimento do Estado Palestino independente.

Se num quadro de forças muito mais favorável a Israel e aos EUA, a solidariedade internacional abrandar, mais facilitará a tarefa de Netanyahu e Clinton. É claro que o novo na actuação situação política do Médio Oriente é que para além de ter desaparecido a URSS, nem sempre certos passos palestinos infundem a confiança das forças de esquerda e dos militantes comunistas. Mas permanece intacta a necessidade da criação de um estado palestino independente, do apoio à luta heróica do povo palestino, e a necessidade inultrapassável de condenar a política de Israel e dos EUA que, contra tudo e todos, querem impor na região o seu dictat.

Falamos do Médio Oriente como podemos falar da necessidade imperiosa da luta contra a militarização da Europa e do mundo, contra a corrida aos armamentos, sobretudo nucleares.

Se não formos capazes de explicar o mundo, não somos capazes de o transformar. Ora aqui é que bate o ponto. O mundo actual não fechou as possibilidades aos comunistas de agirem sobre ele e de ganharem apoiantes. Paradoxalmente, aumentou a discriminação, mas também se vão tornando claras as

tremendas injustiças das políticas neoliberais. O que é preciso é elevar a preparação para a intervenção na sociedade, mesmo partindo do pressuposto que a opinião comunista é clara e injustamente discriminada.

Neste contexto, a acção junto das pessoas, a começar pelas que trabalham, assume uma acrescida valorização. É a elas que nos temos que dirigir levando o decisivo nesta batalha, a capacidade e a preparação para convencer. Só que para convencer é necessário estar convencido. E estando convencido das ideias, estando preparado para as defender, o terreno que os comunistas têm pela frente, tanto no plano interno, como no plano internacional, permite ganhar novos apoiantes para as propostas do PCP. Mas é preciso ter em conta a desesperança e a destruição de valores que o neoliberalismo provocou.

Há cansaço nas pessoas. Há desemprego. Há também uma certa adaptação comodista à bipolarização em torno do PS e do PDS. Apesar de tudo isto, é possível, e até inevitável, que, face à actual política do governo, se venham a mobilizar os trabalhadores e outros cidadãos.

O outro pilar em que assentava a arte de convencer mantém-se intacto. O capitalismo continua a ser um sistema profundamente injusto. Basta olhar para o mundo e ver.

Tomemos o exemplo da ditadura aberrante de Mobutu. O facto de pouco se conhecer da Aliança das Forças Democráticas do Congo, não pode ser inibitório do apoio à luta libertadora do povo zairense contra a vil e corrupta ditadura de Mobutu apoiada pela França e pelo Ocidente "democráticos". Serve o mesmo para a luta do povo maubere, porque exactamente os elementos que combatem os ocupantes indonésios pertencem a quadrantes político-religiosos muito diversos e em certos aspectos contraditórios.

Uma situação nova

É, pois, uma nova e complexa situação internacional que exige, no plano das ideias, uma muito maior flexibilidade aliada à firmeza de posições contra os arquitectos da nova ordem mundial.

Estamos neste mundo. É este mundo que queremos transformar e com gente deste mundo, com os povos e os trabalhadores que sofrem a exploração capitalista, que por ela são discriminados, que com ela não se identificam, antes são mutilados pelas injustiças que encerra essa exploração.

Têm os comunistas o dever de reforçar a sua participação nessa transformação. Tudo o que se passa no mundo, passa-se na nossa casa. Cada vez mais. A nossa força advirá do programa e das ideias que temos e da arte de convencer-mos que elas são as melhores, que até são.

É para isso que temos de estar melhor preparados. Para convencer. É a grande batalha. Quem poderá negar a importância para a juventude das grandes causas libertadoras? Acaso os jovens, os homens e as mulheres ficam indiferentes à brutalidade da política israelita de demolir o prédio onde viviam os familiares de um alegado kamikaze palestino? Acaso a Humanidade passou a ficar indiferente à sorte dos indefesos albaneses que um barco de guerra italiano afundou? Acaso é indiferente para todos nós que no Zaire esteja no poder um dos homens mais corruptos do mundo ou um governo patriótico? Acaso o alargamento da NATO diz apenas respeito a Clinton e a Ieltsin? Ou não estão os países e os povos da Europa mais ou menos envolvidos? E quantas mais perguntas poderiam formular sabendo que a resposta só pode ser afirmativa...

Cabe-nos compreender o mundo actual, abandonar arquétipos de raciocínios que não correspondem à realidade e partir ao combate pelas grandes causas que têm animado os povos, a paz, a liberdade, o progresso social, a solidariedade e o socialismo. Devemos ter mais inquietação e uma crescente insatisfação para compreensão o que em torno de nós se passa. Por todo o mundo erguem-se lutas mais ou menos organizadas, mais ou menos espontâneas, inéditas, imprevistas contra a "nova ordem". É necessário estar de vigia e saber apoiá-las. A solidariedade e a luta pela paz e pelo desarmamento são valores preciosos pelos quais os comunistas norteiam a sua acção.



O Monteiro caloteiro

Manuel Monteiro anda há anos a iludir o pagode com discursos sobre a honestidade, de que se arma em dono exclusivo. Toda a gente está farta de o ouvir, brandindo o dedinho como quem maneja um cutelo, a degolar a «política dos tachos» que afecta toda a gente menos a ele próprio, evidentemente. Sem noção do ridículo nem ponta de vergonha, a tática do rapaz para caçar votos tem consistido em acusar tudo e todos (sem contudo se atrever a nomear alguém) de serem «corruptos», chamando a si a gloriosa missão de «devolver a verdade à política».

Como pela boca morre o peixe, a «verdade» do honesto rapaz começou a descobrir-se quando o monopolista Champalimaud se fartou das suas prosápias e lhe exigiu cruamente a devolução dos milhares de contos com que lhe financiara as campanhas eleitorais, desaire que Monteiro lá atrapalhou como pôde, nomeadamente metendo por uns tempos a viola da «honestidade» no saco.

Agora a coisa está mais próxima do próprio Monteiro e vem de uma entidade bastante mais afastada do aparacionamento com

que a direita revanchista cá do burgo tem acarinhado este líder de aviário.

Desta vez foi o Parlamento Europeu - nem mais nem menos - que acusou Manuel Monteiro de dever a este organismo comunitário cerca de 300 contos desde Outubro de 1995. Trata-se de uma dívida feita pelo presidente do PP quando este não reembolsou o PE com cerca de 300 contos que recebera a mais para cobrir as suas despesas enquanto eurodeputado. Como o ético Monteiro não pôs os pés no PE em mais de 50% das sessões para as quais lhe estavam a pagar despesas, o resultado foi um calote de 300 contos.

O escândalo foi despoletado pelo *Independente* o mês passado, na sequência da denúncia feita pelo deputado comunista Sérgio Ribeiro - membro do colégio de questores do PE que está a tratar do assunto - o que levou Monteiro a apresentar apressadamente a fotocópia de um cheque com o qual, dizia, havia satisfeito a dívida.

Como mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo, verificou-se que o tal cheque fora enviado à pressa após a denúncia e, mesmo assim, chegando ao destino bastante depois de a sua fotocópia ter sido exibida. Só que, para o PE, a questão não está

PONTOS CARDEAIS

ainda resolvida. Monteiro demorou ano e meio a regularizar a situação e, em todo esse tempo, nem se dignou a responder às três cartas que lhe foram enviadas pelo PE, a última com aviso de recepção, datada de Julho de 1996. Para o PE continua a haver um problema político nesta questão, nomeadamente nos factos de um ex-deputado que passou pelo Parlamento Europeu sem assistir às reuniões que o seu cargo exigia, acrescentado do escândalo de ter recebido dinheiro indevidamente sem reembolso nem, sequer, responder às cartas que lhe foram enviadas por esta alta instância comunitária.

Além de demagogo sem vergonha, Monteiro vai agora mais ao fundo: revela-se um caloteiro rasca.

Portugueses agredidos por neonazis alemães

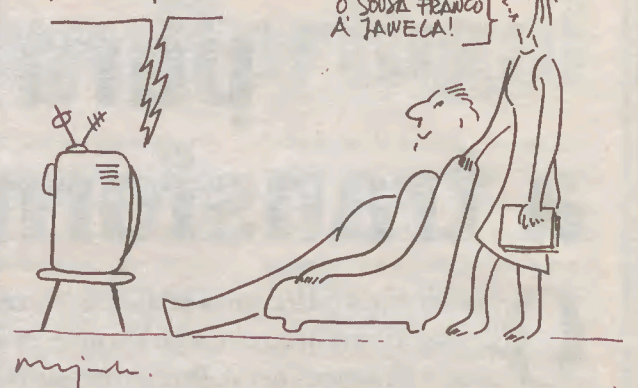
Mais ou menos ao mesmo tempo em que um tribunal do

Porto absolvía um grupo de neonazis, que em 1989 espancaram e lançaram à via férrea um jovem negro, um grupo de três portugueses foi há dias espancado em Berlim, também por um bando de neonazis.

No caso do Porto, a absolvição dos criminosos deveu-se à falta de provas, que se diluíram nos longos anos que o processo demorou a chegar à barra dos tribunais. Quanto aos agressores neonazis alemães que agrediram os portugueses, foram capturados poucas horas depois pela polícia alemã, aguardando-se agora a celeridade da justiça germânica em os levar a tribunal.

O signifiante destes dois episódios não está no destino que tiveram em tribunal, até porque não se sabe o desfecho do caso da justiça alemã, aliás demasiado pródiga em branquear ou ser benevolente com estes crimes e criminosos. O que há a reter é a raiz comum de ambas as barbáries: em Portugal, o ódio destes homúnculos abateu-se sobre negros; na Alemanha, os «negros» alvo da sanha neonazi

A FEIRA DO LIVRO DE LISBOA VAI VOLTAR AO PARQUE...



passaram a ser os portugueses. Na realidade, o racismo não tem gradações: move-se apenas em quadros de bestialidade, onde quer que se manifeste.

Novo ataque às pescas

Sob a justificação de que é necessário preservar as reservas, a Comunidade Europeia prepara-se para impor aos países membros novas restrições no esforço de pesca da sardinha e da pescada, por sinal duas espécies que estão no topo da actividade piscatória portuguesa, para além de serem dois peixes profundamente enraizados na dieta lusitana.

Boa... Assim já posso comprar um livro... UH GELADO SENTAR-ME NA RELVA, OLHAR PARA CIMA, SEM VÊR O SOUZA FRANCO A FAZELCA!

A Inglaterra já regouga que não vai acatar quaisquer restrições, não porque a sua frota pesqueira viva da captura da sardinha e da pescada (está-se, aliás, nas tintas para ela), mas porque negociou com países terceiros a concessão das suas quotas.

Quanto às autoridades portuguesas, alinhando no espírito do «bom aluno» deixado pelo cavaquismo, limitam-se a «tranquilizar» o País com a promessa de que não haverá «mais abates de barcos» (pudera! excederam-se a abatê-los em anos anteriores...), mas apenas um «eventual» aumento de preços no consumidor. Ah, grandes patriotas!

PONTOS NATURAIS

Actualidade

Mário Castrius

Os Ratos

As pedras da aldeia ficaram tristes e as folhas menos verdes. Senhor, onde está o sino que te anunciava? Os ratos ocuparam todo o território sobem às árvores até lá acima para roer a última bolota.

Consta que os ratos têm um projecto para tornar a região independente.

Justiça e Voltagem

Nos Estados Unidos diz a televisão voltou a funcionar a cadeira eléctrica. Negro, pobre, cometeu vários crimes. Pronto, a justiça funciona. Justiça igual para todos.

No entanto, Paul Lowsand medita no mistério de nunca ter morrido na cadeira um homem rico - Será porque - pergunta - todos os ricos estão acima de qualquer voltagem?

Deve ser isso ou então, simplesmente, um mero acaso.

Ao menos

- Maria, do teu salário depende a renda da casa. Que faremos, se a empresa fechar?
- Não penses nisso agora.
- Para aqui estou. Não me apetece nada. Lembras-te quando casámos?
Apetecia-me sempre e a qualquer hora.
- Vá, não digas tolices. Dorme, sim?
- Se ao menos pudesse dormir...

Notícia

Queremos fechar a porta do futuro e tudo nos recusam. Tudo, não. Brevemente estreia outra telenovela.

O Que Vale e Um Aval

Diz o ministro que sustentar a UGT favorece o interesse do Estado em múltiplas funções. De facto, assim saem baratíssimas as concertações.

Neste momento, no descampado há um corpo enforcado a balouçar ao vento.



AGENDA

Assembleias, plenários e reuniões

Reunião conjunta da DORBA e da DORVIR para análise e debate de problemas comuns à Região de Trás-os-Montes e Alto Douro: dia 19 a partir das 15h, no CT do PCP de Bragança, com a participação de António Lopes.

Cascais - VII Assembleia da Organização Concelhia - dia 20, a partir das 10h, no GIMBRE, Rebelva/Carcavelos, com a participação do camarada José Casanova.

Cantanhede - 1ª Assembleia da Organização Concelhia - Sábado, 19, às 19h, no Restaurante "O Verdadeiro Pingão", em Ançã. Jantar-convívio às 20h. Participa Jorge Gouveia Monteiro.

Lisboa - Assembleia da Organização de Freguesia de Campolide - Sábado, 19, às

15h, na Junta de Freguesia (R. de Campolide, 24), com a participação de Luís Fernandes. - Plenário de militantes das freguesias de Alto do Pina (dia 19 às 15h, na Al. Afonso Henriques, 72, 2ª), de S. João (dia 19 às 15h, na JF de S. João) e de Anjos (dia 19, às 15h, no CT Vitória).

Mafra - Plenário concelhio de militantes: dia 22 às 21h30, no Centro de Trabalho local.

Setúbal - Reunião de militantes da freg. de S. Sebastião: hoje, dia 17, no Edifício Arrábida.

Sintra - Plenário de camaradas Reformados de Queluz, com a participação de Jaime Félix: dia 18 às 15h, no CT do PCP de Queluz. - Plenário de militantes das fregs. de Sta. Maria/S. Miguel e S. Martinho: hoje, dia 17, às 21h30, no CT de Sintra.



Lisboa, Hotel Altis,

19 de Abril de 1997, das 10 às 18h

Intervenção de
Carlos Carvalhas
na sessão de encerramento

Gouveia

Debate com
a participação de
Sérgio Ribeiro
na Biblioteca Municipal,
dia 18 às 21h30

Barreiro

Debate com
a participação de
Honório Novo
na Biblioteca Municipal,
dia 17 às 21h30

Não
à Moeda Única!
Sim
ao Referendo!

Junta-te a nós!

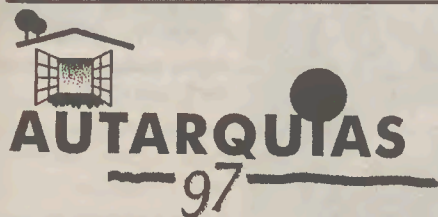


**VIII Conferência
Nacional
do Ensino Superior
da JCP**

Lisboa, ISCTE, 19 e 20 de Abril

**VI Encontro
Nacional
do Ensino Secundário
da JCP**

Lisboa, ISCTE, 19 de Abril



CDU
é obra!

Lisboa, 21 de Abril às 19h

Encontro-convívio de eleitos e apoiantes da CDU
no Pátio Alfacinha,
seguido de jantar-volante,

promovido pela Coordenadora Distrital de Lisboa da CDU.
Estarão presentes Independentes,
representantes de Os Verdes, ID, PCP, e nomeadamente
Carlos Carvalhas

Jantar-convívio da CDU no Barreiro

(Quinta do Porto de Ramagem, na EN entre Coia e Palhais)
com a presença dos cabeças de listas da CDU no concelho
e de **Carlos Carvalhas**
Terça-feira, 22, às 20h

**Jornada de convívio
da Juventude CDU / Oeiras**

com Arnaldo Pereira, candidato à CM
Venda de livros - Concerto - Bar
Dia 20 a partir das 15h
Palácio Ribamar - Algés

BORBA - Apresentação pública das candidaturas da CDU à CM e AM, com a participação de Luís Sá: dia 20 às 11h no Mercado Municipal.

GRÂNDOLA - Apresentação pública dos candidatos à AM e CM: hoje, dia 17, às 19h, no Rest. "A Chaminé", com a participação de Luís Sá.

MOITA - Apresentação pública dos candidatos à CM e AM: dia 18, às 18h, no Clube do Rio, Parque José Afonso - Baixa da Banheira.

PORTALEGRE - Apresentação da candidatura de Joaquim Miranda à CM: Rest. "O Abrigo", dia 18, às 17h.

SILVES - Apresentação do candidato à CM: dia 18, às 17h, na Fissul.

LOURES - Apresentação pública do cabeça de lista da CDU à freguesia de Loures e debate sobre o desenvolvimento da freguesia, com Maria do Carmo Pombinho, presidente da JF, e o vereador Francisco Pereira. - Encontro de Demétrio Alves com os trabalhadores do Município: dia 22 às 18h, no Refeitório Municipal.

ALCABIDECHE - Apresentação pública do candidato à presidência da JF, com a participação de Carlos Rabaçal: dia 19 às 16h, na Sala do Montepio.

PÓVOA DE SANTO ADRIÃO - Apresentação pública da lista de candidatos à AF: dia 19 às 17h, no Centro de Dia da 3ª Idade.

ALHANDRA - Apresentação pública do candidato à presidência da JF: dia 19 às 17h30, no Jardim Coreto.

SOBRALINHO - Apresentação pública do candidato à presidência da JF: dia 20 às 16h, no Centro de Convívio Alvaro Pinheiro.

Almada - Debate sobre «Movimento Associativo, Desenvolvimento, Participação»: dia 18, às 21h30, no auditório do Complexo Municipal de Desportos. CDU presta Contas na freguesia de Sobreda: dia 19 a partir das 9h30.

Vila Franca de Xira - Forum CDU - Debates sobre Ordenamento e Urbanismo (dia 17 às 21h, no Pav. Municipal Forte da Casa) e sobre Movimento Associativo (dia 22 às 21h30, no União Desportiva e Columbófila de A-dos-Loucos).

Cadaval - Reunião de activistas e apoiantes da CDU sobre as eleições autárquicas: dia 18 às 21h, na JF do Cadaval.

Lourinhã - Reunião de activistas e apoiantes da CDU sobre as eleições autárquicas: dia 19 às 21h, em casa de José António, no Reguengo Grande, com a participação de Adelaide Alves.

Sintra - Sessão-debate da CDU com os trabalhadores da CM e SMAS: na Palácio Valenças, dia 17 às 17h30, com a participação dos vereadores da CDU.

SOLIDARIEDADE COM O MOVIMENTO DOS SEM TERRA DO BRASIL

Centradas na exposição "Terra" - fotos de Sebastião Salgado, de quem hoje mesmo é lançado o álbum do mesmo nome sobre os Sem Terra do Brasil - realizam-se nos próximos dias iniciativas de solidariedade com aquele Movimento. Em Lisboa, onde a exposição está, aliás, patente ao público desde o dia 10 no Centro de Trabalho

Vitória, e esta semana também no Porto e em Coimbra. No Ateneu Comercial do Porto a exposição abre hoje às 17h e no próximo sábado, às 21 e 30, tem lugar no mesmo local uma conferência-debate com a participação de José Saramago, Carlos Amaro e Oliveira Batista, entre outros; no sábado, em Coimbra

e simultaneamente com a abertura da exposição, as mesmas personalidades e ainda o Prof. Jaime Ferreira intervêm numa sessão pública de solidariedade que se realiza na Casa Municipal da Cultura a partir das 16h.

Organizações do PCP e Comissões da CDU de todo o País associam-se às comemorações do 25 de Abril participando nos actos promovidos por autarquias e associações e tomando também a iniciativa de organizar convívios, abertos a todos os defensores da liberdade. Damos aqui conta dos que nos chegaram com pedido de divulgação:

Lisboa

- Jantar-convívio do Sector de Transportes de Lisboa - Dia 18 às 20h no CT Vitória
- Almoço no Centro de Trabalho do Beato - Dia 19 às 13h

- Almoço na Feira Popular (restaurante "O Imperador dos Frangos") promovido pelas Orgs. das freguesias de Alvalade, Campo Grande, Fátima, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião do Pedreira - Dia 27 às 13h

- Jantar no restaurante "A Valenciana" (Alto de Campolide), com Vítor Dias - Dia 24 às 20h

Porto

- Jantar no "Restaurante Maria Luísa" (Parada de Todeia, Paredes), com Gen. Vasco Gonçalves e Cristiano Ribeiro - Dia 19 às 20h
- Jantar no restaurante "Jotobel" (Matosinhos) com Jerónimo de Sousa

25 de Abril



Tramagal

- Almoço no restaurante "O Barraqueiro", com José Casanova - Dia 25 às 13h

Barquinha

- Almoço no restaurante "A Palmeira", com Vítor Dias - Dia 25 às 13h

Figueira da Foz

- Almoço no restaurante "O Tubarão", com Sérgio Teixeira - Dia 25 às 13h

**Terça-feira,
dia 22,
das 10 às 12h**

**CARLOS
CARVALHAS**

no FORUM TSF

**O PCP
e o desporto
na cidade
de Lisboa**

18 Abril - 21h

- Casa do Alentejo
com a participação de Luís Sá

**Debate
no Porto
A REVISÃO
CONSTITUCIONAL
E O ACORDO PS/PSD**

Sexta-feira, 18, às 21h30,
no Hotel Tuela
com a participação de antigos
e actuais deputados
pelo Porto na AR

**Debate
em Lisboa**

promovido pela
Org. Novos Quadros
**AMBIENTE
E DESENVOLVIMENTO**
Terça-feira, 22, às 20h,
no CT Vitória

Setúbal

Forum Luisa Todi
- 20 de Abril
das 15 às 19h

**Encontro Distrital
de Mulheres**

promovido
pela URAP

e José Cavalheiro - Dia 18 às 20h

- Jantar no restaurante "Os Marujos" (R. Paulo Barreto, Póvoa de Varzim), com Joaquim Cancela - Dia 18 às 20h

Setúbal

- Jantar / Encontro de Democratas no restaurante "O Quintal" - Dia 24 às 20h

Feijó

- Almoço na Soc. Recreativa Estrelas do Feijó - Dia 20 às 13h

Sobreda

- Almoço na Quinta de S. Pedro - Dia 19 às 13h

TELEVISÃO

Quinta, 17

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.10 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Carmen
- 14.30 O Campeão
- 15.25 Selecção RTP
- 16.20 Nós, os Ricos
- 17.00 Notícias
- 17.10 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal

Sexta, 18

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.15 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Olho Clínico
- 14.15 Carmen
- 15.00 O Campeão
- 15.55 Os Principais
- 17.00 Notícias
- 17.10 Canal Aberto
- 18.00 100% Natural
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Filhos do Vento

Sábado, 19

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.10 Futebol: Liverpool-Manchester
- 13.10 Jornal da Tarde
- 13.40 Top +
- 14.45 Jornal Jovem
- 15.30 2001
- 16.00 Amores e Rebelião
- 17.00 As Aventuras de Tarzan
- 17.40 Emoções Fortes
- 18.20 Super Bébés
- 18.55 Há Horas Felizes
- 20.00 Telejornal
- 20.50 Meu Querido Avô
- 21.25 Futebol: Gil Vicente-Sporting

Domingo, 20

RTP 1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 12.00 Sem Limites
- 12.30 Repórteres da Terra
- 12.40 Motociclismo
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.40 Made in Portugal
- 14.40 Alta Voltagem
- 15.15 86-60-86
- 15.50 As Aventuras de Tarzan
- 16.45 Ilusões
- 18.00 O Regresso dos Marretas
- 18.30 Casa Cheia
- 19.20 Jet 7
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Casa de Artistas
- 22.00 Filhos do Vento

Segunda, 21

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Carmen
- 14.45 O Campeão
- 15.45 Selecção RTP
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.10 100% Natural
- 19.00 País País
- 19.30 País Regiões
- 20.00 Telejornal
- 21.00 Canções da Eurovisão

Terça, 22

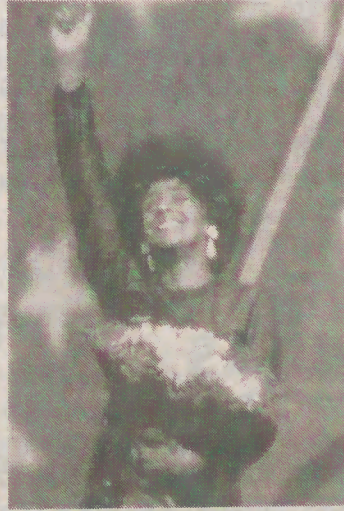
RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Carmen
- 14.25 O Campeão
- 15.20 Selecção RTP
- 16.25 Jet 7
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.05 100% Natural
- 19.00 País País
- 19.40 País Regiões
- 20.00 Telejornal

Quarta, 23

RTP 1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 António Alves, Taxista
- 11.00 Praça da Alegria
- 11.30 Culinária
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 Carmen
- 15.00 O Campeão
- 15.50 Queridas e Maduras
- 16.20 Isto Só Vídeo
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.00 País, País
- 18.30 País, Regiões
- 19.25 Futebol (Liga dos Campeões)



100% Natural: todas as tardes na RTP1

«Final Europeia» do Chuva de Estrelas, domingo na SIC

Mesmo na telenovela, a repressão contra os Sem Terra val fazer mais uma vítima, «Regino»

- 23.30 Segredos na Escuridão
- 00.30 24 Horas
- 01.05 Jogo a Três Mãos (de Ron Shelton, EUA/1988, com Kevin Costner, Susan Sarandon, Tim Robbins, Trey Wilson. Ver Destaque)
- 03.00 O Arco-Íris Negro (de Mike Hodges, Gr.Br./1989, com Rosanna Arquette, Jason Robards, Tom Hulce, Mark Joy. Ver Destaque)

RTP 2

- 09.00 Universidade Aberta
- 12.00 Sem Fronteiras
- 12.30 Vida por Vida
- 12.35 Prazer de Criar
- 13.00 O Mundo Natural no Japão
- 13.30 Mesa à Portuguesa
- 14.00 Parlamento
- 14.55 Desporto 2
- 18.00 Sinais do Tempo
- 19.00 Onda Curta: «Miragem» (de Michael Wyn, Co-Prod./1990, com Trevor Eve, Clementine Celarie, Philippe Morier. Curta-Metragem)
- 19.30 Dinheiro Vivo
- 20.05 Foyer - «O Século do Cinema» (XIII)
- 21.00 Semana ao Sábado
- 22.00 O Lugar da História
- 23.00 Viver a Sua Vida (de Jean-Luc Godard, Fr./1962, com Anna Karina, Sady Rebbot, André S. Labarthe, Guylaine Schlumberger. Ver Destaque)
- 00.40 Sinfonias de Mahler - 5ª Sinfonia

SIC

- 08.30 Buéréré
- 12.00 O Nosso Mundo
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Milhões
- 14.10 Passo a Passo
- 15.00 Hércules
- 16.00 Raven
- 16.50 Walker
- 18.00 Uma Mulher dos Diabos (de Penny Marshall, EUA/1985, com Whoopi Goldberg, Stephen Collins, John Wood. Comédia)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Clube VIP
- 21.20 Salsa e Merengue
- 22.20 Big Show Sic
- 01.45 Último Jornal
- 02.05 Viver e Amar em Los Angeles (de Mick Jackson, EUA/1991, com Steve Martin, Victoria Tenant, Richard E. Grant. Ver Destaque).

TVI

- 09.30 Animação
- 11.30 Novos Ventos
- 12.35 Estrelas da Acção
- 13.30 Contra-Ataque
- 15.10 Animação
- 15.20 Guerreiro do Tempo
- 17.15 Adultos à Força
- 18.15 Competente e Descarada
- 18.45 Lar, Louco Lar
- 19.25 Futebol (Liga Espanhola)
- 21.20 Telejornal
- 22.00 Comando de Operações (de Gary Nelson, EUA/198, com Jack Warden, Bonnie Bartlett, Gregg Henry. Policial)
- 23.50 Notícias
- 00.05 O Estado das Coisas (de Wim Wnders, RFA/1982, com Isabelle Weingarten, Rebecca Pauly, Roger Corman, Samuel Fuller. Ver Destaque)

- 23.00 Domingo Desportivo
- 01.00 24 Horas
- 01.35 LA - Policia em Acção
- 02.30 Máquinas

RTP 2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.55 Ciência e Tecnologia
- 12.15 Documentário
- 12.45 Máquinas
- 13.15 Desporto 2
- 18.00 Domingo à Tarde (de António de Macedo, Port./1966, com Isabel de Castro, Rui de Carvalho, Isabel Ruth, Alexandre Passos, Cremilda Gil. Ver Destaque)
- 19.30 Bom Bordo
- 20.05 Artes e Letras - «Grandes Escritores do Séc. XX» (I)
- 21.05 «The Politician's Wife»
- 22.10 Horizontes da Memória
- 22.45 Teatro: «O Sr. Portugal em Tokushima»
- 00.45 Vidas do Século: «Hitler's Henchmen» (IV)

SIC

- 08.30 Buéréré
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 Internacional SIC
- 14.15 Assuntos de Família
- 15.10 Xena, a Princesa Guerreira
- 16.10 A Balada de Nova Iorque
- 17.00 Os Imortais
- 18.10 Perry Mason: Um Caso de Pele (de Christian L. Nyby II, EUA/1992, com Raymond Burr, Barbara Dale. Telefilme Policial)
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Chuva de Estrelas - Final Europeia
- 22.15 Salsa e Merengue
- 23.15 Wall Street (de Oliver Stone, EUA/1987, com Charlie Sheen, Michael Douglas, Daryl Hannah, Martin Sheen, Terence Stamp. Ver Destaque)
- 01.35 Último Jornal
- 01.55 João Soares
- 02.25 Portugal Radical

TVI

- 09.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.10 Missa
- 13.00 Notícias
- 13.20 Portugal Português
- 14.30 Cousteau: A Odisseia
- 15.35 A Armadilha do Diamante (de Don Taylor, EUA/1988, com Howard Hesseman, Brooke Shields, Darren McGavin. Telefilme)
- 17.15 O Céu Como Horizonte
- 18.15 Futebol (Liga Espanhola)
- 20.15 Telejornal
- 21.00 Futebol (Campeonato Italiano)
- 22.45 Profiler
- 23.45 Horizonte Perdido (de Frank Capra, EUA/1937, com Ronald Colman, Jane Wyatt, John Howard, Margo e Thomas Mitchell)
- 01.35 Notícias

- 21.15 Nós, os Ricos
- 21.50 Filhos do Vento
- 22.45 Maria Elisa
- 00.30 24 Horas
- 01.15 Horizontes da Memória

RTP 2

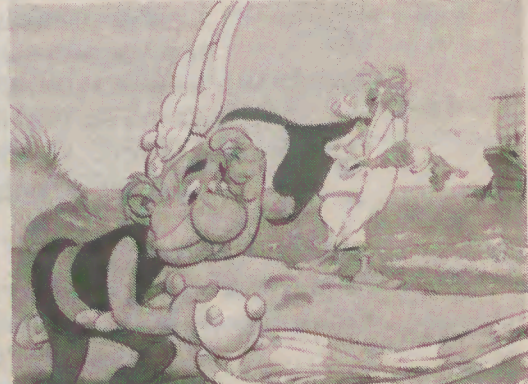
- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 19.00 Universidade Aberta
- 19.30 Encontros Imediatos
- 20.00 O Agente Secreto
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.30 Murphy Brown
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Os 39 Degraus (de Alfred Hitchcock, EUA/1935, com Madeleine Carroll, Robert Donat, Lucie Mannheim, Peggy Aschcroft. Ver Destaque)
- 00.30 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.40 Os Donos do Jogo
- 14.40 Portugal Radical
- 14.55 Walker
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.50 Ponto de Encontro
- 22.50 A Assassina (de John Badham, EUA/1993, com Bridget Fonda, Gabriel Byrne, Dermot Mulroney, Miguel Ferrer. «Thriller»)
- 00.55 Último Jornal
- 01.15 Conversas Secretas
- 02.35 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.45 O Barco do Amor
- 16.30 Christy
- 17.15 Um Dia a Casa Cai
- 17.50 SOS Urgências
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.10 Em Resumo (Desporto)
- 21.50 Os Mistérios de Bill Cosby
- 22.45 PSI Factor
- 23.40 Fora de Jogo
- 23.50 TVI Jornal
- 00.25 A Balada de Hill Street



Para as crianças, nem tudo o que é desenhos animados vem do Japão...

- 21.15 Isto Só Vídeo
- 21.50 Filhos do Vento
- 22.30 Herman Enciclopédia
- 23.35 Anúncios de Graça
- 00.05 24 Horas
- 00.50 Grandes Nomes

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 17.00 Infantil
- 19.00 Rotações
- 19.25 Hóquei em Patins: Porto-Benfica
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Rebecca (de Alfred Hitchcock, EUA/1940, com Laurence Olivier, Joan Fontaine, George Sanders, Judith Anderson, Nigel Bruce. Ver Destaque)
- 00.15 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.40 Os Donos do Jogo
- 14.40 Portugal Radical
- 14.55 Walker
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Era Uma Vez...
- 21.50 O Rei do Gado
- 23.15 Esta Semana
- 00.20 Último Jornal
- 00.40 Escrita em Dia
- 01.50 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.45 O Barco do Amor
- 16.30 Christy
- 17.15 Um Dia a Casa Cai
- 17.55 SOS Urgências
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.05 Jornal do Mundo
- 22.00 Aventura no Gelo (de Zale Dalen, EUA/1990, com Matt Le Blanc, Ocean Hellman, Emily Perkins. Telefilme Dramático)
- 00.15 TVI Jornal
- 00.50 A Balada de Hill Street

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.15 Infantil
- 19.15 Caderno Diário
- 19.35 Encontros Imediatos
- 20.00 Bâton no Colarinho
- 21.00 Acontece
- 21.15 Os Simpsons
- 21.45 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 A Casa Encantada (de Alfred Hitchcock, EUA/1945, com Ingrid Bergman, Gregory Peck, Jean Acker, Donald Curtis, Rhonda Fleming. Ver Destaque)
- 00.55 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.40 Os Donos do Jogo
- 14.40 Portugal Radical
- 14.55 Walker
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 O Rei do Gado
- 22.30 Cadeira do Poder
- 23.40 A Noite da Má-Língua
- 00.50 Último Jornal
- 01.15 Toda a Verdade
- 02.30 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.45 O Barco do Amor
- 16.30 Christy
- 17.15 Um Dia a Casa Cai
- 17.50 SOS Urgências
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.05 Melrose Place
- 22.00 O Grito da Montanha (de Werner Herzog, Alemanha/1992, com Vittorio Mezzogiorno, Mathilda May, Stefan Glowacz. Drama)
- 00.15 Desporto
- 01.10 TVI Jornal
- 01.35 A Balada de Hill Street

«Estrelas da acção» - elas e os seus fabulosos duplos - ao sábado à hora do almoço na TVI

- 21.00 Enviado Especial
- 21.35 Lelé e Zequinha
- 22.10 Filhos do Vento
- 23.05 Polícias
- 00.05 24 Horas
- 00.35 RTP/Financial Times
- 00.50 Olho Vivo
- 01.20 Bom Bordo

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.50 Euronews
- 17.00 Infantil
- 19.10 Caderno Diário
- 19.30 Encontros Imediatos
- 20.00 Reviver o Passado em Brideshead
- 21.00 Acontece
- 21.15 Remate
- 21.25 O Jogo da Vida
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 O Lobo do Mar (de Michael Anderson, EUA/1993, com Charles Bronson, Christopher Reeve, Catherine Mary Stewart. Telefilme Dramático)
- 00.30 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.40 As Receitas do Dia
- 12.15 Tocaia Grande
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.40 Portugal Radical
- 14.55 Walker
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 As Aventuras de Camilo
- 21.25 O Rei do Gado
- 22.25 Casos de Polícia
- 23.30 Viva a Liberdade
- 00.35 Último Jornal
- 00.55 Vida de Casal
- 01.55 Portugal Radical
- 02.15 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.00 7 Ponto 15
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.45 O Barco do Amor
- 16.30 Christy
- 17.25 Um Dia a Casa Cai
- 17.55 SOS Urgências
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.30 Futebol: Espanhol-Atlético de Madrid
- 22.15 Xica da Silva
- 23.10 Crime a Sangue Frio (de Kurt Anderson, EUA/1995, com Lysette Anthony, Chris Mulkey, Peter Dobson, Alin Thompson. Policial)
- 01.00 Fora de Jogo
- 01.15 TVI Jornal
- 01.55 A Balada de Hill Street

- 22.00 O Padrinho (de Francis Ford Coppola, EUA/1971, com Marlon Brando, Al Pacino, James Caan, Robert Duvall, Sterling Haden, Diane Keaton, Richard Conte. Ver Destaque)
- 01.20 24 Horas
- 02.05 Magacine
- 02.35 Semente de Destruição (de Faruque Ahmed, EUA/1993, com Jay Roberts, Denise Marie Duff, Sieve Blanchard. «Thriller» Fantástico)

RTP 2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.40 Euronews
- 17.00 Infantil
- 19.10 Caderno Diário
- 19.30 Encontros Imediatos
- 19.55 Os Vingadores
- 20.50 RTP/Financial Times
- 21.00 Acontece
- 21.15 Carolina na Cidade
- 21.45 Remate
- 22.00 Jornal 2
- 22.30 Revolta na Bounty (de Lewis Milestone, EUA/1962, com Marlon Brando, Trevor Howard, Richard Harris, Hugh Griffith. Drama)
- 01.30 Falatório

SIC

- 10.10 Buéréré
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Tocaia Grande
- 12.30 O Juiz Decide
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.40 Portugal Radical
- 14.55 Walker
- 16.00 Buéréré
- 18.00 De Corpo e Alma
- 18.50 Anjo de Mim
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Malucos do Riso
- 21.15 O Rei do Gado
- 22.15 Confissões
- 23.15 Os Donos da Bola
- 01.30 Último Jornal
- 01.50 Um Homem de Sorte
- 02.50 Portugal Radical
- 03.00 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.30 TVI Jornal
- 14.00 Laços de Amor
- 14.50 Dama de Rosa
- 15.45 O Barco do Amor
- 16.30 Christy
- 17.20 Um Dia a Casa Cai
- 17.55 SOS Urgências
- 19.00 7 Ponto 15
- 19.30 TVI Jornal
- 20.15 Xica da Silva
- 21.05 Melrose Place
- 22.00 Ficheiros Secretos
- 23.50 Maldição Implacável (de Michael Switzer, EUA/1991, com Nancy McKeon, Polly Bergen, Elpidia Carrillo. Terror)
- 01.55 TVI Jornal
- 02.30 A Balada de Hill Street

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

O Padrinho (Sexta, 22.00, RTP1)

No que parece configurar mais uma alteração de última hora à programação cinematográfica da RTP, esta convoca novamente para a semana corrente a projecção do primeiro episódio da saga *O Padrinho*, de **Francis Ford Coppola**, que tudo indicava estar prevista para há oito dias. Não podendo fazer mais do que remeter os nossos leitores para o texto aqui publicado na semana passada, recordemos apenas mais uma vez estarmos perante uma fabulosa peça de cinema em que o realizador nos dá, na encenação e montagem, os sinais audiovisuais da temática do *poder* e do meio em que ele é exercido. E fá-lo seja através da rigorosa composição dos planos (ocupando geralmente o seu *centro* a figura inabalável do «chefe»), seja na escala e iluminação dos mesmos (*grandes, próximos e americanos*, nas cenas rodadas em interiores, que representam a «segurança» e o recato de um meio que se domina; ou *médios e gerais*, nas cenas rodadas em exteriores, que representam o ambiente «inseguro» do mundo hostil), seja na brutal e impressionante «montagem paralela» entre as cenas da *matança* e do *baptismo*. Com interpretações antológicas de **Marlon Brando** ou **Al Pacino** e uma fotografia e uma partitura (respectivamente de **Gordon Willis** e **Nino Rota**) absolutamente magistrais, *O Padrinho*, agora a cumprir o seu 25º aniversário (!) continua a ser uma oferta imperdível.

Viver a Sua Vida (Sábado, 23.00, RTP2)

Uma caixa de uma discoteca tem uma ligação (já desinteressante e falha de chama) com um jornalista falhado e, necessitada de dinheiro para pagar o seu apartamento, aceita prostituir-se pela primeira vez com um desconhecido. Depois, o trajecto conhecido reconstitui-se: entregue por uma amiga às «orientações» de um chulo, torna-se uma «mulher da rua», é depois «revendida» a uma organização proxeneta rival e acaba por perecer durante uma refrega. Segundo **Godard**, o festejado realizador deste filme, esta delicada personagem feminina «dá o seu corpo mas conserva a sua alma, enquanto atravessa (como se de aparências se tratasse) uma série de aventuras que a fazem conhecer todos os profundos sentimentos humanos possíveis». Foi



Uma sequência famosa de «Os 39 Degraus», de Alfred Hitchcock

assim que o grande cineasta filmou nesta obra-prima, dividida numa série de doze quadros, «um pensamento em marcha, o interior de alguém, mas visto do exterior». Talvez a grande interpretação da vida de **Anna Karina**.

O Estado das Coisas (Sábado, 00.05, TVI)

Mais uma vez testemunhando a sua paixão pelo cinema norte-americano (mas não deixando de ser profundamente europeu, designadamente nos tempos e modos da movimentação dos corpos e na sua captação e devolução através da câmara) **Wim Wenders** inventa aqui uma história à volta da filmagem de um *remake* do filme *O Dia em Que o Mundo Acabou*, de **Roger Corman**, em que há um pouco de tudo: o filme dentro do filme, o individualismo dos membros de uma equipa deixada à solta quando as filmagens são interrompidas por falta de dinheiro - ou não se passasse tudo em meio de uma co-produção internacional, rodada em Portugal (!) - e, por fim, a morte dupla de realizador e produtor. Um filme extremamente interessante, virado para o interior do cinema, e cuja tese não deixa de ser preocupante: os tempos terão mudado e talvez já não haja lugar para a obra de arte.

Jogo a Três Mãos (Sábado, 01.05, RTP1)

É pelo menos estranho (para não dizer sintoma de incompetência) que a RTP, tendo ao longo dos anos descaracterizado e abandonado por completo as sessões madrugadoras dos finais de sábado, venha agora de vez em quando (como é o exemplo desta semana) projectar filmes cuja qualidade relativa, sem se ser muito exigente, pelo menos justificariam a sua reserva para período mais favorável do ponto de vista de audiência. Por exemplo, este *Jogo a Três Mãos* - uma comédia retomando a temática do *baseball* nos EUA, tão do agrado do público norte-americano -, traça o percurso das aventuras e desventuras de um jogador da segunda liga e tem, nos principais papéis, figuras de peso como **Kevin Costner** (no seu primeiro grande papel), **Tim Robbins** ou a espantosa **Susan Sarandon**, uma verdadeira fanática do jogo e não só, cuja divisa é esclarecedora: «nenhum jogador que tenha dormido comido deixou de ter contado esse ano como a melhor época da sua carreira»...

Viver e Amar em Los Angeles

(Sábado, 02.05, SIC)

É um problema (pelo menos para o escriba) conseguir achar um mínimo de piada a uma actor como **Steve Martin**. Mas como os gostos pessoais não são para aqui chamados, pode dizer-se que este filme parece capaz, segundo se diz, de provocar sorrisos e às vezes mesmo furtivas gargalhadas, ao acompanhar a história de um «manda-chuva» da TV que procura safar-se na vida. O escriba de serviço não viu o filme mas as referências consultadas, sem ser entusiásticas, admitem uma olhadela.

O Arco-Íris Negro (Sábado, 03.00, RTP1)

Colocar este «thriller» de alguma originalidade e qualidade às três da manhã é também demonstrar insensibilidade no acto de desperdiçar dinheiro público. Aqui, uma *medium* que ganha dinheiro em exhibições públicas dos seus «dotes» antevê um crime antes de ele ser cometido! Com **Rosanna Arquette**, **Jason Robards** e **Tom Hulce** nos principais papéis.

Domingo à Tarde (Domingo, 18.00, RTP2)

Baseado no conhecido romance homónimo de **Fernando Namora** e realizado por **António Macedo**, *Domingo à Tarde* cuida da paixão nascente entre um médico e uma doente em estado avançado de leucemia e é uma das primeiras obras do chamado Cinema Novo português de meados dos anos 60. Com **Rui de Carvalho**, **Isabel de Castro** e **Cremilda Gil**, entre outros, um filme a rever.

Wall Street (Domingo, 23.15, SIC)

«A questão, senhoras e senhores, é que a ambição - à falta de melhor palavra - é uma coisa boa. A ambição é uma coisa segura. A ambição funciona. A ambição clarifica, ultrapassa obstáculos e capta a essência do espírito evolutivo. A ambição, em todas as suas formas - pela vida, pelo dinheiro, pelo amor, pelo conhecimento -, marcou o caminho imparável do Homem. E a ambição - notem as minhas palavras - salvará não apenas a Teldar Paper mas essa outra empresa que funciona mal e que é os EUA.» Esta tirada sinistra - que, se não encerrasse referências que a tornam localizável, poderíamos atribuir a um qualquer gestor ou quadro político criado e alimentado pelo cavaquismo ou guterrismo lusitanos - é proferida, com a maior frieza, por um «especialista financeiro», uma espécie de **Pedro Caldeira** de luxo, que aqui responde pelo nome de **Gordon Gekko** (**Michael Douglas**), perante uma assembleia de potenciais investidores numa empresa em crise. E é o elemento essencial para a compreensão do mundo da traficância política, dos jogos de influência na Bolsa, da corrupção, do esbulho e, em casos extremos, do crime, que caracterizam uma sociedade e um sistema, escarpados e denunciados com rude frontalidade num dos melhores filmes que até agora nos foi proposto pelo realizador **Oliver Stone**, com uma distribuição de actores adequada em que sobressai, além do próprio **Douglas** (também seu produtor), o jovem **Charlie Sheen** no papel de um *yuppie* em estágio e ascensão acelerada para os meandros do «poder».

Horizonte Perdido (Domingo, 23.45, TVI)

Abandonando o mundo da «classe média», que tão bem soube idealizar nos seus filmes inconfundíveis, **Frank Capra** escapa-se aqui para o mundo da aventura e da fantasia «exótica» ao dar-nos a conhecer, de forma admirável (embora sem escapar, mais uma vez, ao sentimentalismo utópico que sempre foi a sua imagem de marca), a história de um punhado de personagens cujos percursos se confrontam em *Shangri-La*. Cenários magníficos, para uma realização esplendorosa.

Os 39 Degraus

(Segunda, 22.30, RTP2)

O cidadão canadiano **Richard Hannay**, de férias em Londres, é involuntariamente envolvido num incidente casual com uma espectadora (afinal, uma agente secreta) no mesmo teatro londrino onde assistia a um espectáculo, em meio de uma complicadíssima intriga de espionagem na qual se trata de destruir uma rede de espões relacionados com segredos atómicos. Após inenarráveis e perigosas peripécias, em que é não só perseguido pelos espões como também pela polícia que dele desconfia e vai no seu encalce, o nosso canadiano acaba por descobrir, na companhia de uma professora que se lhe atravessa no caminho, o segredo dos *trinta e nove degraus* naquele mesmo teatro do centro de Londres. Um filme que é justamente considerado o melhor da «fase inglesa» de **Alfred Hitchcock** e em que completamente se afirma o sentido de *suspense* que sempre rodeou as suas maiores obras posteriores. Entre tantas outras, é verdadeiramente exemplar a sequência no comboio, montada pelo cineasta com impressionante destreza e capacidade de construir grandes momentos de tensão, nunca isentos de um irresistível e desarmante humor. E no que se refere às habituais preversidades de **Hitchcock**, é impossível resistir àquela com que, neste filme, o realizador mais uma vez nos surpreende: a escolha do actor **Godfrey Tearle** (extraordinariamente parecido com **Franklin Delano Roosevelt**) para desempenhar o papel do chefe dos agentes inimigos!...



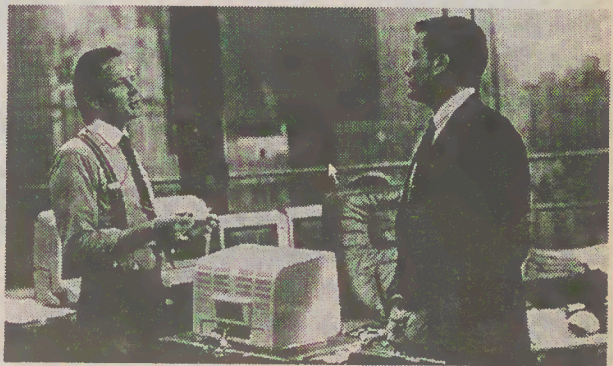
Um fotograma de «Horizonte Perdido», de Frank Capra



O «produtor», em «O Estado das Coisas», de Wim Wenders



A «fã» e a «estrela», em «Jogo a Três Mãos», de Ron Shelton



O «professor» e o «aluno», em «Wall Street», de Oliver Stone

Rebeca

(Terça, 22.30, RTP2)

Uma jovem tímida conhece em Monte Carlo um jovem e atraente *lord* britânico que perdera sua mulher *Rebeca* em circunstâncias misteriosas. Retornando casados a Inglaterra ao sumptuoso castelo de *Manderley*, a presença da esposa falecida paira sempre de forma sinistra sobre a vida do casal.

E não é menos preocupante o papel da governante da grande mansão que não deixa de aterrorizar a nova mulher do *lord*. E tudo se desenrola de forma bem sinuosa e progressivamente inquietante até ao *climax* final, em que todas as surpreendentes incidências da morte de *Rebeca* são finalmente esclarecidas. Sabendo explorar como nenhum outro o contraste aflitivo entre um passado aparentemente diabólico e misterioso (personificado e alimentado pela governanta) e um presente de fragilidade e inocência (na personagem da jovem esposa) **Hitchcock** não deixa de fazer cinema europeu e claramente britânico neste seu primeiro filme

norte-americano. Os cenários sumptuosos e assustadores, a encenação laboriosíssima e os papéis de **Laurence Olivier**, **Joan Fontaine** e, sobretudo, **Judith Anderson** tornam este filme aflitivamente inesquecível.

A Casa Encantada (Quarta, 22.30, RTP2)

Mais uma vez altamente inquietante é a história inventada para acolher as personagens de **Ingrid Bergman** e **Gregory Peck** e o amor de uma mulher que a todo o preço deseja curar o homem que é a sua paixão. Com argumento a desenrolar-se numa clínica psiquiátrica, estamos perante um longo percurso em busca da verdade, por essa espécie de labirinto tortuoso que é a memória de um homem que procura esclarecer o mistério envolvendo o assassinato de um outro homem. Para além do génio de **Hitchcock**, não pode ficar sem referência a banda sonora impressionante de **Micklos Rozsa** construída à base de *leit-motive* obsessivos (justamente premiada com um *Oscar*) e a famosa sequência do pesadelo, concebida e desenhada por **Salvador Dali**. A não perder.



A «Inocência» e a «perversidade», em «Rebeca», de Alfred Hitchcock

Contra-relógio

■ Correia da Fonseca

Na TV 2, era «A Mulher do Ministro», série inglesa acerca dos bastidores do poder político e do modo como, graças a uma permanente manipulação da opinião pública, a acção e o mérito políticos são avaliados. A merecer reflexão. Na mesma noite, num dos canais estrangeiros que o cabo me traz a casa, era «Os Candidatos», filme de Franklin Schafner datado de 1964 e de cuja exibição no nosso país não guardo a menor memória, pelo que suspeito fortemente de que nem cá entrou. Não é de admirar: «Os Candidatos», protagonizado por Henry Fonda, constitui uma viva denúncia das baixezas diversas da vida política norte-americana, com destaque para as formas reles e primárias de um anticomunismo que, apenas com ligeiras mutações (suscitadas sobretudo pela destruição do bloco de Leste), sobrevive com excelente saúde e pouco asseio nos Estados Unidos actuais. Sendo assim, seria grande maravilha que o filme tivesse passado nos ecrãs do Portugal salazarista.

Deixemos a série britânica, motivadora de eventuais comentários difíceis e provavelmente desajustados da vocação destas páginas, e fiquemo-nos por «Os Candidatos», não para botar sentença crítica sobre matérias que são da área do Cinema mas sim para recordar alguns aspectos significativos. Por exemplo: quando um político criptofascista afirma que a luta contra a segregação racial é «aproveitada» pelos comunistas (na linha habitual de transformar a luta por causas justas, típica dos comunistas aliás por ela pagam altíssimos preços, em mera hipocrisia estratégica, à imagem e semelhança dos hábitos da direita demagógica).

Ou quando o candidato maccartista afirma que os Estados Unidos estão infiltrados por comunistas em tudo quanto é sítio (apenas porque para um fascista é comunista tudo quanto aspira à justiça e combate a putrefacção, o que é afinal uma involuntária homenagem ao comunismo). Ou quando um veemente apoiante da extrema-direita vem lembrar a necessidade de «acabar com a Segurança Social», também ela obviamente incurso no pecado de contrariar a pureza do ideal americano hoje claramente exportado para aquém-Atlântico, direi mesmo que mundializado. Na verdade, «Os Candidatos» fornecia indicações úteis acerca do carácter fascizante de certos tiques que entraram hoje no comportamento corrente de alguns que não se dão conta do caminho já por eles próprios percorrido. Não sei se era um grande filme, não me pareceu que o fosse, mas parece-me certo que era um filme didáctico. E há circunstâncias em que o didatismo é pelo menos tão apreciável quanto a pura qualidade estética.

Uma lei impertinente

Olhava eu o filme de Schafner e tentava imaginar, um pouco delirantemente, que, se há trinta anos «Os Candidatos» pudesse ter sido visto por Miguel Sousa Tavares, talvez o anticomunismo do jornalista não me sobrevinha por mero acaso: é que eu vira, dois ou três dias antes, Miguel, acolitado como habitualmente por Barreto e Pacheco Pereira, a colocar numa espécie de banco-dos-réus um projecto de lei, recentemente aprovado pela Assembleia da República, que comete pelos vistos um insuportável desaforo: permite que uns velhotes comunistas que, durante décadas, se entretiveram a resistir ao fascismo deixando-se prender ou entrando na clandestinidade, vejam agora esse tempo de inactividade laboral contado para o cálculo de pensões. O projecto foi, é certo, da iniciativa de um socialista, o deputado Fernando Pereira Marques, mas a crónica vigilância de

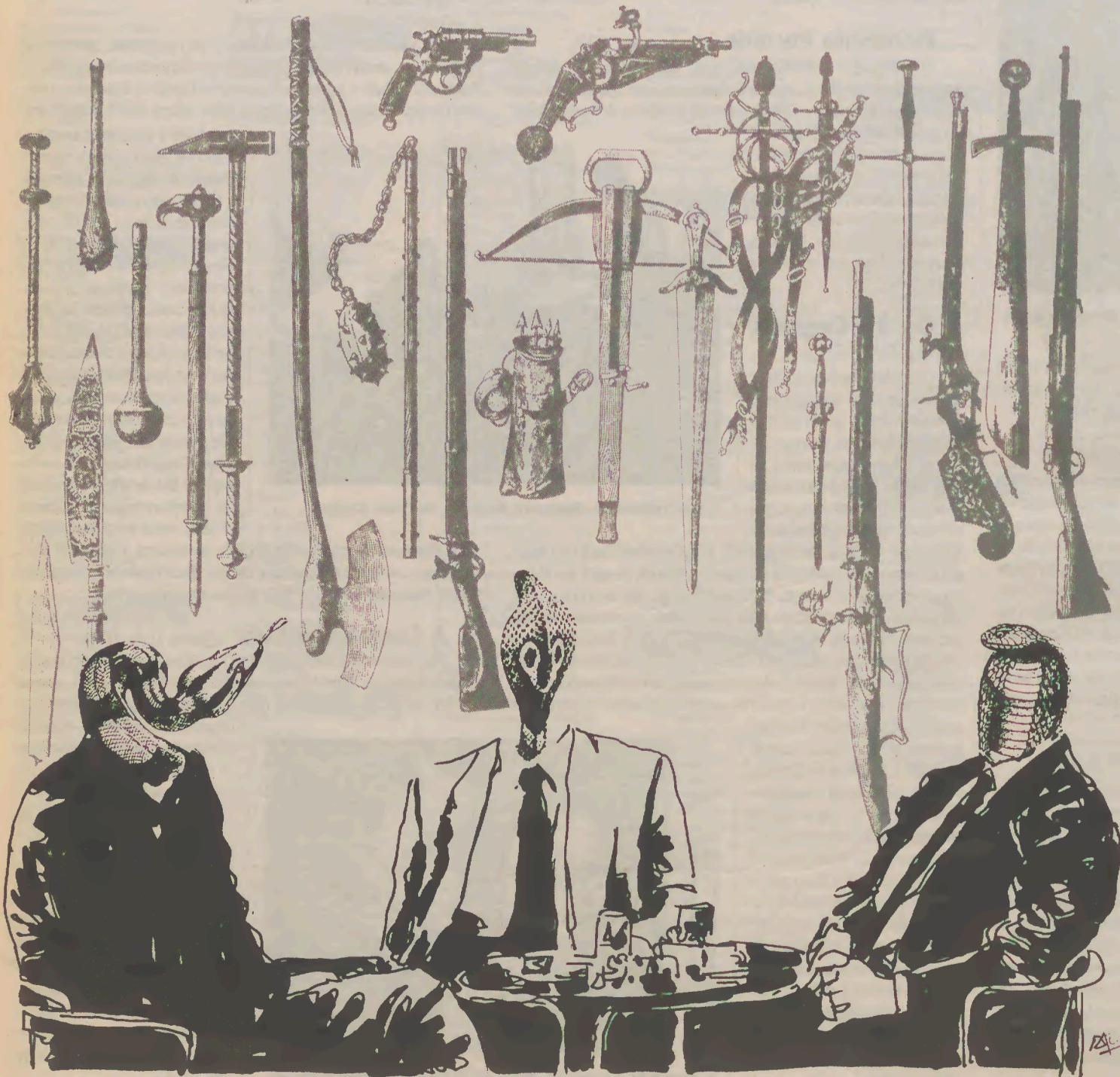
Miguel não se deixou enganar, e ficou explicado porquê: é que o diploma «corresponde exactamente à concepção que os comunistas têm de resistência». Que, por azar, é também a concepção aceite na generalidade dos países europeus que resistiram ao nazifascismo. Os outros dois julgadores usaram, é certo, de alguma habilidade. Barreto, que por vezes parece ter a ilusão de se julgar com o talento de um Figo na arte do «dribling», tentou uma evasão supostamente hábil: «- Subscrovo o princípio, mas não subscrovo a lei!», disse ele. Viu-se depois que o que muito o atormentava era a ideia de que o projecto não beneficiaria os que depois do 25 de Abril resistiram não se apercebeu claramente a quê, sendo admissível que estivesse preocupado com os homens do ELP. Por seu lado, Pacheco disse achar péssimo que fossem beneficiados pela lei os que se exilaram e foram para Moscovo «durante vinte ou trinta anos», na aparente suposição de que quem foi ser (e agir) comunista em Moscovo podia muito bem tê-lo feito, durante o fascismo, num aparthotel do Algarve, só que se dava mal com o calor. Regressando, porém, a Sousa Tavares, anote-se que até confrange que um homem que está longe de ser pateta e não deixa muita coisa ao acaso (recordo sempre o que lhe disse Saramago em «Vinte Anos, Vinte Nomes»: «- Você não é inocente!») perca a cabeça quando se trata de comunismo ou comunistas, se «passe» completamente e cometa as leviandades mais óbvias. Como nesta emissão, quando, poucos minutos depois de sustentar ser irrelevante o número de eventuais beneficiados pela nova lei, pois, mesmo que fossem poucos, não se tratava de «sossegar os contribuintes», se mostrou alvoroçado, de súbito, na esteira de um devaneio de Barreto que permitiria admitir, se não se tratasse de um absurdo, que afinal podiam ser muitos milhares os abrangidos. É que, nesse caso, os contribuintes já talvez se desassossegassem, o que serviria como argumento contra a impertinente lei que virá (ou não) carrear uns tostões para bolsos comunistas e, sobretudo, confirmar que a resistência antifascista foi um serviço patriótico.

Quarenta e cinco segundos

Porém, aquela rubrica é muitíssimo democrática. Tão democrática que, para que não se pudesse alegar que ali se hostilizam ou caluniam comunistas sem que nenhum deles esteja presente, esteve no estúdio um comunista convidado. Para dizer das suas razões? Não digo que não mas, pelo que vi e ouvi, direi que esteve ali mais para ouvir as sem-razões alheias, pois apenas lhe coube um minguado tempo de intervenção, e ainda assim cortado por constantes interrupções. É, de resto, a rotina: as intervenções de convidados comunistas em conversas dirigidas por Sousa Tavares (e não só nessas, sejamos justos) não lembram apenas uma prova contra-relógio: pelas interrupções e obstruções assemelham-se também a uma corrida de obstáculos. São, na verdade, experiências para grandes atletas, com a dificuldade acrescida de serem os comunistas pouco convocados, pelo que inevitavelmente lhes falta rodagem competitiva.

Neste caso, contudo, Miguel Sousa Tavares foi verdadeiramente magnânimo. Aproximava-se o final da emissão e o comunista presente pediu para falar um pouquinho só, mas «com condições» para tanto. «- Condições tem, mas há-de ser rápido!», condescendeu, agreste, Sousa Tavares. Arrancou o comunista e, 45 segundos depois, já com uma interrupção a perturbá-lo, o patrão da loja correu os taipaís. Assim se confirmou que ali, naquele concreto tempo de antena, está a liberdade, mas com conta, peso e medida.

E estritamente personalizada.



ESCAPARATE

25 Abril 1997

Democracia e participação



Começam os festejos do 25 de Abril

Um pouco por todo o país, começam já esta semana a desenrolar-se inúmeras actividades de carácter popular ou institucional relacionadas com as comemorações de mais um aniversário do 25 de Abril. Em Loures, por exemplo, aqui bem perto de Lisboa, são inúmeras as iniciativas subordinadas ao lema «Democracia e Participação». Sem cuidar de as alinhar tematicamente ou por especialidades, o destaque vai já, depois de amanhã, 19, pelas 21.30, para o Centro Cultural Malaposta e para os «Encontros com a Música», num concerto ali realizado com a participação da Orquestra de Sopros de Almada. No dia seguinte, domingo, pelas 09.30, em Odivelas, o desporto levará às ruas a «Corrida da Liberdade». Depois, num conjunto de iniciativas junto da comunidade escolar, realizar-se-á em 21 de Abril, pelas 15.30, na Escola Secundária de S.º António dos Cavaleiros, um debate subordinado ao título «Vive a Liberdade, Transforma a Sociedade», sendo que, de 21 a 24, no Largo 4 de Outubro e na Rua Manuel Francisco Soromenho, a Escola Secundária José Afonso (Sec. 1 de Loures) fará uma intervenção de rua: «Para Mim a Liberdade é Verde, Verde e Vermelha». Mas, como é natural, para a semana há mais!

GINEMA

Novo ciclo começa na Cinemateca Portuguesa

A par do excepcional ciclo revelador da cinematografia egípcia - completamente desconhecida em Portugal - inaugura-se amanhã à noite na Cinemateca Portuguesa (R. Barata Salgueiro, em Lisboa), para terminar duas noites depois, um curto ciclo intitulado «Sexualidade e Cinema», constituído por cinco obras, três delas (as do meio) absolutamente fundamentais na História do Cinema, e apimentado por uma outra, mera sensação que aparentemente estará ali apenas para cumprir um papel de piscar-de-olhos, de *achado* insólito, «politicamente incorrecto» quanto baste. Despachemos já esta - «Instinto Fatal», de Paul Verhoeven, com Sharon Stone e Michael Douglas - que acontecerá no último dia; e concentremo-nos nas restantes quatro, a saber, por esta ordem: 6.ª feira, 18, pelas 18.30,



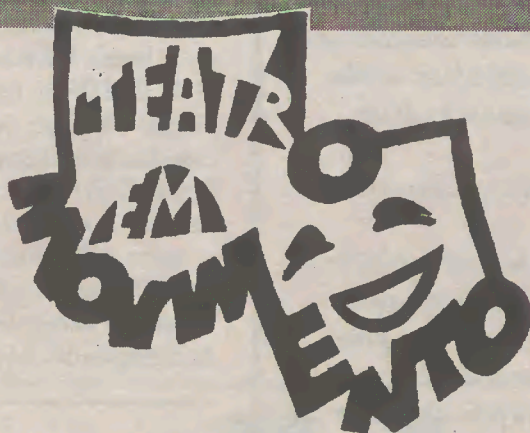
Uma célebre imagem de «O Anjo Azul», de Joseph von Sternberg, com Marlene Dietrich

«M. Butterfly» (1993) de David Cronenberg, com Jeremy Irons, John Lone e Shizuko Hoshi; e, sobretudo, «Bela de Dia» (1967) de Luis Buñuel, com Catherine Deneuve, Jean Sorel e Michel Piccoli, no mesmo dia, mas pelas 21.30; «O Anjo Azul» (1930) de Joseph von Sternberg, com Marlene Dietrich e Emil Jennings, no sábado, pelas 15.30; e «O Joelho de Claire» (1970), de Eric Rohmer, com Jean-Claude Brialy, Laurence de Monaghan e Aurora Cornu, no mesmo sábado pelas 21.30.

TEATRO

Teatro por terras de Bragança

Produzida pela Companhia de Teatro de Bragança - «Teatro em Movimento», é hoje levada à cena pelas 16 horas a 65.ª produção da sua carreira. Trata-se de um espectáculo de curioso título - «Falas de Vinho e Nascimento com Parvos à Mistura» - que não é mais do que uma colagem de textos teatrais vicentinos com ligações de Leandro Vale, responsável



com Glória de Sousa da encenação. O espaço cénico e a sonoplastia e desenho de luzes são, respectivamente, da responsabilidade de Fábio Timor e Rui Paulo, colaborando ainda Luiz Martins e Fátima Va-

le neste espectáculo, que terá como intérpretes Leandro Vale, Glória de Sousa e Fábio Timor. Com repetição à noite no mesmo local, a peça subirá à cena (nos mesmos horários) em 18, 21 e 22 do corrente.

LIVROS

Se perguntarem por mim digam que voei

A autora de Rosa, Minha Irmã Rosa, cuja primeira edição foi um primeiro e grande passo na literatura para crianças e jovens no nosso país - o livro já vai na 12.ª edição e recebeu o Prémio de Literatura Infantil «Ano Internacional da Criança» - volta ao convívio dos muitos leitores que então conquistou e foi consolidando em quase duas décadas. Já se pode mesmo falar de algumas gerações de leitores de Alice Vieira que foram lendo livros da autora, numerosos e aguardados e solicitados com expectativa.

Este livro de Alice Vieira, com ilustrações de Catarina Fonseca - para quem não sabe, filha da autora e ela própria romancista - propõe de novo um caminho de poesia, isto é, uma história em que a fantasia se entretence em seguros pontos com a realidade que não são apenas os adultos a reconhecer, mas as imaginações infantis a atingir mais agilmente, mais livres que são de, ao abrir de uma janela, pensarem em voos grandes. Uma edição da Caminho.



Bem Comidos e Bem Bebidos

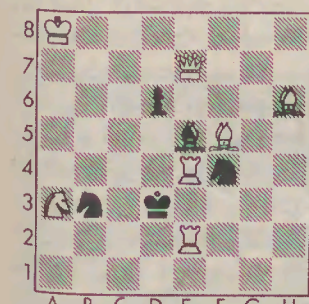
A Biblioteca da Saúde, que ele próprio dirige na Caminho, tem vários livros de Emilio Peres já publicados, nomeadamente na área da alimentação, em que é especialista de renome. Desta vez, o livro agora editado reúne vinte e cinco textos que o autor deu à estampa em diversos jornais e revistas, embora os originais hajam sido trabalhados para esta edição, no sentido de os tornar mais acessíveis ao leitor comum. O leitor comum, aliás, o cidadão comum, tem sido sempre o interlocutor procurado por Emilio Peres, a quem destina os seus escritos, com o objectivo de pôr as pessoas a pensarem no que comem. Bem Comidos e Bem Bebidos foi pensado e escrito - como adverte a contracapa do livro - para os cada vez mais numerosos jovens interessados pela ecologia e pela funcionalidade cultural de um património cultural com raízes.

Comer e beber bem - como se retirará da leitura - não é actividade contraditória com a saúde nem com o respeito pelo ambiente.

XADREZ

DCVI - 17 DE ABRIL DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997X15 Por OTTO STREERATH 1.º Prémio Chess Corresp., 1947

Pr.: [5]: Pd6 - Cs. b3, f4 - B65 - Rd3 Br.: [7]: Ca3 - Bs.f5, h6 - Ts. e2, e4 - D67 - Ra8



Mate em 2 [dois] lances

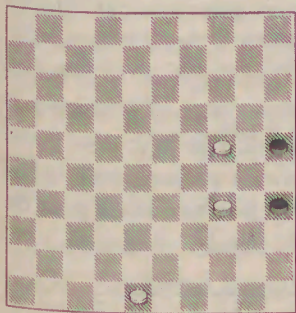
SOLUÇÕES DO Nº 1997X15 [O.S.]: 1. Dh4! [Ameaça: 2. Dg3 #]. 1. ..., C-; 2. T4e3 #. 1. ..., C:e2; 2. Tç4 #

A. de M. M.

DAMAS

DCVI - 17 DE ABRIL DE 1997 PROPOSIÇÃO Nº 1997D15 Por PAUL DEGUÉE - Bélgica A L'Ombre de Mon Clocher, 1970

Pr.: [2]: 25-35 Br.: [3]: 24-34-48



Branças jogam e ganham

SOLUÇÕES DO Nº 1997D15 [P. D. D.] 1. 48-43; 2. 34x25 (35-40); 3. 43-39; 4. 30-25; 5. 25x20; 6. 20-15; 7. 15-10; 8. 10-5; 9. 5-0; 10. 0-5; 11. 5-10; 12. 10-5; 13. 5-0; 14. 0-5; 15. 5-10; 16. 10-5; 17. 5-0; 18. 0-5; 19. 5-10; 20. 10-5; 21. 5-0; 22. 0-5; 23. 5-10; 24. 10-5; 25. 5-0; 26. 0-5; 27. 5-10; 28. 10-5; 29. 5-0; 30. 0-5; 31. 5-10; 32. 10-5; 33. 5-0; 34. 0-5; 35. 5-10; 36. 10-5; 37. 5-0; 38. 0-5; 39. 5-10; 40. 10-5; 41. 5-0; 42. 0-5; 43. 5-10; 44. 10-5; 45. 5-0; 46. 0-5; 47. 5-10; 48. 10-5; 49. 5-0; 50. 0-5; 51. 5-10; 52. 10-5; 53. 5-0; 54. 0-5; 55. 5-10; 56. 10-5; 57. 5-0; 58. 0-5; 59. 5-10; 60. 10-5; 61. 5-0; 62. 0-5; 63. 5-10; 64. 10-5; 65. 5-0; 66. 0-5; 67. 5-10; 68. 10-5; 69. 5-0; 70. 0-5; 71. 5-10; 72. 10-5; 73. 5-0; 74. 0-5; 75. 5-10; 76. 10-5; 77. 5-0; 78. 0-5; 79. 5-10; 80. 10-5; 81. 5-0; 82. 0-5; 83. 5-10; 84. 10-5; 85. 5-0; 86. 0-5; 87. 5-10; 88. 10-5; 89. 5-0; 90. 0-5; 91. 5-10; 92. 10-5; 93. 5-0; 94. 0-5; 95. 5-10; 96. 10-5; 97. 5-0; 98. 0-5; 99. 5-10; 100. 10-5; 101. 5-0; 102. 0-5; 103. 5-10; 104. 10-5; 105. 5-0; 106. 0-5; 107. 5-10; 108. 10-5; 109. 5-0; 110. 0-5; 111. 5-10; 112. 10-5; 113. 5-0; 114. 0-5; 115. 5-10; 116. 10-5; 117. 5-0; 118. 0-5; 119. 5-10; 120. 10-5; 121. 5-0; 122. 0-5; 123. 5-10; 124. 10-5; 125. 5-0; 126. 0-5; 127. 5-10; 128. 10-5; 129. 5-0; 130. 0-5; 131. 5-10; 132. 10-5; 133. 5-0; 134. 0-5; 135. 5-10; 136. 10-5; 137. 5-0; 138. 0-5; 139. 5-10; 140. 10-5; 141. 5-0; 142. 0-5; 143. 5-10; 144. 10-5; 145. 5-0; 146. 0-5; 147. 5-10; 148. 10-5; 149. 5-0; 150. 0-5; 151. 5-10; 152. 10-5; 153. 5-0; 154. 0-5; 155. 5-10; 156. 10-5; 157. 5-0; 158. 0-5; 159. 5-10; 160. 10-5; 161. 5-0; 162. 0-5; 163. 5-10; 164. 10-5; 165. 5-0; 166. 0-5; 167. 5-10; 168. 10-5; 169. 5-0; 170. 0-5; 171. 5-10; 172. 10-5; 173. 5-0; 174. 0-5; 175. 5-10; 176. 10-5; 177. 5-0; 178. 0-5; 179. 5-10; 180. 10-5; 181. 5-0; 182. 0-5; 183. 5-10; 184. 10-5; 185. 5-0; 186. 0-5; 187. 5-10; 188. 10-5; 189. 5-0; 190. 0-5; 191. 5-10; 192. 10-5; 193. 5-0; 194. 0-5; 195. 5-10; 196. 10-5; 197. 5-0; 198. 0-5; 199. 5-10; 200. 10-5; 201. 5-0; 202. 0-5; 203. 5-10; 204. 10-5; 205. 5-0; 206. 0-5; 207. 5-10; 208. 10-5; 209. 5-0; 210. 0-5; 211. 5-10; 212. 10-5; 213. 5-0; 214. 0-5; 215. 5-10; 216. 10-5; 217. 5-0; 218. 0-5; 219. 5-10; 220. 10-5; 221. 5-0; 222. 0-5; 223. 5-10; 224. 10-5; 225. 5-0; 226. 0-5; 227. 5-10; 228. 10-5; 229. 5-0; 230. 0-5; 231. 5-10; 232. 10-5; 233. 5-0; 234. 0-5; 235. 5-10; 236. 10-5; 237. 5-0; 238. 0-5; 239. 5-10; 240. 10-5; 241. 5-0; 242. 0-5; 243. 5-10; 244. 10-5; 245. 5-0; 246. 0-5; 247. 5-10; 248. 10-5; 249. 5-0; 250. 0-5; 251. 5-10; 252. 10-5; 253. 5-0; 254. 0-5; 255. 5-10; 256. 10-5; 257. 5-0; 258. 0-5; 259. 5-10; 260. 10-5; 261. 5-0; 262. 0-5; 263. 5-10; 264. 10-5; 265. 5-0; 266. 0-5; 267. 5-10; 268. 10-5; 269. 5-0; 270. 0-5; 271. 5-10; 272. 10-5; 273. 5-0; 274. 0-5; 275. 5-10; 276. 10-5; 277. 5-0; 278. 0-5; 279. 5-10; 280. 10-5; 281. 5-0; 282. 0-5; 283. 5-10; 284. 10-5; 285. 5-0; 286. 0-5; 287. 5-10; 288. 10-5; 289. 5-0; 290. 0-5; 291. 5-10; 292. 10-5; 293. 5-0; 294. 0-5; 295. 5-10; 296. 10-5; 297. 5-0; 298. 0-5; 299. 5-10; 300. 10-5; 301. 5-0; 302. 0-5; 303. 5-10; 304. 10-5; 305. 5-0; 306. 0-5; 307. 5-10; 308. 10-5; 309. 5-0; 310. 0-5; 311. 5-10; 312. 10-5; 313. 5-0; 314. 0-5; 315. 5-10; 316. 10-5; 317. 5-0; 318. 0-5; 319. 5-10; 320. 10-5; 321. 5-0; 322. 0-5; 323. 5-10; 324. 10-5; 325. 5-0; 326. 0-5; 327. 5-10; 328. 10-5; 329. 5-0; 330. 0-5; 331. 5-10; 332. 10-5; 333. 5-0; 334. 0-5; 335. 5-10; 336. 10-5; 337. 5-0; 338. 0-5; 339. 5-10; 340. 10-5; 341. 5-0; 342. 0-5; 343. 5-10; 344. 10-5; 345. 5-0; 346. 0-5; 347. 5-10; 348. 10-5; 349. 5-0; 350. 0-5; 351. 5-10; 352. 10-5; 353. 5-0; 354. 0-5; 355. 5-10; 356. 10-5; 357. 5-0; 358. 0-5; 359. 5-10; 360. 10-5; 361. 5-0; 362. 0-5; 363. 5-10; 364. 10-5; 365. 5-0; 366. 0-5; 367. 5-10; 368. 10-5; 369. 5-0; 370. 0-5; 371. 5-10; 372. 10-5; 373. 5-0; 374. 0-5; 375. 5-10; 376. 10-5; 377. 5-0; 378. 0-5; 379. 5-10; 380. 10-5; 381. 5-0; 382. 0-5; 383. 5-10; 384. 10-5; 385. 5-0; 386. 0-5; 387. 5-10; 388. 10-5; 389. 5-0; 390. 0-5; 391. 5-10; 392. 10-5; 393. 5-0; 394. 0-5; 395. 5-10; 396. 10-5; 397. 5-0; 398. 0-5; 399. 5-10; 400. 10-5; 401. 5-0; 402. 0-5; 403. 5-10; 404. 10-5; 405. 5-0; 406. 0-5; 407. 5-10; 408. 10-5; 409. 5-0; 410. 0-5; 411. 5-10; 412. 10-5; 413. 5-0; 414. 0-5; 415. 5-10; 416. 10-5; 417. 5-0; 418. 0-5; 419. 5-10; 420. 10-5; 421. 5-0; 422. 0-5; 423. 5-10; 424. 10-5; 425. 5-0; 426. 0-5; 427. 5-10; 428. 10-5; 429. 5-0; 430. 0-5; 431. 5-10; 432. 10-5; 433. 5-0; 434. 0-5; 435. 5-10; 436. 10-5; 437. 5-0; 438. 0-5; 439. 5-10; 440. 10-5; 441. 5-0; 442. 0-5; 443. 5-10; 444. 10-5; 445. 5-0; 446. 0-5; 447. 5-10; 448. 10-5; 449. 5-0; 450. 0-5; 451. 5-10; 452. 10-5; 453. 5-0; 454. 0-5; 455. 5-10; 456. 10-5; 457. 5-0; 458. 0-5; 459. 5-10; 460. 10-5; 461. 5-0; 462. 0-5; 463. 5-10; 464. 10-5; 465. 5-0; 466. 0-5; 467. 5-10; 468. 10-5; 469. 5-0; 470. 0-5; 471. 5-10; 472. 10-5; 473. 5-0; 474. 0-5; 475. 5-10; 476. 10-5; 477. 5-0; 478. 0-5; 479. 5-10; 480. 10-5; 481. 5-0; 482. 0-5; 483. 5-10; 484. 10-5; 485. 5-0; 486. 0-5; 487. 5-10; 488. 10-5; 489. 5-0; 490. 0-5; 491. 5-10; 492. 10-5; 493. 5-0; 494. 0-5; 495. 5-10; 496. 10-5; 497. 5-0; 498. 0-5; 499. 5-10; 500. 10-5; 501. 5-0; 502. 0-5; 503. 5-10; 504. 10-5; 505. 5-0; 506. 0-5; 507. 5-10; 508. 10-5; 509. 5-0; 510. 0-5; 511. 5-10; 512. 10-5; 513. 5-0; 514. 0-5; 515. 5-10; 516. 10-5; 517. 5-0; 518. 0-5; 519. 5-10; 520. 10-5; 521. 5-0; 522. 0-5; 523. 5-10; 524. 10-5; 525. 5-0; 526. 0-5; 527. 5-10; 528. 10-5; 529. 5-0; 530. 0-5; 531. 5-10; 532. 10-5; 533. 5-0; 534. 0-5; 535. 5-10; 536. 10-5; 537. 5-0; 538. 0-5; 539. 5-10; 540. 10-5; 541. 5-0; 542. 0-5; 543. 5-10; 544. 10-5; 545. 5-0; 546. 0-5; 547. 5-10; 548. 10-5; 549. 5-0; 550. 0-5; 551. 5-10; 552. 10-5; 553. 5-0; 554. 0-5; 555. 5-10; 556. 10-5; 557. 5-0; 558. 0-5; 559. 5-10; 560. 10-5; 561. 5-0; 562. 0-5; 563. 5-10; 564. 10-5; 565. 5-0; 566. 0-5; 567. 5-10; 568. 10-5; 569. 5-0; 570. 0-5; 571. 5-10; 572. 10-5; 573. 5-0; 574. 0-5; 575. 5-10; 576. 10-5; 577. 5-0; 578. 0-5; 579. 5-10; 580. 10-5; 581. 5-0; 582. 0-5; 583. 5-10; 584. 10-5; 585. 5-0; 586. 0-5; 587. 5-10; 588. 10-5; 589. 5-0; 590. 0-5; 591. 5-10; 592. 10-5; 593. 5-0; 594. 0-5; 595. 5-10; 596. 10-5; 597. 5-0; 598. 0-5; 599. 5-10; 600. 10-5; 601. 5-0; 602. 0-5; 603. 5-10; 604. 10-5; 605. 5-0; 606. 0-5; 607. 5-10; 608. 10-5; 609. 5-0; 610. 0-5; 611. 5-10; 612. 10-5; 613. 5-0; 614. 0-5; 615. 5-10; 616. 10-5; 617. 5-0; 618. 0-5; 619. 5-10; 620. 10-5; 621. 5-0; 622. 0-5; 623. 5-10; 624. 10-5; 625. 5-0; 626. 0-5; 627. 5-10; 628. 10-5; 629. 5-0; 630. 0-5; 631. 5-10; 632. 10-5; 633. 5-0; 634. 0-5; 635. 5-10; 636. 10-5; 637. 5-0; 638. 0-5; 639. 5-10; 640. 10-5; 641. 5-0; 642. 0-5; 643. 5-10; 644. 10-5; 645. 5-0; 646. 0-5; 647. 5-10; 648. 10-5; 649. 5-0; 650. 0-5; 651. 5-10; 652. 10-5; 653. 5-0; 654. 0-5; 655. 5-10; 656. 10-5; 657. 5-0; 658. 0-5; 659. 5-10; 660. 10-5; 661. 5-0; 662. 0-5; 663. 5-10; 664. 10-5; 665. 5-0; 666. 0-5; 667. 5-10; 668. 10-5; 669. 5-0; 670. 0-5; 671. 5-10; 672. 10-5; 673. 5-0; 674. 0-5; 675. 5-10; 676. 10-5; 677. 5-0; 678. 0-5; 679. 5-10; 680. 10-5; 681. 5-0; 682. 0-5; 683. 5-10; 684. 10-5; 685. 5-0; 686. 0-5; 687. 5-10; 688. 10-5; 689. 5-0; 690. 0-5; 691. 5-10; 692. 10-5; 693. 5-0; 694. 0-5; 695. 5-10; 696. 10-5; 697. 5-0; 698. 0-5; 699. 5-10; 700. 10-5; 701. 5-0; 702. 0-5; 703. 5-10; 704. 10-5; 705. 5-0; 706. 0-5; 707. 5-10; 708. 10-5; 709. 5-0; 710. 0-5; 711. 5-10; 712. 10-5; 713. 5-0; 714. 0-5; 715. 5-10; 716. 10-5; 717. 5-0; 718. 0-5; 719. 5-10; 720. 10-5; 721. 5-0; 722. 0-5; 723. 5-10; 724. 10-5; 725. 5-0; 726. 0-5; 727. 5-10; 728. 10-5; 729. 5-0; 730. 0-5; 731. 5-10; 732. 10-5; 733. 5-0; 734. 0-5; 735. 5-10; 736. 10-5; 737. 5-0; 738. 0-5; 739. 5-10; 740. 10-5; 741. 5-0; 742. 0-5; 743. 5-10; 744. 10-5; 745. 5-0; 746. 0-5; 747. 5-10; 748. 10-5; 749. 5-0; 750. 0-5; 751. 5-10; 752. 10-5; 753. 5-0; 754. 0-5; 755. 5-10; 756. 10-5; 757. 5-0; 758. 0-5; 759. 5-10; 760. 10-5; 761. 5-0; 762. 0-5; 763. 5-10; 764. 10-5; 765. 5-0; 766. 0-5; 767. 5-10; 768. 10-5; 769. 5-0; 770. 0-5; 771. 5-10; 772. 10-5; 773. 5-0; 774. 0-5; 775. 5-10; 776. 10-5; 777. 5-0; 778. 0-5; 779. 5-10; 780. 10-5; 781. 5-0; 782. 0-5; 783. 5-10; 784. 10-5; 785. 5-0; 786. 0-5; 787. 5-10; 788. 10-5; 789. 5-0; 790. 0-5; 791. 5-10; 792. 10-5; 793. 5-0; 794. 0-5; 795. 5-10; 796. 10-5; 797. 5-0; 798. 0-5; 799. 5-10; 800. 10-5; 801. 5-0; 802. 0-5; 803. 5-10; 804. 10-5; 805. 5-0; 806. 0-5; 807. 5-10; 808. 10-5; 809. 5-0; 810. 0-5; 811. 5-10; 812. 10-5; 813. 5-0; 814. 0-5; 815. 5-10; 816. 10-5; 817. 5-0; 818. 0-5; 819. 5-10; 820. 10-5; 821. 5-0; 822. 0-5; 823. 5-10; 824. 10-5; 825. 5-0; 826. 0-5; 827. 5-10; 828. 10-5; 829. 5-0; 830. 0-5; 831. 5-10; 832. 10-5; 833. 5-0; 834. 0-5; 835. 5-10; 836. 10-5; 837. 5-0; 838. 0-5; 839. 5-10; 840. 10-5; 841. 5-0; 842. 0-5; 843. 5-10; 844. 10-5; 845. 5-0; 846. 0-5; 847. 5-10; 848. 10-5; 849. 5-0; 850. 0-5; 851. 5-10; 852. 10-5; 853. 5-0; 854. 0-5; 855. 5-10; 856. 10-5; 857. 5-0; 858. 0-5; 859. 5-10; 860. 10-5; 861

ÚLTIMAS

ATALHE DE FOICE

O barítono

Pedro Passos Coelho, um veterano «jovem quadro» do PSD, levou esta semana o seu *glamour* a passear ao programa «Falatório», de Pedro Rolo Duarte.

Dá-se o caso de Pedro Passos Coelho ser um quadro ambicioso, tanto, que já disputou a direcção da Distrital do PSD de Lisboa com Pacheco Pereira, donde saiu vencido com galhardo discurso sobre, mais coisa menos coisa, os superiores interesses do partido e da pátria.

Olhando sempre as câmaras como um profissional de plateau, o Pedro mostrou a sua fibra quando -

pestando languidamente ao telespectador que o incentivava, por telefone, a acabar a licenciatura para ser tratado «por doutor» como os outros políticos -

convocou como *alter egos* da sua inacabada carreira académica os ex-presidentes dos EUA Jimmy Carter e Ronald Reagan.

Um plantava amendoins e o outro foi actor, defendia-se o Pedro.

E bem. É verdade que, ele, nem plantar amendoins nem cavalgar fitas em Hollywood chegou a fazer na vida, mas não é menos certo que também não há-de ser presidente dos States.

Vá lá de S. Caetano à Lapa, quando o Pacheco Pereira for ler livros para a serra.

Todavia, o mais significativo da personalidade do Pedro sairia na volta de uma observação do entrevistador.

Recordou, às tantas, Pedro Rolo Duarte que o Pedro Passos Coelho tinha uma bela voz de barítono,

inquirindo-o se nunca lhe passara pela cabeça optar por uma carreira lírica.

Visivelmente lisonjeado, o Pedro afinou ainda melhor a voz e admitiu que sim.

O belo canto fora uma das suas juvenis paixões.

Então por que não cederá à vocação?

Simples: a carreira de cantor lírico não era compensatória, ganhava-se mal, as dificuldades materiais poderiam ser mais que muitas.

E sabia-o bem, dado conhecer vários amigos que por ela seguiram e neles não via grandes sinais de prosperidade

- o que, aliás, é natural, em Governos onde se

desmantelam as poucas orquestras sinfónicas disponíveis e se corta nos orçamentos para a Cultura como quem lanceta abscessos.

Considerando que a carreira política foi a precoce opção do Pedro - tão precoce que nem lhe deu tempo para acabar o curso -, infere-se que, para ele, esta

actividade é manifestamente mais compensatória, nela há-de ganhar-se bem, as dificuldades materiais deverão ser mais que poucas.

Pelo que os inflamados discursos acerca do serviço público e dos superiores interesses do partido e do País, que constelam as intervenções deste veterano «jovem quadro» do PSD, têm, antes de tudo, uma visão muito humanamente utilitária.

No baritonal gorjeio do Pedro, o verbo «servir» ocupa solitariamente a pauta e tem muitas escalas a trepar.

Pelo que lamentamos ainda mais profundamente este desvio de vocação a que o vil metal obrigou o talento de Pedro Passos Coelho.

É que a vida como barítono poderia não ter as - pelos vistos - grandes compensações materiais duma «carreira política», mas seria a concretização de um talento verdadeiro e, certamente, a rara ventura de fazer o que se ama.

Trocá-la pelos gorjeios da política, só podia dar no que deu:

Os próprios correligionários do Pedro passarem o tempo a mostrar-lhe que «cantas bem mas não me alegras»...

■ HC

Por iniciativa do PCP

Actividade dos táxis hoje em debate

A Assembleia da República aprecia hoje um projecto de lei do PCP que regula a profissão de condutor de táxis e a actividade profissional de transportador. Para além de dar resposta ao preenchimento de um quadro legal que de há muito constituía

uma reivindicação dos profissionais do sector, com esta iniciativa, o Grupo Parlamentar comunista pretende simultaneamente contribuir para a melhoria das condições de segurança dos milhares de utilizadores deste meio de transporte.

A debater conjuntamente com uma iniciativa legislativa do Governo sobre a mesma matéria, o projecto do PCP visa ainda contribuir para a dignificação desta actividade profissional, eliminando a rede de transpor-

tes clandestinos que prolifera no sector.

Os requisitos para o exercício da actividade, as condições de idoneidade e de capacidade profissional e a obrigatoriedade de um certificado de aptidão profissional (carteira profissional) para o exercício da profissão de condutor são algumas das inovações contempladas no diploma subscrito pelos deputados comunistas.

Quem reagiu já a esta iniciativa legislativa e ao seu agendamento foi a Federação Portuguesa do Táxi (FPT) em comunicado onde se congratula pelo facto e no qual expressa a sua convicção de que será dado um importante passo para que "a moralização do sector venha a ser uma realidade".

Anúncio de Hospital em Loures serve manobra eleitoral

A Saúde foi o tema mais debatido pela Comissão Concelhia de Loures do PCP na sua reunião de terça-feira para analisar a situação política.

Para os comunistas, a redução do horário de funcionamento do CATUS de Loures a somente 6 horas por dia, tendo como resultado a sobrecarga do SAP de Odivelas - o único a funcionar 24 horas no concelho -, reduz o atendimento de urgência e contribui para que um elevado número de utentes das freguesias da zona norte do

concelho fiquem mais afastados e pior servidos.

Por outro lado, o PCP denuncia o facto de o secretário de Estado da Saúde ter aproveitado a apresentação da candidatura do PS à Câmara Municipal para anunciar a construção do Hospital de Loures, numa evidente demonstração de que o os constantes adiamentos dessa decisão se deveram unicamente a «lamentáveis manobras eleitorais».

O PS confunde o aparelho de Estado com o seu partido, acusam ainda os comunistas, afir-

mando que o Hospital é fruto da luta das populações. Mas ele não resolve, contudo, todas as deficiências do concelho na área da saúde, afirmam ainda, referindo a falta de resposta da Administração Central às propostas de instalação de centros de saúde na Portela, S. João da Talha, Catujal, Famões, Ramada e Olival Basto e à falta de reforço de meios humanos e materiais dos centros de Odivelas, Moscavide e Caneças, onde existem longas listas de espera para médicos de família.

Lino de Carvalho visita Algarve

Na visita de trabalho que na segunda e terça-feira fez ao Algarve, o deputado do PCP Lino de Carvalho, acompanhado de Carlos Luís Figueira, membro da Comissão Política e responsável da Direcção Regional, visitou e encontrou-se com diversas instituições e entidades: Direcções Regionais da Agricultura e do Ambiente e Recursos Naturais do Algarve, Parque Natural da Ria Formosa, Sindicatos da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares e dos Trabalhadores da Pesca do Sul, Associação de Viveiristas e Mariscadores da Ria Formosa, Instituto de Emprego e Formação Profissional e Região do Turismo do Algarve.

Das visitas efectuadas sobressaíram algumas importantes questões que irão merecer iniciativas imediatas por parte do Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República.

Dentre elas, destaca-se o requerimento, com carácter de urgência, de uma audição na Assembleia da República com a ministra do Ambiente e Recursos Naturais para debater a situação do projecto da Barragem de Odolouca e da Ria Formosa; a proposta de realização de uma audição sobre o Sector das Pescas e as perspectivas futuras, onde deverão ser ouvidos o Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Sindicato dos Pescadores e Associações de Armadores; e ainda, no âmbito da Sub-

comissão de Turismo da Assembleia da República, uma audição com a Expo'98, as Regiões de Turismo e o Ministro da Economia, com vista a avaliar o processo de promoção turística no âmbito da exposição.

No encontro com a comunicação social, realizado na terça-feira à tarde, o deputado Lino de Carvalho, para além destas informações, realçou na sua declaração a crise por que passam os vários sectores da actividade económica da Região, que levam a que o Algarve apresente a maior taxa de crescimento do desemprego do País, atingindo no final do ano

passado 9,8 por cento de desempregados, e a que para um total de 19.981 pedidos de emprego inscritos nos Centros de Emprego haja correspondido apenas uma oferta de 198 empregos.

Os comunistas consideram que estes números falam por si e revelam «a falência dos modelos de desenvolvimento impostos para a Região». Mas trata-se de uma realidade que exige também que nas próximas eleições o PCP volte a eleger deputados pelo Algarve, para que os problemas da Região sejam tratados de forma sistemática e constante.

Álvaro Cunhal em Coimbra e Setúbal

O 25 de Abril, a arte e a sociedade, o exemplo de Bento de Jesus Caraça, são os diferentes temas que Álvaro Cunhal irá abordar, em encontros e debates a decorrer estes dias.

Ontem, em Coimbra, Álvaro Cunhal participou num debate sobre o 25 de Abril, na Escola Secundária D. Duarte, por iniciativa da Associação de Estudantes.

Hoje, também em Coimbra, por iniciativa da Associação de Pais da Escola C+S Poeta Manuel da Silva Gaio, realizou-se um encontro com os alunos, subordinado ao tema "O 25 de Abril 23 anos depois".

À tarde, a convite dos Conselhos Directivo e Consultivo, haverá um debate na Faculdade de Letras de Coimbra sobre "A arte, o artista e a sociedade".

Sexta-feira, em Setúbal, Álvaro Cunhal estará numa conferência sobre "O exemplo de Bento Caraça, 23 anos depois do 25 de Abril", a realizar na Sociedade Musical Capricho Setubalense, por iniciativa da Universidade Popular de Setúbal.

Marcha até Amesterdão contra desemprego

Amesterdão acolherá no dia 14 de Junho a Conferência Intergovernamental da União Europeia e uma contraconferência, que contará com a presença dos participantes da marcha europeia contra o desemprego, a exclusão e a precariedade social que nesse dia chega àquela cidade holandesa.

Esta marcha é composta por várias alas provenientes nomeadamente da França, Irlanda, Alemanha, Grã-Bretanha, Itália, Suíça, Bósnia e Marrocos. No sábado, partiram três colunas francesas originárias de Brest, Grenoble e Toulouse que deverão atravessar a Suíça, a Alemanha e o Luxemburgo. «Abaixo a Europa infernal, todos juntos pela Europa social», foi a palavra de ordem mais ouvida em Grenoble. Os manifestantes percorrem cerca de 20 quilómetros por dia.

«É a geração dos 18-25 anos que toma a dianteira porque não tem nem ajudas nem trabalho», declarou um participante de 20 anos que, com um curso de electromecânica, ainda não conseguiu encontrar trabalho depois de finalizar os estudos. «O meu objectivo ao participar nesta marcha até Amesterdão é poder dizer às pessoas que é preciso que isto mude», explicou ao «Humanité», o jornal do PC francês.

